



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE BIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO

JADERSON PIRES DOS SANTOS VASCONCELOS

**Quem é o Tradutor e Intérprete de Libras e
Português? Produção de Livro sobre esse profissional
em contexto escolar**

Dissertação de Mestrado submetido (a) a Universidade Federal Fluminense
visando à obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão

Orientador/a: Rosana Maria do Prado Luz Meireles



NITERÓI

2020

JADERSON PIRES DOS SANTOS VASCONCELOS

**Quem é o Tradutor e Intérprete de Libras e Português?
Produção de Livro sobre esse profissional em contexto
escolar**

Trabalho desenvolvido no Instituto de Biologia, Curso de Mestrado Profissional em
Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense.

Dissertação de Mestrado submetido(a) a
Universidade Federal Fluminense como requisito
parcial, visando à obtenção do grau de Mestre em
Diversidade e Inclusão.

Orientador/a: Rosana Maria do Prado Luz Meireles

Ficha catalográfica automática - SDC/BCV
Gerada com informações fornecidas pelo autor

V331q Vasconcelos, Jaderson Pires dos Santos
Quem é o Tradutor e Intérprete de Libras e Português?
Produção de livro sobre esse profissional em contexto
escolar / Jaderson Pires dos Santos Vasconcelos ; Rosana Maria
do Prado Luz Meireles, orientadora. Niterói, 2020.
141 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional)-Universidade Federal
Fluminense, Niterói, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PGCTIn.2020.mp.05936622703>

1. Educação inclusiva. 2. TILSP. 3. Libras. 4. Educação
bilingue de surdos. 5. Produção intelectual. I. Meireles,
Rosana Maria do Prado Luz, orientadora. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Biologia. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Sandra Lopes Coelho - CRB7/3389

JADERSON PIRES DOS SANTOS VASCONCELOS

Quem é o Tradutor e Intérprete de Libras e Português? Produção de Livro sobre esse profissional em contexto escolar

Dissertação de Mestrado submetida a Universidade Federal Fluminense como requisito parcial visando à obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão

Banca Examinadora:

Rosana Maria do Prado Luz Meireles – INES/CMPDI/UFF (Orientador/Presidente)

Tiago Ribeiro da Silva–DEBASI – Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (membro titular externo)

Wilma Favorito – DESU – Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (membro titular externo)

Osilene Mariade Sá e Silvada Cruz – DESU – Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES/CMPDI/UFF (membro titular interno e revisora)

Diana Negrão Cavalcanti - UFF (membro suplente)

Dedico este trabalho

Àquela que sempre esteve comigo, minha **mãe Cirene Pires**. Mulher guerreira que me passou sua força e me fez o que sou.

Marion Vasconcelos, minha esposa, que sempre esteve ao meu lado, que suportou todos os momentos, me incentivou e faz parte dessa história. Essa vitória é nossa!

Ao **meu/minha filho/a**, para quem eu pretendo ser exemplo e força para que possa valorizar os estudos e acreditar que somos capazes.

Àqueles que estão longe, mas que mantêm seus corações próximos. Minhas **irmãs Jamile, Michela**, meu **cunhado Valdir** e meus **sobrinhos Maria Fernanda e Benson**.

AGRADECIMENTOS

Por trás de toda vitória existe um trabalho realizado. Nossa vida pode ser como um *flash*, mas com inúmeros momentos de muita dedicação que contam com ajuda de pessoas que nos incentivam, nos inspiram e fazem com que sejamos melhores a cada dia.

O caminho até uma vida acadêmica é, por vezes, composto de muitas dificuldades. No meu caso, especificamente, posso dizer que não foram poucas. No entanto, tive a sorte de contar com pessoas que fizeram, fazem e sempre farão parte da minha vida, mesmo que distantes.

Hoje, finalizando mais uma longa e árdua caminhada, tenho a certeza de que dei passos certos. Apesar das dificuldades, suportei até o fim, lutando não só por mim, mas também por minha família. Durante toda minha vida, encontrei pessoas que foram essenciais para cada conquista minha.

Tudo começou na escola! Um garoto que não parava quieto, que arrumava sempre confusão, ficou de castigo e foi suspenso algumas vezes. Hoje, desenha sua história de uma forma mais colorida, com vida! Personagens foram fundamentais para que esse desenho ficasse bonito: **Professora Marci Guilherme (minha eterna “tia Marci”)** e **o professor Paulo Roberto**. Pessoas incríveis que tive a honra de ter como professores. Lembro, certa vez, que estive visitando a escola onde estudei em Resende/RJ. Fiz questão de esperar o professor Paulo Roberto para, primeiro matar a saudade e depois mostrar para ele que seu esforço em lecionar havia dado resultado. Da mesma maneira, fui à outra escola onde a minha “tia” Marci estava trabalhando como Coordenadora Pedagógica. Foi maravilhoso poder reencontrá-los e poder dizer o quanto era grato por tê-los em minha história. À vocês, meus eternos mestres: muito obrigado!

Muito especialmente, agradeço àquela que não apenas meu deu a vida, mas também sempre esteve comigo, **minha mãe Cirene Pires**. Uma mulher guerreira que fez de tudo para que seu filho fosse para um caminho diferente do que muitas pessoas escolhem. Uma mulher que, mesmo perante as dificuldades, jamais deixou faltar nada, que já deixou de pagar luz para que seu filho pudesse

competir em torneio de artes marciais e tantos outros momentos me proporcionou. Hoje, estou aqui comemorando mais uma conquista. Obrigado, mãe!

Hoje, aos trinta e dois anos, casado e futuro pai, vejo quanto o carinho da família faz diferença para alguém. Carinho esse que tenho a oportunidade de retribuir **à minha esposa Marion Vasconcelos**, que sempre esteve ao meu lado, suportando as crises de ansiedade e os vários momentos em que ficava de madrugada escrevendo. Sem você, meu amor, certamente o caminho teria sido mais difícil. Você faz parte dessa conquista. Obrigado por seu amor e participação mais do que especial no roteiro da minha vida.

Como sabemos, a vida é cheia de surpresas e tem um ciclo a ser cumprido. Em meio a um momento turbulento em que o mundo se encontra, Theo ou Sophie vem chegando. Esse pequeno ser que hoje habita o ventre de sua mãe traz a felicidade para muitos, especialmente para mim, que não serei somente um mestre na vida acadêmica, mas terei a responsabilidade, junto com sua mãe, de ser o mestre que irá guiar seu caminho até que ele/ela possa andar sozinho/a. **A você meu/minha filho/a**, agradeço por existir e me dar forças para continuar lutando para te ofertar sempre. Sua felicidade será sempre a minha também!

Agradeço também àqueles que, apesar da distância, estão sempre comigo e são personagens indispensáveis da minha vida. **Minhas irmãs Jamile, Michela, meu cunhado Valdir e meus sobrinhos Maria Fernanda e Benson**. Como a distância é cruel! O sentimento de falta, de saudade, a vontade de apertar...tudo separado por um oceano. Sem o apoio de vocês quando entrei para faculdade, não teria chegado até aqui. Os dias juntos com vocês, as risadas, as brincadeiras e até as coisas erradas. Tudo isso parte de um combo que me faz sentir inteiro. Obrigado, sempre!

Agradeço imensamente à **Prof.^a Dr.^a Rosana Maria do Prado Luz Meirelles**, que sempre acreditou no meu potencial e me orientou para que este sonho se tornasse realidade. Foram inúmeras madrugadas de orientação, broncas e puxões de orelha, mas também de muitas palavras de carinho que me deram força para continuar e foram extremamente importantes para meu crescimento pessoal e profissional. Fico muito feliz em tê-la em minha vida

acadêmica e também em minha vida pessoal, uma vez que irá me ajudar, como madrinha, a cuidar do pequeno Theo ou da pequena Sophie.

Não poderia deixar de lembrar da **Prof. Dr.^a Osilene Cruz**, professora querida que tive durante a graduação e hoje tenho a honra de tê-la em minha banca. Enquanto escrevemos, muitas vezes, não nos damos conta de pequenos detalhes que são extremamente importantes e você, com todo carinho e atenção, soube orientar para que as arestas desta pesquisa fossem aparadas e como resultado obtivéssemos uma pesquisa de qualidade e legítima. Muito obrigado por tudo!

Agradeço **aos meus amigos TILSP**, companheiros de uma jornada profissional, na luta por uma atuação digna e reconhecida. Nosso trabalho foi uma das inspirações dessa pesquisa. E que a partir de nosso trabalho possamos contribuir para educação de surdos.

Agradeço à **comunidade surda** pela oportunidade que tive de conviver com sua Língua e cultura e, a partir dessa convivência, poder despertar para um mundo visual, bilíngue, que me proporcionou tantas conquistas.

Agradeço à **Fundação Municipal de Educação/FME de Niterói e às Escolas Municipais Paulo Freire e Francisco Portugal Neves** por terem me recebido e permitido a realização dessa pesquisa com acolhimento e credibilidade.

Agradeço também à **Universidade Federal Fluminense/UFF, por meio do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão/CMPDI**, por me ofertar a oportunidade de formação para diversidade e inclusão, por ser um espaço de crescimento e fomento de tantas reflexões na contribuição de uma sociedade mais democrática.

E por fim, mas não menos importante, agradeço **aos membros da banca**, por aceitarem participar dessa avaliação, se dedicarem à leitura e contribuírem imensamente para minha formação acadêmica.

A todos os que passaram, ficaram ou se foram! Por tantas experiências de vida! O meu sincero muito obrigado! Eu sou um pouco de todas essas experiências.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS.....	XI
LISTA DE GRÁFICOS.....	XII
LISTA DE FIGURAS.....	XIII
RESUMO.....	XV
ABSTRACT.....	XVI
1. INTRODUÇÃO	
1.1 Apresentação.....	17
1.2 Trajetória e Experiências Históricas na Educação de Surdos.....	20
1.3 Conhecendo a Trajetória, Formação e Aspectos Relevantes para atuação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português.....	43
1.3.1 - O profissional Tradutor e Intérprete de Libras e Português.....	51
1.4 Legislação e Políticas Públicas para Atuação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português.....	58
1.5 - Os desafios do Tradutor e Intérprete de Libras e Português em Âmbito Educacional.....	64
2. OBJETIVOS	
2.1 - Objetivo Geral.....	73
2.2 - Objetivos Específicos.....	73
3. MATERIAL E MÉTODOS	
3.1 – Metodologia.....	74
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	
4.1 – Dos livros existentes.....	82

4.2 – Locais da pesquisa	
4.2.1 – Escola Municipal Paulo Freire.....	88
4.2.2 – Escola Municipal Francisco Portugal Neves.....	90
4.3 - Sujeitos da pesquisa.....	91
4.4 – Análise das entrevistas.....	95
4.5 – O livro: “O Tradutor e Intérprete de Libras e Português: O que a escola tem a ver com isso?”	114
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	
5.1 – Conclusão.....	129
5.2 – Perspectivas.....	133
6. REFERÊNCIAS.....	134
7. APÊNDICES E ANEXOS	
7.1 – Apêndices.....	138

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

APADA – Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos

APILRJ – Associação de Profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras do Rio de Janeiro

ASL – *American Sign Language*

CMPDI – Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão

CORDE - Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

INJS – Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris

PROLIBRAS – Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais – Libras e o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa

TILSP – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português

UFF – Universidade Federal Fluminense

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Pergunta 1: Tem cursos na área de educação especial?

GRÁFICO 2 - Pergunta 2: Já fez cursos de Libras?

GRÁFICO 3 - Pergunta 3: Atua ou já atuou com surdos?

GRÁFICO 4 - Pergunta 4: Domina Libras?

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Sinal de VIAJAR no Estado de São Paulo
FIGURA 2	Sinal de VIAJAR no Estado de Minas Gerais
FIGURA 3	Sinal de VIAJAR no Estado do Rio de Janeiro
FIGURA 4	Sinal de TRISTE
FIGURA 5	Sinal de MUITO TRISTE
FIGURA 6	Sinal de GORD@
FIGURA 7	Sinal de MUITO GORD@
FIGURA 8	Sinal de COLOCAR
FIGURA 9	Sinal de FALTA
FIGURA 10	Layout de capa 1
FIGURA 11	Layout de capa 2
FIGURA 12	Layout de capa 3
FIGURA 13	Livro: “Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental”
FIGURA 14	Livro: “Intérpretes educacionais de Libras: orientações para prática profissional”
FIGURA 15	Livro: “Intérprete educacional: política e prática em sala de aula inclusiva”
FIGURA 16	Livro: “Intérprete de Libras”
FIGURA 17	Livro: “O tradutor e intérprete de Língua brasileira de sinais e Português”
FIGURA 18	Livro: “O que é o intérprete de Língua de Sinais para pessoas surdas”.
FIGURA 19	Livro: “Entre a visibilidade da tradução da Língua de Sinais e da invisibilidade da tarefa do intérprete”
FIGURA 20	Frente da E. M. Paulo Freire
FIGURA 21	Frente da E. M. Francisco Portugal Neves
FIGURA 22	Layout de capa final
FIGURA 23	Layout – Sumário do Livro
FIGURA 24	Prefácio

FIGURA 25	Apresentação
FIGURA 26	Capítulo 1 – pág. 9
FIGURA 27	Capítulo 1 – Sumário
FIGURA 28	Capítulo 2 – pág. 20
FIGURA 29	Capítulo 2 – Sumário
FIGURA 30	Capítulo 3 – pág. 31
FIGURA 31	Capítulo 3 – Sumário
FIGURA 32	Capítulo 4 – pág. 56
FIGURA 33	Capítulo 4 – Sumário
FIGURA 34	Considerações Finais
FIGURA 35	Pós-fácio

RESUMO

O debate sobre as políticas públicas de inclusão tem se dado em todas as esferas sociais e atenção especial tem sido dada à proposta de escolas inclusivas que atendam à diversidade. Nesse contexto, preocupamo-nos com o atendimento e a acessibilidade linguística direcionados aos alunos surdos em escolas públicas regulares inclusivas. O profissional Tradutor e Intérprete de Libras e Português - TILSP-, tem assumido um papel importante no cenário educacional e, diante da necessidade de refletir sobre a atuação desse profissional, este estudo tem como objetivos pesquisar sobre a existência de livros que abordem a temática escolhida, além de estudar a trajetória do TILSP, a legislação que apoia e fundamenta essa profissão e identificar em escolas públicas os questionamentos dos professores sobre essa profissão, por meio de entrevistas semiestruturadas. Para tal, utilizamos a pesquisa qualitativa e de campo (GIL, 2002), a fim de conhecer os questionamentos dos professores e analisá-los por meio de pesquisas bibliográficas. Por fim, nosso objetivo central foi produzir um livro com perguntas e respostas sobre a profissão e atuação do tradutor e intérprete educacional. Como referenciais teóricos, apoiamo-nos em estudos de pesquisadores da área de interpretação educacional como (ALBRES, 2015), (MAGALHÃES, 2013) e (MELO, 2013). Da área de história de educação de surdos utilizamos (ROCHA, 2010) e para abordar educação bilíngue de surdos (CORRÊA E STAUFFER, 2008), (LACERDA, 2006), (LODI, 2005) e (MEIRELES, 2014),. Ao fim desta pesquisa, foi possível compreender a trajetória do profissional TILSP, assim como a legislação que regulamenta a profissão e outras questões necessárias para a atuação em ambiente escolar. Como resultado da pesquisa, foi elaborado um livro com perguntas e respostas sobre o TILSP em contexto escolar, cuja divulgação tem o intuito de esclarecer sobre a profissão do TILSP, contribuindo para informação e formação de professores e demais pessoas da comunidade escolar de modo a implementar melhores condições para a educação bilíngue de alunos surdos nas escolas públicas.

Palavras-Chave: Educação inclusiva, TILSP, Libras, educação bilíngue de surdos.

ABSTRACT

The debate regarding inclusive public policies has been held in every social context and special attention has been given to proposals of creating inclusive schools that meet demands of diversity. In this context, this study is concerned with the needs of deaf students and their linguistic accessibility in regular inclusive public schools. The professional Translator and Interpreter of Libras and Portuguese (TILSP) has taken an important role in the educational scenario and, considering the need of thinking about the practices of this professional, this study aims to research about the existence of books that address the chosen topic, besides studying the professional path of the TILSP, the laws that support and base this profession, and identifying the questions school teachers might have about this profession by means of semi-structured interviews. For that purpose, we used qualitative and field research (GIL, 2002) in order to find out the teachers' questions and analyze them through bibliographic research. Finally, our main goal was to produce a book with questions and answers about the profession and practice of the educational translator and interpreter. Our theoretical references included studies made by researchers in the field of educational interpreting such as (ALBRES, 2015), (MAGALHÃES, 2013) and (MELO, 2013). In the field of history of bilingual education of deaf people we used (ROCHA, 2010) and to address the bilingual education of deaf people the references we used were (CORRÊA & STAUFFER, 2008), (LACERDA, 2006), (LODI, 2005) e (MEIRELES, 2014). At the end of this study, it was possible to better understand the professional path of the TILSP, the laws that regulate this profession, and other aspects that are relevant for the action of this professional in school environments. As a result of our research, a book was produced containing questions and answers about the TILSP in school contexts. The publishing of this material aims to provide clearer knowledge about the TILSP as a professional, thus contributing to the information and formation of teacher and other people in school communities so as to implement better conditions for the bilingual education of deaf students at public schools.

Keywords: Inclusive education, TILSP, Libras, bilingual education of deaf people.

1. INTRODUÇÃO

1.1 - APRESENTAÇÃO

Imaginar como as coisas vão acontecendo durante a vida nos faz refletir sobre as atitudes, caminhos e escolhas que fazemos. Como o passar do tempo, oportunidades surgem a nossa frente e resta-nos, apenas, saber aproveitá-las. Foi assim comigo! A vida foi me mostrando oportunidades e que, particularmente, acredito ter aproveitado.

Sou nascido em Resende/RJ, uma cidade do interior sem muitas oportunidades aparentes. Sempre acreditei que cada um tem seu potencial e o aproveita da melhor maneira. No meu caso, esse potencial foi “obrigado” a se transformar após um dos vários momentos de crise financeira em família. Aos quatorze anos, comecei a trabalhar como Jovem Aprendiz, quando tive meu primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais/Libras¹. Nessa oportunidade, tive contato com um jovem surdo, com quem aprendi e adquiri fluência na Língua, em apenas oito meses. Esse foi o primeiro estímulo de vários que ainda estariam por vir no aprimoramento do meu aprendizado. Aos poucos, passei a participar de várias experiências na Comunidade Surda e, por meio de eventos, passeios e encontros, intensifiquei o meu contato com os surdos e com a Língua de Sinais.

O convívio diário com surdos despertou em mim o interesse pela interpretação. Mas, me levou também a buscar aprimoramento na busca por uma atuação profissional cada vez melhor. Iniciei minha formação como Tradutor e Intérprete de Libras e Português (TILSP) por meio de cursos em instituições privadas da Região Sul Fluminense. Fui inserido na profissão, atuando em pequenas palestras para a própria instituição em que me formei. Foi um processo que, apesar de fácil no início, foi ficando um pouco mais difícil ao longo do caminho. Isso se deve ao fato de o TILSP ter a necessidade de estar em constante processo de formação, pois a Libras é uma Língua viva, com suas regras gramaticais e estrutura própria, assim como todas as outras Línguas tem sentido e funcionalidade na vida cotidiana.

¹A escolha da nomenclatura se justifica pela forma como aparece no texto da Lei 10.436/2002.(BRASIL, 2002)

No decorrer de minha experiência profissional, sentia necessidade de ampliar meu conhecimento sobre tradução e interpretação e os aspectos que envolvem a área da educação de surdos. Aos 23 anos, fui aprovado para o vestibular do Curso de Licenciatura em Pedagogia (modalidade bilíngue – Libras e Língua Portuguesa) do Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES, com início no ano de 2013. Foi uma experiência maravilhosa poder compartilhar e viver experiências com os surdos no espaço que é considerado a “casa dos surdos”. Se antes minha paixão pela profissão de TILSP era grande, no momento em que tive esse contato diário com surdos que são vistos como referência por suas pesquisas e militância na comunidade surda como Nelson Pimenta, Ana Regina Campello, Patrícia Rezende, Áulio Nóbrega, entre outros, essa paixão aumentou consideravelmente.

Foram quatro anos de muito estudo na área da surdez e interpretação. Durante esse tempo, adquiri meu certificado por meio do exame do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/PROLIBRAS², continuando minha formação por meio de cursos de extensão e leituras aprofundadas sobre o tema, concluindo o curso de Pedagogia em junho de 2017.

Apesar da formação como Pedagogo em perspectiva bilíngue, algo ainda me incomodava na educação de surdos. Durante as diversas experiências como intérprete educacional, pude ver e vivenciar situações que, particularmente, me fizeram refletir. Ao longo da minha experiência como intérprete educacional em escola de Ensino Fundamental, pude perceber que o TILSP, apesar da Lei 12.319/2010 que regulamentou a profissão, continua sendo uma incógnita no ambiente escolar. Levando em consideração as experiências que tive enquanto intérprete educacional, foi possível perceber que a escola, em sua grande maioria, demonstra não saber quem é esse profissional, suas atribuições, seu papel em sala de aula e também a maneira como o trabalho é exercido nos diversos contextos escolares com o aluno surdo incluído. Tal incômodo gerou a vontade de pesquisar mais sobre o tema, a fim de criar um material que pudesse,

² O exame Prolibras é um exame de proficiência que objetiva certificar instrutores e professores de língua de sinais e tradutores e intérpretes de língua de sinais. (QUADROS, 2009, p. 9)

de alguma maneira, esclarecer a comunidade escolar sobre a atuação do TILSP educacional.

Foi, então, que me inscrevi no edital de seleção para a turma 2017 do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão – CMPDI/UFF. O principal motivo de ter escolhido o CMPDI é a qualidade dos conteúdos que me ajudaram no processo de conhecimento não só sobre educação de surdos, mas também em todo o âmbito de uma educação voltada para a diversidade. O curso de mestrado possibilitou uma experiência significativa, pois, além de desenvolvimento intelectual maior sobre as diversas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, as altas habilidades e superdotação, tive a oportunidade de criar um produto da pesquisa que possa mostrar para a escola, de maneira objetiva e esclarecedora, quem é o profissional TILSP.

Muitas pesquisas vêm sendo realizadas sobre o tema nos últimos 20 anos como: Lacerda (2014), Albres (2015) e Melo e Soares (2015). No entanto, ainda existem muitas dúvidas manifestadas nas escolas e na sociedade sobre a atuação desse profissional como, por exemplo, o limite de sua atuação. Com a falta de esclarecimentos para os professores, o TILSP pode não exercer sua função adequadamente e diminui as possibilidades de potencializar o aprendizado dos alunos surdos. Preocupado com essa realidade e com a intenção de que o conhecimento possa chegar a um maior número de pessoas, de maneira simples e acessível, esta pesquisa visou à produção de um material que pudesse ser rico em informação, mas com conteúdo distribuído em forma de perguntas e respostas utilizando, concomitantemente, uma linguagem acadêmica e simples, esclarecedora, tanto para pesquisadores da área, quanto para professores ou leigos no assunto.

Diante do exposto, o produto deste estudo é um livro de perguntas e respostas sobre a profissão e o profissional TILSP. Para a confecção do livro foi feita uma pesquisa em duas escolas do município de Niterói/RJ. O foco da pesquisa não foram os alunos surdos, mas sim professores que atuam com esses alunos no primeiro e segundo segmentos do Ensino Fundamental. O objetivo foi investigar, junto aos professores, as dúvidas em relação ao profissional TILSP na escola e, a partir desses questionamentos, desenvolver perguntas e respostas

que compusessem o livro. As perguntas foram respondidas com base em pesquisa bibliográfica, apoiada em pesquisadores da área.

Estar na área acadêmica em concomitância com a experiência profissional enquanto TILSP proporcionou um crescimento intelectual que certamente corroborou para a pesquisa.

Diante do muito que se tem a fazer em relação à atual demanda da educação inclusiva e à inserção das pessoas surdas nesse cenário, durante minhas experiências alguns questionamentos surgiram. Foram eles: Como se estruturou a educação de surdos ao longo da história? Como se construiu a função e atuação dos profissionais intérpretes ao longo dessa trajetória? Qual o papel do intérprete na consolidação de uma proposta bilíngue de educação de surdos? De que maneira as orientações legais têm se traduzido no ambiente escolar no que se refere à atuação do intérprete? E será que os professores das escolas regulares inclusivas conhecem e sabem a função desse profissional nas escolas? Que demandas de informação sobre a atuação do intérprete de Libras estão presentes no cotidiano escolar?

Para atender a essas demandas foi realizada uma pesquisa bibliográfica para estudar sobre a profissão do tradutor e intérprete e um estudo de campo junto aos professores de escolas públicas com a intenção de conhecer dúvidas e necessidades de esclarecimentos em relação à atuação do profissional TILSP, para que pudéssemos organizar e escrever um livro de perguntas e respostas sobre essa profissão, tendo em vista a possibilidade de que as informações contidas no livro possam servir de base para esclarecimentos e futuras mudanças na educação de surdos.

1.2 – TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Na intenção de contribuir para o entendimento sobre como se formaram as ideias e perspectivas na educação de surdos, buscamos neste capítulo fazer uma breve análise sobre como os acontecimentos sociais levaram à construção da perspectiva que temos, hoje, na educação de surdos. Para tal, foi feito um

apanhado histórico sobre a educação desses indivíduos. Por meio da história da educação de surdos, tivemos a intenção de compreender a trajetória do profissional TILSP ao longo das demandas surgidas durante a atuação e afirmação dessa profissão.

Hoje, os surdos têm seus direitos garantidos (BRASIL, 2002 / 2005), mas nem sempre foram reconhecidos e respeitados como membros participantes da sociedade. Na Idade Antiga, esses indivíduos, pelo fato de serem surdos, sofriam grandes atrocidades. Não eram vistos como parte inerente de um meio social.

Inicia a história na antiguidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: A infeliz criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma tradição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar (BERTHIER, 1984, p.165).

Como se percebe, de acordo com a cultura espartana, o surdo era considerado um indivíduo que nada tinha a contribuir para seu povo. Os espartanos eram grandes guerreiros e se orgulhavam disso. Portanto, pessoas com deficiência eram vistas como defeituosas, incapazes e não eram consideradas aptas a lutarem por seu povo.

Assim como em Esparta, em outros sistemas políticos, os surdos também eram marginalizados. Na sociedade romana, por exemplo, tinham seus direitos privados onde as leis permitiam aos pais matar, por afogamento, as crianças com deformidades físicas. As crianças que não morriam eram fadadas a serem exploradas nas cidades ou em circos e festas para divertir a soberania. (MEIRELES, 2010)

Na Idade Média, os surdos passaram a ser vistos a partir da religião cristã e a igreja católica passa a dominar as concepções criadas e divulgadas a respeito das pessoas com deficiência. Nesse contexto, ao falar sobre a questão dos surdos, Meireles (2010, p.33) afirma que nessa época

se intensificou a crença em fatores sobrenaturais e a deficiência era atribuída à vingança dos Deuses, pecado, possessão, obra de maus espíritos e outros poderes invisíveis. Porém, com as ideias da chegada de Jesus Cristo proclamadas pelo Cristianismo, as pessoas deficientes deixaram de ser abandonadas, pois a Igreja

condenava essa ação. As práticas de eliminação compulsória de bebês com deficiência passaram a ser condenadas. Os cristãos passam a defender o direito à vida, a compaixão e o amor ao próximo. As mulheres, as crianças e pessoas entendidas como "diferentes" passaram a ser consideradas "filhos de Deus", donos de uma alma e, conseqüentemente, humanos.

Apesar de serem consideradas como tendo direito à vida, as pessoas com deficiência eram vistas como castigadas por Deus e continuavam sendo afastadas do convívio social, sendo relegadas à caridade e ao assistencialismo. Foi nessa época No período renascentista, houve uma iniciativa de trabalho pedagógico com surdos reportada como a primeira. Destaca-se o trabalho do monge beneditino Pedro Ponce de León (1520 – 1584), a quem se atribuíram os processos pedagógicos iniciais para a educação de surdos (LODI, 2005). Mesmo não levando em consideração a Língua de Sinais, seu trabalho foi muito importante e reconhecido. De acordo com Lodi (2005, p. 411)

Embora seja reconhecido e enfatizado em seu trabalho o ensino da fala aos surdos, o foco de sua educação era a linguagem escrita, pois, até o final deste século, acreditava-se que à escrita cabia a chave do conhecimento, ou seja, ela era tida como a natureza primeira da linguagem; a fala era apenas um instrumento que a traduzia. À escrita, fora atribuído, assim, um signo de poder.

A escrita assumia papel importantíssimo, pois, por meio dela, a igreja detinha o domínio de todo conteúdo que fosse difundido para a plebe, de acordo com seus interesses. A igreja manteve, por meio da escrita, a centralização cultural e sociopolítica da época (LODI, 2005).

De fato, Ponce de León exerceu papel importante na educação de surdos, porém, é importante esclarecer que ele não pode ser considerado o primeiro professor de surdos. Segundo Berthier (1984, p.169),

Antes de Ponce, muitas tentativas isoladas de instrução tinham sido feitas, com nível de sucesso variável, tanto na França quanto no exterior. Em 1578, Joachim Pascha treinou dois de seus próprios filhos surdos, mas suas tentativas não obtiveram reconhecimento público. Jérôme Cardan, uma das pessoas mais inteligentes de seu tempo, e quem talvez tenha mais profundamente revigorado a escola filosófica de seu século, buscou demonstrar que a educação do surdo não era uma impossibilidade; ele não parou aí e manteve um relatório escrito sobre alguns importantes pontos sobre este especial tipo de ensino

Embora tivesse seu trabalho reconhecido, Ponce de León não foi o primeiro professor de surdos. Ele colocou a educação de surdos em evidência

maior do que os professores supracitados conseguiram fazer, mas não podemos deixar de reconhecer seu importante papel no processo pedagógico inicial para educação de surdos.

Apesar de os primeiros registros de metodologia pedagógica para educação de surdos datarem do início do séc. XVI, somente em 1620 foi publicado o primeiro livro com o título *Reduction De Las Letras, Y Arte Para Ensenar a Ablar Los Mudos*, tendo como autor Juan Pablo Bonet (ROCHA,2005).

No decorrer da história, mais precisamente no séc. XVIII (1755), o abade Charles M. de L'Epée, ao observar surdos de Paris, percebeu que eles se comunicavam por meio de uma linguagem gesto-visual e criou, a partir dessa observação, uma metodologia com base na Língua Francesa escrita para o ensino de surdos. L'Epée considerava que além da comunicação, o uso de uma Língua de Sinais podia claramente ser utilizada para o aprendizado da Língua Francesa escrita (FICHER 1993).

Outra figura importante na história da educação de surdos no mundo foi Roch-Ambroise Cucurron Sicard. Abade francês e instrutor surdo formado por l'Epée, anteriormente, já havia sido eleito diretor de uma escola de surdos em Bordeaux, França, em 1786. Com a morte de l'Epée, em 1789, Sicard assume a direção do Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris – INJS, ocupando tal cargo até sua morte em 10 de maio de 1822. O Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris (atual Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris - INJS) foi fundado no ano de 1760 por l'Epée, sendo a primeira escola gratuita para surdos na França.

No Brasil, ainda no período do primeiro império, os passos iniciais para a educação de crianças aconteceram em 15 de outubro de 1827 quando foi sancionado pelo então Imperador D. Pedro I a Lei Geral que autoriza a criação das chamadas “escolas de primeiras letras”. Essa Lei dizia que:

D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súbditos que a Assembleia Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º – Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 2º – Os presidentes das Províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não tiverem exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidade das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta á Assembleia Geral, para final resolução (BRASIL, 1827)

Sancionar essa lei foi a primeira ação que possibilitou, oficialmente, algum tipo de educação para crianças no Brasil. Mas, para os surdos, ainda havia muito tempo a esperar. É importante lembrar que, naquela época, a educação era privilégio de famílias ricas. Sobre esse privilégio:

As escolas de primeiras letras foram criadas com o objetivo de ensinar a ler, escrever e contar. Numa sociedade escravocrata, essa era uma escola destinada aos pobres brancos e livres. Não guardava uma intenção de continuidade com os níveis de instrução secundária e superior, que eram destinados à aristocracia. (ROCHA, 2005, p. 23)

Em uma sociedade aristocrata, não havia interesse do Estado para que a população pobre tivesse acesso a uma educação de qualidade. Para esse grupo estavam reservadas, apenas, noções básicas de ler, escrever e saber fazer contas, o suficiente para que exercessem uma atividade de trabalho.

Durante esse período da educação no Brasil, em que o Estado não objetivava o ensino de qualidade aos pobres, foi fundado, em 1837 o então Imperial Colégio de Pedro II, durante o Segundo Reinado (VENDAS, 2017). Ainda sob a perspectiva educacional aristocrática, essa instituição de ensino que é referência ainda nos dias atuais foi claramente fundada para atender os interesses da elite. Vendas (2017, p. 28) corrobora:

O colégio veio a ser, então, uma instituição secundarista sob o controle do Estado que oferecia uma educação de alto nível para os filhos da elite. Seus estudantes eram habilitados a ingressarem no ensino superior sem prestar exames. Dessa forma, o império garantia a formação desejada para os jovens que futuramente ocupariam cargos de influência e tomada de poder.

Ao garantir o ingresso desses jovens ao Ensino Superior, instantaneamente, o Estado garantia que uma linha de poder e tomada de decisões fosse seguida. Nesse modelo, o colégio se tornou referência em ensino que se perpetua até hoje.

Mas, no Brasil, a educação de surdos ganhou relevância somente com a chegada, em 1855 de um surdo francês, ex-aluno do Instituto Nacional de Jovens Surdos - INJS, chamado E. Huet. Ao chegar, Huet encontrou-se com D. Pedro II e o convenceu a fundar uma escola para surdos. Segundo Rocha (2005, p. 30), a escola “passou a funcionar em 1º de janeiro de 1856, nas dependências do colégio de M. De Vasssimon, no modelo privado”. Nessa escola, podiam estudar crianças de ambos os sexos. Durante muito tempo, recebeu, também, alunos do exterior, tornando-se referência em assuntos educacionais, profissionalizantes e de socialização de surdos.

É importante lembrar que a participação de europeus foi muito importante para criação de escolas para surdos no mundo. Da mesma forma como Huet fez no Brasil em 1856, Thomas Hopkins Gallaudet, fez alguns anos antes, nos Estados Unidos, em 1814, com a ajuda do surdo francês Laurent Clerc. Segundo (STROBEL, 2009):

Thomas H. Gallaudet, junto com Clerc fundou em Hartford, 15 de abril, a primeira escola permanente para surdos nos Estados Unidos, “Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de pessoas Surdas e Mudas”. Com o sucesso imediato da escola levou à abertura de outras escolas de surdos pelos Estados Unidos, quase todos os professores de surdos já eram usuários fluentes em Língua de Sinais e muitos eram surdos também

Essa foi uma ação precursora no que diz respeito à educação de surdos nos Estados Unidos. Por ter sido de grande importância, serviu de modelo educacional para surdos em todo país e também como incentivo para a fundação de outra instituição para ensino de surdos com igual importância: a Gallaudet University.

A Gallaudet University, de fato, era muito conhecida pela magnitude do trabalho que exercia ganhando, inclusive, a admiração do então Imperador Pedro II (Diários de Pedro II, p.51, *apud* ROCHA 2005, p. 32):

Há 44 anos nos Estados Unidos. Com 4.000 e tantos alunos, e 25.000 surdos-mudos nos Estados Unidos. Neste belo estabelecimento perfeitamente colocado e com 150 acres de terreno onde os alunos trabalham e saem bacharéis em letras ou ciências. Metade deles articulam e falam melhor ou pior. Resolvem equações algébricas, discorrem por escrito na pedra perfeitamente expondo um a teoria dos eclipses e outro traduzindo falando Horácio e uma passagem das Catalinárias mostrando saber bem latim. O diretor é filho de uma pessoa

que aprendeu em Paris com abade Sicard. Casou com uma de suas discípulas surda-muda que é mãe do diretor e a qual me deu herança que plantei na escada do estabelecimento. Fiquei encantado da visita.

Tendo sido fundada em Washington D. C.³, capital dos Estados Unidos, a Gallaudet University é uma instituição voltada para educação específica de surdos. A Língua oficial da universidade é a ASL (American Sign Language), usada por professores, alunos e funcionários. Aceita o ingresso de alunos ouvintes, desde que tenham domínio da ASL. Professores ouvintes também são aceitos e, por dois anos, têm a presença do intérprete de ASL em sala de aula.

Muitos personagens contribuíram com essa história e diversas foram as conquistas na educação de surdos até esse momento. Entretanto, questões políticas e econômicas levaram os educadores a um encontro internacional com a intenção de pensar a educação de surdos em âmbito mundial. Esse evento ocorreu entre os dias 6 e 11 de setembro de 1880 e ficou conhecido como o Congresso de Milão.

De acordo com Rocha (2010), alguns autores têm descrito esse Congresso como o grande vilão da educação de surdos, como aquele momento em que se pôs a perder todas as conquistas e todos os ganhos da educação de surdos até 1880. De acordo com a autora:

As grandes narrativas sobre a Educação de Surdos vêm demarcando o campo em duas idades míticas, a saber: o período antes do Congresso de Milão e o período depois do Congresso de Milão. Antes de Milão corresponderia a um tempo no qual os surdos, de maneira geral, usavam livremente a Língua de Sinais, terminavam com sucesso seus estudos, tinham ótimo desempenho social, criavam eventos de convivência para celebrar seus heróis (...) e contribuíam para a criação de outros espaços educacionais para seus semelhantes. Esse tempo estaria, mais ou menos, localizado do final do século XVIII até a década de oitenta do século XIX. (ROCHA, 2010, p.101)

Assim, em 1880 com o Congresso de Milão, na Itália, o tempo em que a educação de surdos transcorria perfeitamente foi interrompido brutalmente por um Congresso que impôs a Língua oral a todas as instituições de educação de surdos no mundo. Após o Congresso de Milão, a supremacia do método oral puro

³Washington D. C. é a capital e o distrito federal dos Estados Unidos. D.C. é a abreviatura de Distrito de Colúmbia (District of Columbia), onde a cidade está localizada.

se posicionou e o ideário oralista, vitorioso, ocupou a cena política e educacional da Educação de surdos. (ROCHA, 2010)

Sobre essa visão mítica voltada ao Congresso de Milão, Rocha (2010) alerta para a necessidade de um olhar mais apurado e amplo sob as atas do referido Congresso, onde constam outros assuntos debatidos para além da questão linguística dicotômica entre Língua de Sinais ou Língua Oral. As atas mostram outros assuntos debatidos como, por exemplo, questões referentes ao tipo de escola mais adequada para os surdos, o planejamento escolar, o tempo de duração do ensino, quantidade de alunos por classe, diferença de ensino para os surdos congênitos ou com surdez adquirida, metodologias, materiais didáticos, profissões a serem incentivadas para os surdos, entre outras questões. (ROCHA, 2010).

O grande problema é que as narrativas históricas estão tão centradas nas consequências oralistas do Congresso de Milão, que perdem a oportunidade de compreender a história em seu contexto mais amplo.

Uma questão que se apresenta como consequência dessas narrativas dicotômicas e essencializadas é o possível apagamento das variáveis, as quais, se investigadas, poderiam ampliar a compreensão dos projetos de aquisição dessas Línguas na história. O próprio debate linguístico que tem sido realizado no campo, por força de sua natureza política não deixa emergir para a história toda extensão possível desse mesmo debate. (ROCHA, 2010, p. 109-110)

Na falta de estudos que promovam um maior debate sobre as intenções e consequências do Congresso de Milão, é preciso considerar que, de fato, no referido evento, prevaleceu um número maior de educadores que defendeu a utilização exclusiva do método oral puro sob o argumento de que a utilização da Língua de Sinais prejudicava o aprendizado da Língua oral e da escrita. No entanto, consta nas atas, também, o posicionamento do Reverendo Thomas Gallaudet.

(...) presidente do então Collegio de Surdo-Mudo de Washington, USA, defendeu o sistema combinado e a manutenção dos sinais como linguagem natural dos surdos. Tendo usado linguagem de sinais por cinquenta anos, ressaltou a sua importância para o surdo, dizendo ser sua utilização necessária para tirá-lo do isolamento que a surdez promove. Aliado ao pensamento de Gallaudet, o Doutor Peet, Nova York, era de opinião que os sinais se desenvolvem naturalmente na mente dos surdos, como imagens e gravuras. E disse, ainda, que se dois surdos

fossem colocados juntos, com certeza, eles desenvolveriam a linguagem dos sinais (...) (BRASIL 2011, pág. 19).

Assim, percebemos que houve posicionamentos antagônicos à supremacia dos métodos orais. Mas, como esses argumentos estavam em menor número, foram vencidos e a resolução tomada pelo Congresso foi, de fato, uma orientação voltada para exclusiva utilização da oralidade, como se pode ler nas Atas do Congresso de Milão (BRASIL, 2011, p.4):

Considerando a incontestável superioridade da linguagem oral sobre a de sinais na reintegração do surdo-mudo à sociedade, permitindo a mais perfeita aquisição de conhecimento, Declara: que se deve dar preferência ao Método Oral ao método de sinais para educação e ensino do surdo-mudo.

Sobre a decisão de adotar a oralização na educação de surdos, também nas atas do Congresso (BRASIL, 2011, p.5) encontramos:

Considerando que o ensino de surdos, que utilizam o Método Oral Puro, deve assemelhar-se, o máximo possível, ao ensino daqueles que ouvem e falam, Declara: 1. Que o meio mais natural e efetivo, pelo qual os surdos que falam possam adquirir o conhecimento da linguagem, é através do método "intuitivo", que consiste em expor primeiro pela fala e, posteriormente, pela escrita os objetos e os fatos que ocorrem diante dos olhos dos alunos.

Na verdade, instiga-nos a possibilidade de leitura mais aprofundada das atas do referido Congresso a fim de compreender as nuances que envolviam políticas linguísticas da época, uma vez que nenhum fato histórico pode ser compreendido fora de seu contexto social, econômico e cultural. Os interesses, valores e políticas vigentes, na época, seriam extremamente relevantes para esclarecer intenções e direcionamentos do Congresso em questão. No entanto, essa investigação não se faz objetivo de nossa pesquisa e, por esse motivo, daremos continuidade ao fluxo histórico para nos inteirarmos dos acontecimentos históricos que perpassaram a Educação de Surdos.

Ainda sobre o Congresso de Milão, uma particularidade linguística interessante é a informação de que, nas instituições de ensino, surdos fluentes na Língua de Sinais ficassem separados daqueles que ainda não tivessem contato algum com a Língua, evitando, dessa forma, que alunos novos fossem influenciados pelo uso da Língua de Sinais, como podemos observar em um trecho retirado das Atas do Congresso de Milão (BRASIL, 2011, p.8):

(...) 1-os alunos que ingressaram mais recentemente na escola devem formar uma classe à parte, na qual o ensino deva ser efetuado por meio da fala.

1- Que esses alunos iniciantes devam ficar completamente separados, até o término da escola, daqueles alunos adiantados, educados por meio da Língua de Sinais, sendo tardio o ensino da fala.

2- Que a cada ano seja formada uma nova classe oralizada até que todos os alunos antigos, que aprendem por meio de sinais, tenham concluído a educação escolar.

O objetivo principal, como se percebe, era isolar os alunos surdos sinalizantes para que não influenciassem os novos alunos que seriam educados, exclusivamente, por meio do método oral. Assim, as decisões tomadas no Congresso de Milão corroboraram de maneira significativa para o isolamento dos alunos surdos em uma época em que a eficiência era marcada pelo padrão da normalidade. Dessa maneira, a orientação de ensino conhecida como oralismo prevaleceu nas instituições de ensino para surdos.

Uma das justificativas, de acordo com Streiechen (2012) é que o pensamento só podia se desenvolver caso o indivíduo pudesse falar e, conseqüentemente, desenvolver a fala seria impossível sem a audição. Essas eram teorias mais voltadas para diagnósticos clínicos e não aspectos pedagógicos com fins educacionais. Além disso, essa orientação também tinha por objetivo “esconder” a deficiência (SCHELP, 2008, p. 3039). Os primeiros processos pedagógicos que seguiam a orientação de ensino oral foram abusivos e aplicados de forma massacrante. Para isto, Schelp (2008; p. 3038) corrobora:

A filosofia que imperava nesta época era o Oralismo, com pedagogias corretivas, metodologias extremamente cansativas e massacrantes, treinamentos fonoarticulatórios e leitura labial/orofacial, todos com o objetivo de recuperar e de aproximar o surdo de um modelo ouvinte. Afirmavam que a sua Língua natural era a falada.

Os reflexos negativos da implementação desse método não atingiram somente aqueles surdos que estavam no processo de aquisição da Língua de Sinais, mas principalmente surdos que haviam se formado e se tornado professores. Houve um grande prejuízo, pois os institutos/escolas acabaram por demitir esses professores, haja vista que seu trabalho não era mais necessário (SCHELP, 2008).

A orientação por uma pedagogia centrada na oralidade para educação dos surdos perdurou por cerca de 100 anos. De acordo com Rocha (2010), essa narrativa sobre um centenário de oralismo na educação tem implicado poucas pesquisas sobre esse período. A orientação para que a educação se baseasse no ensino da Língua oral é verdadeira, mas são poucos os estudos históricos sobre as primeiras décadas do século XX. Esse tempo é compreendido e referendado como uma época obscura e invariavelmente oralista “(...) em decorrência dessa apreensão, perdemos a possibilidade de investigar os diferentes processos pelos quais passaram as discussões de aquisição de Língua e escolarização dos surdos no citado período”. (ROCHA, 2010, p.111). Sendo assim, não podemos negar o fato de que o oralismo tenha prevalecido no referido período e que os surdos foram oprimidos em suas manifestações linguísticas. Mas, como se posicionaram ou resistiram a essas imposições? Quais foram as estratégias de sobrevivência linguística? Que posicionamentos políticos envolviam tais direcionamentos? Essas e outras questões estão encobertas por poucas pesquisas que, apenas, citam os cem anos de opressão oralista.

Sobre os cem anos de oralismo, os autores Skliar (2006), Silva e Favorito (2009), Goldfed (2002), Fernandes (2007) relatam grandes prejuízos à educação de surdos. A orientação da educação voltada, fundamentalmente, para o aprendizado da Língua oral se baseou em um modelo clínico-terapêutico, que entendia a surdez como patologia e que, portanto, deveria ser reparada por meio da reabilitação, do uso de aparelhos reparadores da audição e do aprendizado da fala e da leitura labial para estabelecer comunicação com a sociedade majoritariamente ouvinte. De acordo com Fernandes (2007, p.48):

Assim, toma-se a patologia do ouvido, explica-se sua anatomia e mau funcionamento e classifica-se o déficit biológico do sujeito. Para seu tratamento, indicam-se aparatos tecnológicos, investe-se em aparelhos auditivos e implantes cocleares (mesmo sem a certeza de sua eficácia). Para restabelecer as funções auditivas ineficientes ou inexistentes, são aplicados métodos de reabilitação da audição e da fala. Embora o professor esteja à frente desse processo, seu fazer tem caráter de tratamento clínico-terapêutico, já que reproduz estratégias usadas na fonoaudiologia para a produção da fala e a leitura labial. Em síntese, o ouvido defeituoso, e não o sujeito Surdo, é o centro do processo pedagógico. (FERNANDES, 2007, p.48)

Essa visão clínica da educação de surdos coadunava com uma época de evolução das ciências, das pesquisas e da crença do homem como centro do universo. A ideia de que as descobertas científicas e tecnológicas trariam o progresso da humanidade se estendeu, também, ao campo educacional e educar as pessoas com deficiências foi entendido como medicalizar⁴, tratar e reparar as deficiências, como uma maneira de usar o progresso em favor da evolução humana.

Assim, o modelo clínico-terapêutico provocou efeitos prejudiciais nos aspectos sócio emocionais dos indivíduos surdos, reforçando a imagem de deficiência e mantendo-os afastados dos sistemas de discussões sobre a educação de surdos. As dificuldades de aprendizado da Língua oral provocaram sérias consequências para o desenvolvimento das crianças surdas. No entanto, “apesar das condições adversas, os surdos não deixaram de lutar pelos seus direitos, fundamentalmente, ao do uso da Língua de Sinais, preservando as experiências que possibilitaram a organização das primeiras comunidades surdas” (FERNANDES, 2007, p. 64). As Línguas de Sinais, embora estivessem proibidas, se mantiveram vivas nos corredores das instituições, nos encontros entre grupos de surdos, nos diversos lugares onde viviam e resistiam os surdos.

Por muito tempo, os movimentos de resistência surda, aliados aos estudos da sociolinguística que se organiza como uma ramificação da ciência da linguagem valendo-se de estudos que ressaltam a multiplicidade de Línguas e culturas humanas existentes faz com que os estudos sobre Línguas minoritárias sejam intensificados.

Dessa maneira, a partir das pesquisas de William Stokoe na década de 1960 inicia-se, em vários países do mundo, uma série de críticas ao oralismo. Capovilla (2000, p. 102), sobre o oralismo diz que:

Apesar das intenções de integração, não se pode dizer que o método oralista tenha tido sucesso ao atingir seus objetivos, quer em termos de desenvolvimento da fala, quer da leitura e escrita. Em todo o mundo,

⁴ De acordo com Skliar(2006, p.79), medicalizar a surdez significa orientar toda a atenção à cura do problema auditivo, à correção dos defeitos da fala, à correção de certas habilidades menores, como a leitura labial e a articulação, mais que a interiorização de instrumentos culturais significativos, como a Língua de Sinais.

apenas um pequeno percentual daqueles que perderam a audição precocemente consegue falar de modo suficientemente inteligível a terceiros. Na Alemanha de acordo com o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (06/11/1995), tal percentual é estimado em 0,5%. Além disso, como sua articulação incomum tende a ser recebida com estranhamento pelos ouvintes, muitos dos que conseguiam aprender a oralizar sentem-se inibidos e desencorajados em fazê-lo fora de seu círculo de amizade no dia-a-dia.

Essas críticas se juntam a uma nova visão por parte da comunidade em geral sobre os grupos minoritários que lutam pelos direitos humanos, culturais e linguísticos além de combaterem o preconceito.

Diante das dificuldades encontradas pelo oralismo, da opressão imposta aos surdos e dos estudos linguísticos sobre as Línguas de sinais, nessa ocasião, de acordo com Silva e Favorito (2009), surgem os métodos combinados dentro do que ficou conhecido como Comunicação Total, que nada mais era do que poder usar diversos tipos de recursos para estabelecer comunicação entre surdos e ouvintes.

Assim, a oralização deixava, aos poucos, de ser o objetivo maior da educação de surdos para se transformar em um dos canais a serem estimulados, com o objetivo de efetivar a comunicação entre os surdos e a sociedade majoritária ouvinte. Nessa perspectiva, todos os recursos possíveis eram valorizados: o desenho, a fala, os livros, teatro, pantomima, mímica, alfabeto manual, gestos e sinais. A Língua de Sinais, embora ainda não fosse, de fato, valorizada, começou a ser admitida nos espaços escolares.

Os profissionais começam a aliar a Língua oral aos elementos da Língua de Sinais e acontecem diversas tentativas de aproximar as duas Línguas, o que resulta no uso concomitante de características das Línguas orais e sinalizadas.

De acordo com Paula e Prado (2017, p.21)

(...) a Comunicação Total causava desestruturação em ambas as Línguas. O que resultou no uso do português sinalizado, ocasionando conflito na construção do pensamento dos indivíduos surdos. Isto aconteceu porque é inviável, para qualquer pessoa, organizar seu pensamento em duas Línguas ao mesmo tempo. Assim, para os indivíduos surdos é inviável pensar em LIBRAS e em Língua Portuguesa em um único momento.

A aquisição de conhecimento pelo usuário de duas Línguas simultaneamente fica comprometida, além de interferir na aquisição de ambas. Corroborando, Godfeld (2002, p. 106) diz que “além das consequências no nível cognitivo, as interferências que uma Língua provoca na outra podem causar dificuldade na aquisição plena das Línguas separadamente.”

A Comunicação Total teve grande repercussão no Brasil nos anos 1980 e sua maior importância foi a revitalização do uso das Línguas de sinais. Embora as Línguas de sinais ainda não fossem, totalmente, reconhecidas pela educação, em seus valores linguísticos e culturais, o fato de começaram a ser admitidas nos espaços escolares, abriu possibilidades para a sua afirmação. Em contribuição, Meireles (2006, p. 41) acrescenta que:

Apesar das contradições apresentadas pela Comunicação Total, não se pode deixar de reconhecer a importância desta filosofia no processo evolutivo da aceitação da Língua de Sinais e valorização do indivíduo surdo. A Comunicação Total surge numa época em que os surdos eram proibidos de utilizarem sua Língua natural, ao mesmo tempo em que os educadores não encontravam meios de transmitir-lhes satisfatoriamente os conteúdos propostos, restringindo-os às informações limitadas e concretas que dificultavam o crescimento do indivíduo surdo. Foi a partir desta filosofia que o mundo passou a se abrir para aceitação das Línguas sinalizadas e para a concepção dos surdos como seres pensantes capazes de reger suas próprias vidas.

As contribuições da proposta da Comunicação Total para educação de surdos foram diversas abrindo novos caminhos para o desenvolvimento educacional pleno do surdo. Apesar de a Comunicação Total não ter como foco a utilização da Língua de Sinais no processo de ensino-aprendizagem dos surdos surgiu em um período em que a proposta do Oralismo estava em decadência, não atendendo as necessidades educacionais desses alunos.

Apesar disso, da mesma maneira como ocorreu com a filosofia oralista, com o passar dos anos, as práticas pedagógicas que faziam parte desta proposta pedagógica começaram a ser questionadas quanto a sua eficácia. Mesmo tendo o uso da Língua de Sinais como auxílio para a comunicação com o alunado surdo nos resultados encontrados a partir dessas práticas pedagógicas existia ainda um déficit a ser solucionado no que diz respeito ao desenvolvimento do aluno surdo. De acordo com Capovilla (2000. 108):

Embora a comunicação total entre crianças surdas e a comunidade ouvinte tivesse melhorado drasticamente com a adoção dos métodos da comunicação total, foi observado que as habilidades de leitura e escrita ainda continuavam mais limitadas do que o esperado.

Com vistas a compreender o porquê de permanecerem as dificuldades para o desenvolvimento de leitura e escrita de alunos surdos, as pesquisas nessa área foram se ampliando, principalmente na década de 70, com grande destaque do *Centro de Comunicação Total de Copenhague*, que se baseou em filmagens de conversas entre alunos surdos e professores ouvintes usuários da Comunicação Total. Capovilla (2000, p. 108) relata:

Uma linha de pesquisa filmava as conversações entre surdos em Língua de Sinais. Outra linha de pesquisa filmava as professoras do centro enquanto davam aula aos seus alunos, falando e sinalizando ao mesmo tempo. Enquanto a primeira linha de pesquisa permitiu a descoberta de regras fonológicas, morfológicas e sintáticas da Língua de Sinais dinamarquesa, a segunda linha de pesquisa permitiu uma descoberta desconcertante.

Essa pesquisa possibilitou descobrir que as professoras não compreendiam o que elas mesmas procuravam transmitir a seus alunos. Conforme relata, Capovilla (2000, p. 108):

Para tanto, eles filmaram as aulas em comunicação total ministradas pelas professoras, em que elas sinalizavam e oralizavam ao mesmo tempo. Então, colocando as professoras “na pele” de seus alunos surdos, eles exibiram as fitas às professoras, mas sem o som da fala. Para surpresa geral foi descoberto então que, quando estavam impossibilitadas de ouvir a fala que acompanhava a sinalização, as professoras exibiam uma grande dificuldade em entender o que elas próprias haviam sinalizado. As próprias professoras perceberam então que, quando sinalizavam e falavam ao mesmo tempo, elas costumavam omitir sinais e pistas gramaticais que eram essenciais à compreensão das comunicações, embora até então costumassem crer que sinalizassem cada palavra concreta e de função gramatical em cada sentença falada.

Ao utilizar duas Línguas com estruturas diferentes, simultaneamente, foi possível perceber que o usuário omite informações de uma Língua ou de outra ou de ambas prejudicando, assim, o claro entendimento do aluno surdo. Assim, como no caso dessas professoras, muitas outras continuavam a esperar de seus alunos uma compreensão impossível. Essa pesquisa foi importante para indicar a necessidade de novos investimentos na educação de surdos.

Depois de tudo que se descobriu sobre educação de surdos em pesquisas que anteriormente levaram ao advento a Comunicação Total e posteriormente à

ineficácia dessa filosofia, viu-se a necessidade de encontrar novas orientações que concebessem a educação de surdos. Nessa linha de pensamento, no início da década de 1980, começam as pesquisas como as feitas por Skliar (1988) e Brito (1989) que levariam então, a filosofia do Bilinguismo. Essa filosofia tem como principal proposta pedagógica assegurar que o indivíduo surdo possa se desenvolver de maneira plena e eficaz sua primeira Língua/L1 (Língua de Sinais) e sua segunda Língua/L2 (Português escrito, por exemplo). Cultura surda e Língua de Sinais vão adquirindo novos valores na construção de uma filosofia que pretende respeitar os anseios da comunidade surda. Ressaltam-se ainda, nesse contexto, que os aspectos linguísticos, sociais e psicológicos são determinantes para a relação ouvinte x surdo (PAULA e PRADO, 2017, p. 22). Goldfeld (1997, p. 38) também corrobora ao dizer que a educação de surdos na perspectiva bilíngue:

[...] tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, deve adquirir como Língua materna a Língua de Sinais, que é considerada a Língua natural dos surdos e, como Segunda Língua, a oficial de seu país [...] os autores ligados ao bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez.

A reflexão sobre o bilinguismo faz com que entendamos que o desenvolvimento do indivíduo surdo deve ocorrer levando em consideração duas Línguas: a Língua de Sinais e a Língua oficial do seu país na modalidade escrita, ambas em equidade de direitos sendo considerada a Língua de Sinais como sua L1 e o português, para os surdos nascidos no Brasil e em países que o têm como Língua oficial, como sua L2 (BRASIL, 2005).

Ressalta-se também que, de acordo com Paula e Meireles (2017, p. 22), “uma vez adquirida a Língua de Sinais, que é sua Língua natural, o indivíduo surdo pode perfeitamente aprender a Língua de seu país na modalidade oral e escrita, dependendo da opção da família e futuramente do próprio surdo.” Dessa forma, se compreende que o processo aquisitivo de duas (L1 e L2) Línguas permite ao surdo a escolha em utilizar uma Língua ou outra, de acordo com sua vontade ou contexto em que está inserido.

A escola exerce papel fundamental no processo educacional. Para essa perspectiva, é preciso que as escolas criem estratégias, tendo como base duas Línguas com objetivo de instruir o indivíduo surdo levando em consideração que ambas as línguas permanecem em constante contato.

A filosofia do bilinguismo é exatamente o oposto das filosofias anteriores que não entendiam a Língua de Sinais como fator principal para o desenvolvimento do surdo. Segundo Lacerda (1998 p. 10), o Bilinguismo

[...] contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a Língua de Sinais no trabalho educacional.

A proposta bilíngue, ao se contrapor à Comunicação Total, ressalta a preservação das características da Língua de Sinais, diferentemente do que foi comprovado por meio de pesquisas anteriores sobre a Comunicação Total, em que o uso simultâneo de duas Línguas trazia prejuízo estrutural de uma, de outra ou de ambas as Línguas (LACERDA, 1998).

O bilinguismo ao ser defendido como primordial para educação de surdos enfatiza, também, que é crucial o contato com a Língua de Sinais, logo nos primeiros anos, para que haja aquisição da Língua, tendo como objetivo desenvolvimento cognitivo do indivíduo surdo, entendendo que existe um período específico em que a aquisição de linguagem ocorre de maneira eficaz principalmente com a imersão em uma comunidade linguística (SANTANA, 2007).

O convívio com a comunidade surda é destacado, não apenas, pela aquisição linguística, mas também por uma questão de valorização da Língua, imersa em uma cultura surda. A cultura surda passa a ter importância nas abordagens e estruturas de ensino propostas aos alunos surdos. Para melhor compreender a cultura surda, nos remetemos a Prado e Costa (2016, p.169) que afirmam:

(...) a surdez leva os indivíduos a constituírem maneiras próprias de organização, de solidariedade, de linguagem, de juízos, de valores, de arte, entre outros e, portanto, a surdez é uma diferença construída historicamente com base em conflitos sociais e ancorada em práticas de significações visuais, próprias aos indivíduos surdos. Para Sá (2006),

assim como para autores, como Quadros (2008), Skliar (2005) e Dorziat (2009) o uso da Língua de Sinais configura-se como importante fator a ser considerado na significação de cultura surda, mas não o único. A formação de identidade e o sentimento de pertencimento a uma cultura se constroem nas relações que se estabelecem socialmente. (PRADO E COSTA, 2016, p. 169)

As pessoas surdas se relacionam e se identificam por meio de manifestações visuais de sua Língua e cultura. Por isso, precisam ser reconhecidas e respeitadas da mesma maneira como outros grupos minoritários. A comunidade surda, por meio de lutas, buscou maior espaço e afirmação perante a sociedade. Sempre com muitas lutas e reivindicações, os surdos, enquanto minoria linguística, conseguiram, por meio de políticas públicas, que os direitos relacionados à educação de surdos fossem garantidos. Foi durante anos uma exaustiva e diária luta por aceitação e principalmente reconhecimento. O processo de reconhecimento e valorização dessa minoria ganhou força ao serem reconhecidos os direitos das pessoas com deficiência.

De acordo com a Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu capítulo I, Art. 1º diz:

Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL. 2000).

Em relação às pessoas com deficiência, essa política pública corrobora para promoção e, principalmente, respeito para com os indivíduos. No que diz respeito, indiretamente, ao surdo, a lei cita “acessibilidade nos meios de transporte e de **comunicação**” (BRASIL. 2000). Nota-se que ao falar em “meio de comunicação” pode-se pensar na forma como os surdos se comunicam, no caso, e em grande maioria, utilizando a Libras. Mas, apesar de indireta e subjetivamente abordar a comunicação dos surdos, esta lei ainda não afirmava a necessidade do reconhecimento da Libras enquanto Língua representativa de um grupo.

Tendo reconhecido a necessidade do acesso à comunicação, mesmo que de maneira indireta ao surdo, a lei 10.098/2000 (BRASIL, 2000) abriu caminho

para que as discussões sobre a surdez e suas especificidades tanto educacionais quanto sociais continuassem. O próximo passo para continuidade da promoção do indivíduo surdo foi o reconhecimento da Libras como Língua e meio de comunicação que aconteceu através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que desempenhou importante papel no cenário social e de direitos da época. De acordo com esta Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa (BRASIL 2002).

O reconhecimento da Libras como meio de comunicação da comunidade surda reafirma a importância para o desenvolvimento educacional, familiar e, principalmente, social dos indivíduos surdos. Se a lei 10.098/2000 teve grande significado para a comunidade surda, a lei 10.436/2002, conhecida como “Lei de Libras” pode garantir ao surdo o reconhecimento de uma Língua e de seu pertencimento enquanto membro participativo de uma sociedade com iguais direitos e deveres a serem respeitados.

Os estudos e análises a respeito da educação bilíngue de surdos se intensificaram após o marco histórico que foi a lei de Libras (BRASIL, 2002). A Língua de Sinais ganhou maior espaço e visibilidade, mas faltava ainda definir os parâmetros legais para conceituar o surdo enquanto portador de deficiência. A lei

10.098/2000 coloca uma condição comunicativa, mas não especifica a partir de que nível determinado indivíduo pode ser considerado, ou não, surdo com perda bilateral, parcial ou total. Para solucionar esta questão tais critérios foram previstos no Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004:

CAPÍTULO II

Art. 5º Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL. 2004)

Ao prever as características mínimas que o indivíduo necessita ter para ser considerado pessoa com deficiência auditiva, que é de quarenta e um decibéis (dB), esse decreto possibilita, além do reconhecimento da surdez como deficiência⁵, também a abordagem de outras questões a partir da difusão da Libras. Além disso, aborda o atendimento prioritário a indivíduos com deficiência em repartições públicas.

Diversas ações contribuíram para afirmação da comunidade surda, intensificando a luta por seus direitos. A participação, cada vez maior, dos surdos trouxe ao movimento legitimidade. Concomitantemente às conquistas de legitimidade, houve conquistas que vieram enriquecer os debates de políticas afirmativas em prol da Língua e da cultura surda. Nesse contexto, o Decreto 5.626/2005⁶ (BRASIL, 2005) aborda questões que são deveras pertinentes à educação de surdos. Segundo sua publicação, o artigo segundo afirma que

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de

⁵ A lei reconhece a surdez como deficiência e se utiliza desse princípio para garantir os direitos das pessoas surdas. Em nossa pesquisa, estamos apenas citando a lei, mas iremos considerar os indivíduos surdos em uma perspectiva linguística e cultural.

experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. (BRASIL 2005)

A surdez em nada desmerece as qualidades dos surdos enquanto membros participativos de uma sociedade. O Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) deixa isso claro. Diferentemente do que ocorre com os ouvintes, as relações sociais desses indivíduos acontecerão utilizando experiências das relações com as quais os ouvintes não estão habituados. Tais relações se concretizarão por meio de interações, contatos e expressões viso-espaciais.

Assim, a Libras assume um papel de imensa importância para o desenvolvimento do surdo. Portanto, a análise feita anteriormente sobre o Decreto 5.626/2005 esclarece como a Libras pode estar presente nos contextos sociais e educacionais. Um passo pequeno, mas não menos importante, para estímulo do aprendizado da Libras pela sociedade foi a obrigatoriedade de implementação da disciplina de Libras em cursos de formação de Ensino Superior. Conforme previsto no referido decreto (BRASIL, 2005)

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL 2005)

Ao mesmo tempo em que a Libras foi implementada enquanto disciplina obrigatória em cursos de formação superior surge debate sobre a eficiência do ensino dessa Língua, uma vez que a disciplina obrigatória não teve carga horária obrigatória determinada, ficando a critério das instituições.

Não se deve negar, porém, que foi um grande avanço a aprovação de todas essas políticas públicas para afirmação do indivíduo surdo e da Língua de Sinais, mas o que nos faz refletir é: De que maneira se dará esse contato com a Língua por parte desses futuros profissionais? Como irão atuar futuramente com

peessoas surdas, considerando a carga horária letiva, em geral, de apenas um semestre disponibilizada para o ensino da Libras nessas instituições de ensino? A carga horária será suficiente para contemplar, de maneira eficaz, o aprendizado do futuro profissional de maneira que ele consiga se relacionar com pessoas surdas no exercício de sua profissão? Apesar de reconhecer os avanços, essas e outras questões continuam a inquietar a comunidade surda e os profissionais que atuam com pessoas surdas. A demanda por melhorias e garantia de direitos linguísticos das pessoas surdas é uma questão ampla e complexa que se manifesta ainda em outras situações.

Outra questão abordada pelo Decreto 5.626 (BRASIL/2005) é em relação à formação dos profissionais que atuarão na educação de surdos, ao estabelecer que

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda Língua.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído Línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngue, referida no caput.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa Língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência⁷ em

⁷O PROLIBRAS é um exame de proficiência realizado, anualmente, pelo Ministério da Educação e Cultura/MEC, a partir da data de publicação deste decreto que visa avaliar o nível de proficiência do usuário da Língua de Sinais (BRASIL. 2005, § 8º).

Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
II - instrutor de Libras, usuário dessa Língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
III - professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2005)

Como visto, existem diferentes oportunidades para aqueles que anseiam atuar na educação de surdos. Mas esses devem observar e refletir amplamente sobre a qualificação de sua formação profissional. Tendo como objetivo principal oferecer um serviço de qualidade, a formação desses profissionais deve respeitar critérios básicos que levarão à prestação de um serviço de excelência por parte dos profissionais. Cabe ressaltar que o Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) foi uma forma de orientar e obrigar, gradativamente, instituições de ensino superior a incluírem a fornecerm formação para Libras tendo em vista que à época não havia cursos de graduação para formação de professores de Libras, nem de TILPS, nem de professores bilíngues das diversas disciplinas.

Outras questões, também importantes, foram consideradas nesse documento. Se o fator crucial para o desenvolvimento do surdo é a Língua, então, não podia deixar de garantir, nesse documento, o acesso pleno a ela.

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda Língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda Língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) TILSP - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda Língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização; (BRASIL 2005)

Ao garantir, de maneira plena, o acesso do surdo à sua Língua, instantaneamente, o documento corrobora para a afirmação da filosofia de ensino conhecida como bilinguismo. O acesso dos surdos deve ser de maneira natural garantindo, assim, a aquisição da Libras como sua primeira Língua- L1 e Língua de instrução sem deixar, obviamente, de considerar o aprendizado do português na modalidade escrita como segunda Língua/L2.

O referido decreto traz consigo, além das questões abordadas, a reflexão sobre a educação de surdos em sala de aula inclusiva. Para a inclusão dos alunos surdos nessas salas, é imprescindível a presença do profissional TILSP

O TILSP é um profissional que, durante anos, atuou sem o reconhecimento da profissão. Nesse sentido, torna-se importante procurar conhecer e, principalmente, debater sobre as questões que estão diretamente ligadas a sua atuação. Tal profissional exerce papel importante no contexto educacional inclusivo, onde se tem o aluno surdo em classe regular e, na maioria das vezes, as escolas ainda não conhecem a função do intérprete e não estão preparadas para recebê-lo.

Com a intenção de compreender melhor a atuação do intérprete, é necessário conhecer essa profissão, sua trajetória e características para refletir com mais segurança sobre a atuação desse profissional. Sendo assim, a seção a seguir se destina a apresentar o profissional TILSP, assim como os mitos e verdades sobre essa profissão.

1.3 – CONHECENDO A TRAJETÓRIA, A FORMAÇÃO E OS ASPECTOS RELEVANTES PARA ATUAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS E PORTUGUÊS

Nos últimos anos, em função da afirmação das políticas públicas de educação inclusiva, o TILSP tornou-se um profissional em evidência e, cada vez mais, necessário no ambiente escolar como participante e sujeito ativo nas

estratégias de acessibilidade e aprendizagem dos alunos surdos. Todavia, para refletir sobre as atuais demandas que envolvem a atuação dos TILSP, é necessário conhecer a trajetória desses profissionais e as questões históricas e sociais constituídas no decorrer das experiências vividas.

Ter a profissão reconhecida através da Lei 12.319/2010 (BRASIL, 2010) foi, de fato, um grande avanço, porém, ainda há muito para ser entendido e conquistado no que se refere a esse profissional. Historicamente, falando das Línguas de Sinais, o tradutor e intérprete se constituiu e atuou de maneira informal, sem seguir algum código de conduta ou orientação legal.

Muito antes disso, há cerca de 3.000 anos a. C. aparecem os primeiros registros da existência de um tradutor. Tais registros se referem à cultura egípcia que, através de hieróglifos, mostrou a existência de um possível tradutor de língua oral (PAGURA, 2003).

Em outras culturas, o intérprete de Línguas orais também é mencionado, como nas culturas Grega e Romana e durante a Idade Média, nas Cruzadas. Algo curioso sobre esse profissional é que, em algumas situações, os mesmos não faziam ideia de qual idioma iriam encontrar e mesmo assim precisavam se propor a intermediar as relações ocorridas. Conforme afirma Vasconcelos (2017, p. 30):

O que é estranho, é que se pensava em ter tradutores nas expedições mesmo sabendo que as Línguas do Novo Mundo eram totalmente desconhecidas. Portanto, não se sabia se o tradutor presente na expedição poderia ser capaz de compreender a Língua nativa do lugar em que chegasse e assim fazer a tradução.

Vasconcelos (2017) estranha a necessidade de um tradutor nas explorações do Novo Mundo, uma vez que, ao buscar novas terras, havia a incerteza sobre as Línguas a serem encontradas nos locais onde chegassem. Não sabiam se encontrariam uma Língua similar à sua ou alguma outra que pudesse ser traduzida pelo tradutor que acompanhava a expedição.

Após chegarem à nova terra, os navegadores encarregados da expedição procuravam se comunicar para conhecer a religião/crença de determinado povo e, então, empreenderem uma de suas missões que era a de evangelização. No entanto, para evangelizar, era necessário estabelecer comunicação e, assim, começavam os processos de reconhecimento dos territórios e tentativas de

comunicação com utilização de Línguas, até então, desconhecidas. Por conta desse processo, encontram-se no Brasil os mais antigos registros de tradução de que se tem notícia em nosso país, como por exemplo, as traduções usadas como estratégia de comunicação com o objetivo de evangelizar. Sobre essa questão, Pompa (2001, p.80) afirma:

Mas, como já foi “indicado” os missionários de campo pensavam de outra forma: eles sabiam que a evangelização não passaria a não ser pelo veículo da Língua nativa...o esforço missionário concentrou-se exatamente nesta “tradução” para códigos culturais nativos de conceitos europeus, da mesma forma como eles próprios, como vimos, traduziram a si próprios nos mesmos códigos (POMPA, 2001, p. 80).

Os missionários perceberam que o processo de evangelização teria sucesso somente se levassem em consideração a cultura nativa. Portanto, como visto anteriormente, foram feitas estratégias de tradução como adaptação dos conceitos europeus para códigos da Língua nativa para conseguir êxito na missão jesuíta iniciada no séc. XVI.

Como percebemos, ficou evidente a importância do tradutor de maneira geral para a comunicação entre grupos que possuem Línguas/dialetos distintos. Não só para comunicação, mas também, para iniciar e consolidar projeto de colonização com conseqüências muito nocivas para as Línguas e culturas nativas. Na Idade Contemporânea, o tradutor aparece em um dos piores episódios da história: a 2ª grande Guerra Mundial.

Esse período da história foi marcado por um intenso conflito armado que durou de 1939 a 1945 com a derrota dos alemães e seus aliados. Nesse conflito, dois grupos disputavam o domínio de territórios europeus e africanos com forte poderio bélico. De um lado, estavam Alemanha, Itália e Japão e, do outro lado, Estados Unidos, França, União Soviética e Reino Unido. O resultado desse conflito foram milhares de mortes e países e famílias destruídas.

O fim desse período se dá em 1945, com a decadência do regime alemão (Nazismo) comandado pelo ditador austríaco Adolf Hitler. Com a derrota, soldados nazistas fugiram para países vizinhos e alguns, inclusive, para países da América do Sul como a Argentina. Os que não conseguiram fugir foram capturados e julgados em Nuremberg. Esse foi um julgamento que durou de 1945 a 1949 (VASCONCELOS, 2017, p. 30).

Com o fim da guerra e, conseqüentemente, a derrota nazista, dá-se início ao julgamento de Nuremberg. Para que esse julgamento pudesse ocorrer, foi necessário pensar primeiramente na forma como os depoimentos seriam conduzidos, pois, naquele contexto, falava-se além do inglês e francês, o russo e o alemão, impossibilitando, assim, a tradução consecutiva⁸ pelo longo tempo que seria necessário para fazer as traduções. Com isso, foi necessário que as traduções ocorressem de forma simultânea⁹. Pagura (2003, p. 211) lembra que:

A época áurea da interpretação consecutiva foi o período compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, em que predominavam o francês e o inglês como Línguas diplomáticas e de comunicação internacional e o grande fórum de debates internacionais era a Liga das Nações, com sede em Genebra, na Suíça.

O uso da tradução simultânea nesse julgamento foi o ponto de partida para sua afirmação, o que ocorreu com a criação da Organização das Nações Unidas – ONU -, em que seis idiomas eram utilizados (PAGURA, 2003).

Existe outro tipo de tradução não tanto utilizada, mas perfeitamente adequada em alguns contextos, que é a tradução **intermitente**. Sobre esse tipo de tradução, Pagura (2003, p. 212) esclarece:

A modalidade intermitente (ou “sentence-by-sentence”, ou ainda “ping-pong”) não é comumente estudada por pesquisadores da área, nem é utilizada por profissionais em eventos de caráter internacional. É vista mais frequentemente em reuniões nas quais se pede a uma pessoa que fala as duas Línguas, via de regra sem qualquer treino em interpretação, para que se coloque ao lado de um palestrante estrangeiro e traduza o que ele está dizendo. O palestrante fala uma ou duas frases curtas e faz uma pausa para que as suas sentenças sejam traduzidas para o idioma da plateia.

A importância de se falar dos tipos de tradução se dá pelo fato de serem muito utilizadas pelo TILSP, além de esclarecer para o leitor as possibilidades tradutórias do profissional de acordo com o contexto em que se encontrar.

No processo de transição de filosofias de ensino, o intérprete passou a ser visto como membro integrante no processo de comunicação dos surdos. Esses

⁸A modalidade consecutiva é aquela em que o intérprete escuta um longo trecho de discurso, toma notas e, após a conclusão de um trecho significativo ou do discurso inteiro, assume a palavra e repete todo o discurso na Língua-alvo, normalmente a sua Língua materna (PAGURA, p. 211).

⁹Nessa modalidade, os intérpretes – sempre em duplas – trabalham isolados numa cabine com vidro, de forma a permitir a visão do orador e recebem o discurso por meio de fones de ouvido (PAGURA, p. 211).

intérpretes não tinham formação, haja vista que a filosofia de ensino do Oralismo não considerava a comunicação com os surdos por meio da Língua de Sinais e, portanto, a formação desse profissional não era requerida.

Com o advento da Comunicação Total e a Língua ao dia-a-dia dos surdos, surgiu a necessidade de que pessoas, fluentes na Língua, ainda sem formação, exercessem o papel de intérprete.

Em 1956 uma profissional ganha destaque no que diz respeito à interpretação de Línguas orais:

Tem papel relevante nesse percurso a profissional Danica Seleskovitch, que entrando na escola de intérpretes da Sorbonne, em 1956, altera substancialmente os métodos de formação de intérpretes. Essa profissional torna-se referência no ensino da interpretação e nas pesquisas da área, já que antes de sua intervenção, o treinamento de intérpretes estava associado ao ensino de Línguas estrangeiras (LACERDA, 2014, p. 12).

Na citação anterior, nota-se que o intérprete de Língua de Sinais era treinado, levando em consideração o ensino de Línguas e não o de técnicas de tradução e interpretação. Com sua atuação, Danica Seleskovitch colabora para novos investimentos na capacitação que se tem atualmente, levando em consideração não somente a fluência na Língua, mas outros aspectos relacionados à tradução.

Tal colaboração foi de suma importância, pois nos anos seguintes, compreendidos no processo de transição da Comunicação Total para o Bilinguismo, foram criados cursos de formação de intérpretes. Sobre isso, Lacerda (2014, p. 13) relata:

No Brasil, os primeiros programas de formação de intérpretes encontravam-se na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Associação Alumni, em São Paulo. Mais tarde, surgiram cursos que articulam a formação de tradutores e intérpretes, como a Faculdade Albero-Americana (atualmente Unibero), em São Paulo. Destaca-se ainda a criação, em 1999, do Curso de Formação de Intérpretes de Conferência de Língua Inglesa da PUC de São Paulo.

Esses foram os primeiros programas de formação dentre muitos outros que se iniciaram posteriormente, com objetivo de formar tradutores e intérpretes. Seguindo essa linha, instituições privadas ofereceram cursos de formação para tradutores e intérpretes de Língua de Sinais (Libras) como, por exemplo, no

Estado do Rio de Janeiro, podemos citar a Federação Nacional de Educação de Surdos/FENEIS, a Associação de Pais e Amigos da Audição/APADA e a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Rio de Janeiro – APILRJ.

Atualmente, é notório que o TILSP está inserido em diversos contextos de atuação como: empresarial, cultural, religioso, propaganda e, principalmente, o educacional. Com isso, muitos mitos e verdades foram criados ou, pelo menos, citados sobre esse profissional. Existem diversas questões associadas à sua atuação como a forma de atuação, sua vestimenta, o porquê de tantas “caretas” para interpretar e como é o processo de formação para se tornar um profissional da área. Dessa forma, pretende-se, neste trabalho, esclarecer essas e demais questões além de mostrar as possibilidades para esses profissionais em evidência.

Sendo um profissional de considerável importância para o surdo, o TILSP teve sua trajetória marcada por dificuldades e, principalmente, aprendizado empírico. É um profissional que transmite para o surdo emoção, ação e sentimentos diversos por meio da Língua de Sinais. Para que esse processo de interpretação aconteça, o TILSP utiliza-se de estratégias que fazem parte não só do processo de tradução, mas, principalmente, da própria Libras.

Todos esses processos, por muito tempo, foram construídos de maneira empírica, na prática e convivência com a Comunidade Surda. Porém, um profissional da área necessita de formação adequada para que sejam evitados equívocos durante o processo de tradução e interpretação. Essa formação, de acordo com a Lei 12.319/2010 está assim prevista:

Art. 4º A formação profissional do TILSP - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de TILSP pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III (BRASIL, 2010).

Essa é, de acordo com a legislação, a formação necessária para atuação na área de tradução e interpretação em LIBRAS. Todavia, essa mesma legislação coloca:

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa. Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior (BRASIL, 2010).

No Artigo supracitado, é mencionado o exame de proficiência em Libras (PROLIBRAS) realizado pelo Ministério da Educação e Cultura/MEC. O Exame Nacional de Proficiência em Interpretação conhecido como PROLIBRAS foi garantido no Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005), tinha por objetivo a avaliação de candidatos surdos e ouvintes quanto à proficiência no uso, ensino e na tradução e interpretação em Libras. Esse exame certificava o intérprete quanto à proficiência para tradução e interpretação em LIBRAS e, em nenhum momento, diferente do art. 4º, cita que esse exame é um processo de formação do TILSP. Essa questão nos provoca questionamento sobre a necessidade de formação para atuar de maneira qualificada e não somente fazer um exame que comprove a proficiência para a tradução e interpretação.

Pelo quantitativo reduzido de profissionais formados e pela grande demanda, principalmente após o Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005) e outras leis como a Lei 13.146/2015¹⁰ (BRASIL, 2002), houve uma necessidade urgente de legitimação de profissionais para atuar no mercado de trabalho com afirmação do Ministério da Educação por meio de uma certificação pública. Assim, o certificado de aprovação no exame de proficiência passou a ser válido e aceito, pois o aspirante a TILSP é avaliado por banca examinadora que tem em sua composição profissionais capacitados na área da surdez, envolvendo surdos e linguistas de instituições superiores (Decreto 5.626/2005, Art. 7º, § 3º).

¹⁰Esta Lei, no que se refere o parágrafo, garante também, acessibilidade em espaços culturais: Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso.

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível;

No entanto, a legislação previa caráter temporário de 10 anos para o PROLIBRAS como uma necessidade, até que as faculdades de Letras-Libras pudessem começar a certificar profissionais TILSP no país.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa. Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior (BRASIL, 2005).

A previsão de realização do exame era de dez anos, porém, desde sua publicação, houve apenas sete edições. É importante esclarecer que o PROLIBRAS foi uma estratégia e ação política para suprir a necessidade emergencial de profissionais habilitados para atuarem na área de ensino, tradução e interpretação de Libras e certificou em sua última edição, em 2015, 1.434 candidatos¹¹. Após a realização do último exame de proficiência realizado pelo MEC, a exigência para atuação como professor ou intérprete de Libras passou a ser a graduação em Letras-Libras, dividida em duas modalidades: Bacharelado, para formação de tradutores e intérpretes, e Licenciatura, focado na formação de professores de Libras.

Além disso, há cursos de pós-graduação Lato Sensu em Libras, que habilitam profissionais não formados em Letras-Libras. Alguns concursos públicos e instituições particulares, em função da pequena oferta de profissionais formados, optam por aceitar o PROLIBRAS como certificação de formação. No entanto, a tendência é, cada vez mais, que a exigência seja a formação em Curso de Graduação de Letras-Libras para atuação como TILSP.

¹¹<http://www.prolibras.ufsc.br/files/2013/10/relatorioTecnicoCompleto-prolibras7.pdf> - acesso em 05/04/2018

1.3.1 - O profissional Tradutor e Intérprete de Libras e Português e a Língua de Sinais Brasileira

Apesar de terem se passado dezoito anos, desde que a Lei de Libras foi aprovada, (BRASIL, 2002) ainda hoje, é uma Língua desconhecida por muitos. Por conta da falta de informação, o status de Língua nem sempre é respeitado quando é feita referência a uma comunicação gestual-visual. Esclarecer sobre as propriedades das Línguas de sinais é de extrema importância para o fortalecimento do profissional TILSP. Essa profissão só pode ser legitimada, uma vez que a Língua é reconhecida e afirmada socialmente. Então, para que não fiquem dúvidas vamos esclarecer alguns fatores de extrema importância.

Muitas vezes, as pessoas se referem à Libras como uma “linguagem” de sinais e não como uma Língua. Sobre essa questão Stelling e Stelling (2016, p.102) afirmam:

A história da educação de surdos explica essa atitude. Na década de sessenta e nos anos subsequentes, houve várias pesquisas sobre as Línguas de sinais; nos EUA, em 1965, o linguista Willian Stokoe descreveu a Língua de Sinais americana. No Brasil, o processo foi demorado e, na década de 70, ainda se falava em “gestos” ou “mímica” dos surdos. O motivo de não aceitação da Língua de Sinais era o forte Oralismo, presente na educação de surdos, que desprestigiava a Língua de Sinais brasileira – apesar de existir, ela não era reconhecida nos ambientes escolares oralistas. A terminologia correta a ser usada é Língua(conceito mais específico) – e não linguagem(conceito mais amplo).

De acordo com os mesmos autores (STELLING E STELLING, 2016), linguagem se refere a um conceito mais amplo que diz respeito a todas as formas de comunicação e a Língua se caracteriza por ser um sistema de comunicação e expressão de um povo, nação ou país. As Línguas são constituídas por signos linguísticos e organizadas por regras gramaticais próprias de uma determinada sociedade. Essas questões foram afirmadas a partir dos estudos linguísticos de William Stokoe, em 1965. De acordo com Quadros, Pizzio e Rezende (2009, p.16):

(...) esse autor apresentou uma análise descritiva da Língua de Sinais americana revolucionando a linguística na época, pois até então, todos os estudos linguísticos concentravam-se nas análises de Línguas faladas. Pela primeira vez, um linguista estava apresentando os elementos linguísticos de uma Língua de Sinais. Assim, as Línguas de sinais passaram a serem vistas como Línguas de fato. Stokoe apresenta uma análise no nível fonológico e morfológico.

A Libras, como toda Língua viva, possui estrutura com regras gramaticais que devem ser seguidas a fim de que durante seu uso o conteúdo da mensagem passada não seja distorcido e, conseqüentemente, cause prejuízo ao indivíduo surdo. É importante destacar que Stokoe iniciou os estudos linguísticos sobre as Línguas de sinais a partir da Língua Americana de Sinais /ASL e as considerações sobre essa Língua impulsionaram estudos sobre outras Línguas de sinais no mundo. Aqui no Brasil, os estudos sobre a Língua Brasileira de Sinais foram empreendidos por pesquisadores como Eulália Fernandes, Lucinda Ferreira Brito, Ronice Müller de Quadros, Tânia Mara Felipe, Lodenir Karnopp, entre outros. (Stelling e Stelling, 2016, p.101-102). Assim, como outras Línguas naturais, a Libras apresenta variações no que se refere a alguns vocabulários, dependendo da região brasileira em questão. Por exemplo, na Língua brasileira oral a palavra aipim é conhecida como mandioca e em outros lugares como macaxeira. Na Língua de Sinais alguns sinais também diferem dependendo do estado ou região como podemos perceber nas figuras nº 1, 2 3:

Figura nº 1. sinal de VIAJAR no estado de São Paulo



Fonte: arquivo pessoal

Figura nº 2. sinal de VIAJAR no estado de Minas Gerais



Fonte: arquivo pessoal

Figura nº 3. sinal de VIAJAR no estado do Rio de Janeiro



Fonte: arquivo pessoal

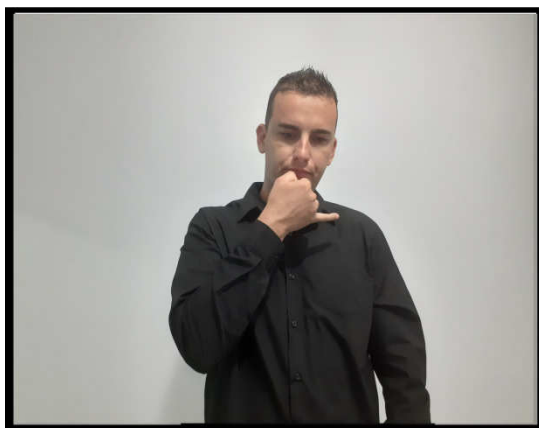
Como podemos observar nas figuras anteriores, alguns sinais diferem de um estado do Brasil para outro, mas isso se caracteriza por regionalismos e é natural quando se trata de uma Língua viva, que é utilizada em grandes territórios como o Brasil. Essa variação não significa que as pessoas surdas brasileiras usem Línguas diferentes, mas sim que ocorrem variações regionais como em qualquer outra Língua. Os TILSP, normalmente, utilizam os sinais da Libras com variações regionais dependendo do local onde atuam. Por isso, quanto mais o profissional conhecer sobre a Língua, melhor será para que possa efetivar a comunicação em diferentes contextos.

Durante o processo de aquisição e uso da Libras, o intérprete deve conhecer com propriedade os cinco parâmetros da Língua que de acordo com Quadros e Karnopp (2004) são:

- **Configuração de Mãos (CM)** - A configuração de mão é a forma em que a mão assume enquanto o sinal é feito.
- **Ponto de Articulação (PA)** - É o local do corpo ao próximo a ele em que é feito o sinal.
- **Movimento (M)** - É o movimento que o locutor realiza com mãos no espaço. Este parâmetro envolve diferentes direções e formas.
- **Orientação (O)** - orientação é a direção que a palma da mão está virada durante execução do sinal.
- **Expressão Corporal e/ou Facial.** São todos os movimentos corporais e faciais, movimento dos olhos, da face e da cabeça que são realizados durante execução do sinal.

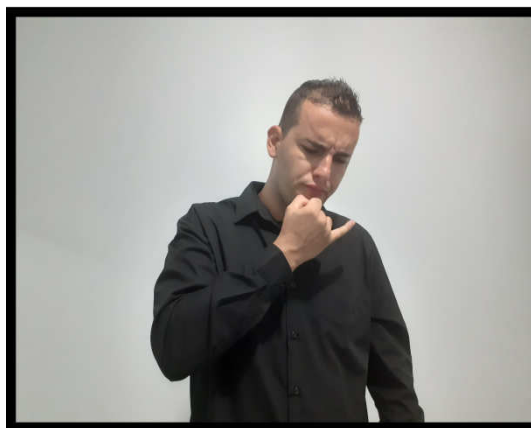
Esses cinco elementos compõem o básico para que se tenha uma boa atuação como TILSP. Ao interpretar, o TILSP utiliza esses elementos para passar a informação ao surdo, levando em consideração o sentido da informação como, por exemplo, os sentimentos. As expressões faciais que o TILSP faz são necessárias para que o sentimento, a subjetividade, intensidade e outros elementos linguísticos estejam presentes no momento da interpretação. Por exemplo, em português, usa-se a palavra “muito” para indicar intensidade, enquanto na Libras o uso do sinal de muito não se refere à intensidade. Essa é indicada pela mudança de expressão corporal e facial como podemos observar nas figuras nº 4, 5, 6 e 7:

Figura 4.sinal de TRISTE



Fonte: arquivo pessoal

Figura 5.sinal de MUITOTRISTE



Fonte: arquivo pessoal

Figura 6.sinal de GORD@



Fonte: arquivo pessoal

Figura 7.sinal de MUITO GORD@



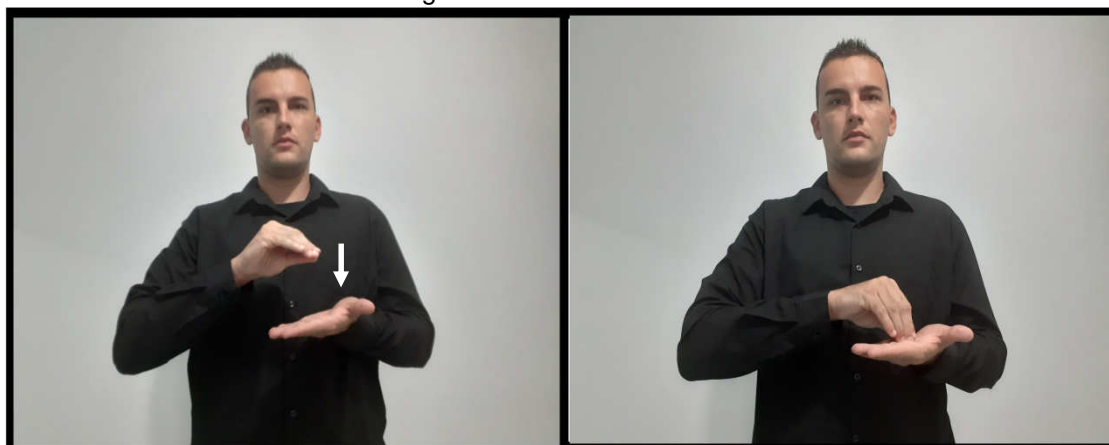
Fonte: arquivo pessoal

Por meio das imagens, fica claro como deve mudar a expressão do sinalizante em função da informação a ser transmitida. Algumas pessoas, por desconhecimento, podem achar engraçadas ou exageradas as expressões utilizadas por pessoas que se comunicam em sinais. No entanto, essa característica se constitui como elemento gramatical importante e um bom profissional TILSP precisa se preocupar com a eficiência de suas expressões faciais como elemento imprescindível para o bom desempenho de sua função.

Outro elemento utilizado e também de suma importância é o ponto de articulação (PA), ou seja, o local onde o sinal é feito. Usar uma sinalização em um local do corpo errado pode levar o surdo a entender o conteúdo de maneira completamente diferente do que se propõe no discurso original. (PRADO e LUGÃO, 2017)

O mesmo ocorre com a orientação (O) e o movimento (M). Em muitos casos, temos a mesma configuração de mãos utilizada no mesmo ponto de articulação. O que difere o significado do sinal é o movimento e a orientação. Um exemplo disso é o que ocorre com as palavras FALTA (sentido de faltar, de ter a ausência de algo) e COLOCAR (sentido de por em algum lugar) como podemos observar nas figuras 8 e 9. Os dois sinais apresentam a mesma configuração de mãos e o que determina a diferença entre os significados é o movimento que a palavra FALTA tem e COLOCAR não tem. Observemos a seguir o exemplo desses sinais:

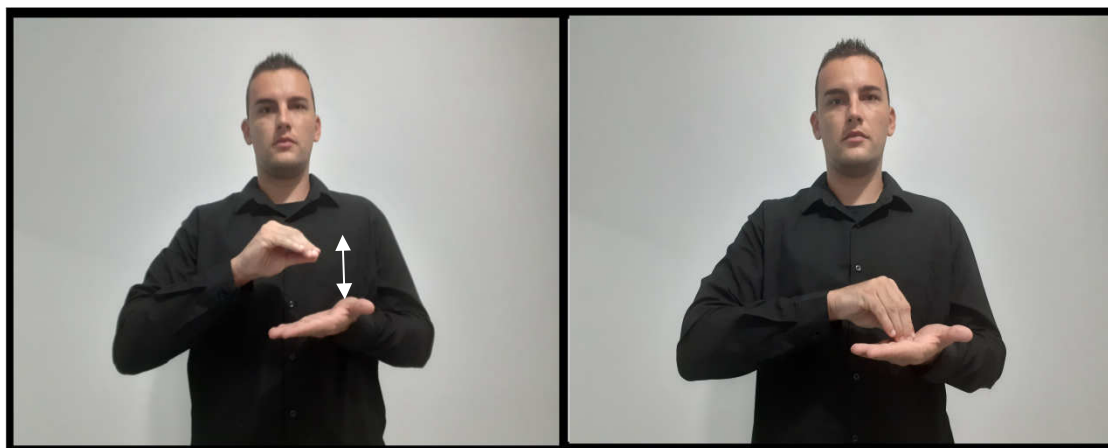
Figura 8.sinal de COLOCAR



Fonte: arquivo pessoal

Na figura 1, apresentamos o sinal de “colocar” e observamos que fazemos o movimento da mão uma vez para baixo sem repetição. Atentemos, agora, para o sinal de “falta” exemplificado na figura 9, a seguir:

Figura 9.sinal de FALTA



Fonte: arquivo pessoal

Podemos perceber que o sinal de “falta” é feito com a repetição do movimento de uma das mãos em orientação (O) para cima e para baixo. Essa mudança no movimento é que determina a mudança de significado. Ou seja, os dois sinais apresentados são feitos com a mesma configuração de mão e o mesmo ponto de articulação e diferem no parâmetro Movimento e Orientação.

É preciso lembrar que esses são alguns conceitos básicos da Língua de Sinais e que o aprendizado de uma Língua não significa automaticamente aquisição de capacidade tradutória, essencial para ser um profissional TILSP.

Esses elementos são essenciais para o aprendizado da Libras, porém, para atuar como TILSP, outras questões também devem ser levadas em consideração como, por exemplo, sua vestimenta. Sobre as normas para a vestimenta em filmagens de interpretações, Marques e Oliveira (2012) afirmam que há necessidade de

Vestuário: Para a sinalização devem-se usar camisetas tipo básica (T-Shirt), com mangas curtas ou longas, o decote não deve ser aberto, não deve ter estampas, formas, listras, botões ou bolsos. Para a execução do artigo fica a seguinte orientação: a - Pessoas de pele clara devem utilizar camisas com cor azul marinho para os títulos, preta para os textos e vermelha para as citações. b - Pessoas morenas ou negras devem utilizar camisas

com cor bege para os títulos, cinza para os textos e vermelha para as citações.¹²

Essas orientações são destinadas às interpretações registradas em vídeo. Para interpretações ao vivo, segue-se a orientação de usar vestimentas de modelo básico, sem detalhes ou estampas e com uma cor que se destaque em relação à cor de pele do TILSP. Essas orientações são dadas com a intenção de garantir a qualidade na transmissão das informações de maneira que a vestimenta não cause poluição visual e não interfira nas informações.

Respeitar essas normas durante atuação nas produções em vídeo ou ao vivo é de suma importância para que o TILSP exerça um trabalho de qualidade e para que, conseqüentemente, possa atender às demandas do público alvo.

A Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) através da NBR 15290:2005¹³ também apresenta orientações para produção de material áudio-visual em Libras como gravação de DVD's e a janela em Libras. Dentre alguns destes critérios estabelecidos:

Estúdio: O local onde será gravada a imagem do intérprete da LIBRAS deve ter: a) espaço suficiente para que o intérprete não fique colado ao fundo, evitando desta forma o aparecimento de sombras; b) iluminação suficiente e adequada para que a câmera de vídeo possa captar, com qualidade, o intérprete e o fundo; c) câmera de vídeo apoiada ou fixada sobre tripé fixo; d) marcação no solo para delimitar o espaço de movimentação do intérprete.

Janela: Na janela com intérprete da LIBRAS: a) os contrastes devem ser nítidos, quer em cores, quer em preto e branco; b) deve haver contraste entre o pano de fundo e os elementos do intérprete; c) o foco deve abranger toda a movimentação e gesticulação do intérprete; d) a iluminação adequada deve evitar o aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento. (ABNT 15290, pág. 9)

Como visto, os fatores que influenciam o visual como o contraste entre o intérprete e o plano de fundo são minuciosamente respeitados. Além disso, orientações básicas, mas importantes constam no documento como a gravação com câmera em tripé fixo para manter a imagem inerte.

¹² Disponível em:

http://www.congressotils.com.br/anais/anais/tils2012_metodologias_traducao_marquesoliveira.pdf. Acesso em 10 de maio de 2018.

¹³ A ABNT NBR 15290 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Comunicação (CE-40:000.03). O Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 04, de 29.04.2005, com o número de Projeto 40:000.03-003.

Todas as normas supracitadas assim como os dados informados por meio das pesquisas de autores podem ser considerados eixos de orientação legal para atuação do TILSP. Ao seguir tais orientações o TILSP tem a possibilidade de proporcionar um produto final de qualidade atendendo assim as demandas do surdo. Como continuidade desta pesquisa serão abordadas questões legais que embasam a forma de atuar do profissional intérprete de Libras.

1.4 – LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATUAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS E PORTUGUÊS.

Considerando a trajetória do profissional TILSP e as lacunas¹⁴ existentes em sua formação e regulamentação no exercício da profissão, neste subcapítulo, pretendemos abordar a legislação e políticas públicas que contribuíram e ainda contribuem para a afirmação e legitimação dessa profissão.

Neste subcapítulo, pretende-se abordar questões legais ligadas ao TILSP, levando em consideração o contexto educacional atual inclusivo onde o surdo é elemento principal e justificativa para atuação do profissional TILSP em âmbito educacional. Algumas leis são fundamentais para tal discussão como: a 10.436/2002 conhecida como “Lei de Libras”, o Decreto 5.636/2005 e a Lei 12.319/2010 que regulamenta a profissão de TILSP. Por meio da análise destas Leis, é possível fazer um panorama sobre a profissão, buscando, obviamente, novas pesquisas que tratem do assunto e que corroboram para o diálogo sobre quem é esse profissional.

É necessário considerar que o debate sobre a inclusão tem sido abordado em todos os níveis políticos, sociais, econômicos, culturais, entre outros. Todos os dias vivemos sob a demanda da globalização e as informações nos chegam de maneira acelerada. A velocidade das inovações, da tecnologia, da comunicação modifica as noções de tempo, de espaço e de como nos relacionamos uns com os outros. Nessa corrida incessante, a sociedade atual enfrenta o desafio da inclusão social. As legislações e políticas públicas afirmam ações necessárias ao

¹⁴Tais lacunas serão abordadas durante a dissertação e no produto.

reconhecimento da diferença como constituinte da humanidade que está presente e deve ser respeitada em todas as situações. De acordo com Fogli, Filho e Oliveira (2008, p.108): “Nesse panorama surgem vários movimentos em prol de um espaço educacional menos discriminatório, com o objetivo de garantir, democratizar e universalizar o direito à educação”. Como consequência das demandas sociais, a escola reflete a necessidade de uma urgente tomada de direção em relação a uma educação inclusiva, humana e que respeite as especificidades de todos os indivíduos. Nesse conjunto de indivíduos que constituem a sociedade atual, estão os indivíduos surdos com suas demandas específicas de aquisição linguística e comunicação na escola que pretende ser inclusiva para todos. Sendo assim, concordamos com Corrêa e Stauffer (2008, p.125) ao afirmarem que

Vários documentos têm anunciado o direito de todos terem direitos. Entretanto, a complexidade de lidar com a diversidade afasta, cada vez mais, a concretização desses direitos. Quando se trata de propiciar condições iguais e justas para todos, temos ainda muito o que fazer.

É necessário lembrar que, por anos, o profissional TILSP atuou sem qualquer reconhecimento da sua profissão e sem nenhuma garantia legal que o amparasse em caso de alguma necessidade. A luta da Comunidade Surda por igualdade de direitos educacionais e de meios de comunicação perdurou por décadas, principalmente durante o processo de mudança da filosofia de ensino conhecida como Comunicação Total para a atual orientação das políticas públicas conhecida como Educação Bilíngue.

Ainda em processo de transição de filosofias de ensino, tentou-se criar um perfil para atuação desse profissional. Essa ação foi liderada pela Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE (1996), definindo o TILSP como: “O interprete é um profissional bilíngue, que efetua a comunicação entre: - surdo x ouvinte; - surdo x surdo; - surdo x surdocego; surdocego x ouvinte”. Os requisitos, segundo a CORDE (1996), para que esse profissional atue eram:

- domínio da Língua de Sinais;
- conhecimento das implicações da surdez no desenvolvimento do indivíduo surdo;

- conhecimento da comunidade surda e convivência com ela;
- formação acadêmica, em curso de interpretação, reconhecido por órgão competente;
- filiação a órgão de fiscalização do exercício dessa profissão;
- noções de linguística, de técnica de interpretação e bom nível de cultura.

Deve ser:

- profissional bilíngue;
- Reconhecido pelas associações e/ou órgãos responsáveis;
- Intérprete e não explicador;
- Habilitado na interpretação da Língua oral, da Língua de Sinais, da Língua escrita para a Língua de Sinais e da Língua de Sinais para a Língua oral.

FORMAÇÃO

- Preferencialmente 3º grau.

(CORDE, 1996)

Para os profissionais da tradução, essa ação da CORDE pode ser vista como pioneira para um efetivo reconhecimento do TILSP enquanto parte integrante do processo comunicativo do surdo e, conseqüentemente, da socialização deste.

Seguindo a análise sobre a legalização da profissão, temos a primeira lei que deu início ao longo caminho para o reconhecimento, não necessariamente da profissão TILSP, mas para o início de uma luta mais conjunta dessa classe profissional que durante anos atuou sem qualquer reconhecimento.

A lei nº 10.098/2000, em seu artigo 2º define o conceito de barreira e, especificamente, barreiras nas comunicações. Barreiras essas que o surdo enfrentou e ainda enfrenta mesmo com as legislações existentes que garantem seu acesso à comunicação.

Essa foi a primeira de algumas leis que contribuíram, de alguma forma, para que o surdo tivesse acesso à comunicação por meio do uso da Libras e, conseqüentemente, o TILSP começar a aparecer com maior presença no cenário do universo surdo. Porém, a Libras não havia sido reconhecida enquanto Língua, o que veio acontecer por meio da Lei nº 10.436/2002.

Ao reconhecer a Libras como meio de comunicação legal, há automaticamente o empoderamento maior por parte da Comunidade Surda que, a partir desse reconhecimento, fortaleceu seus ideais políticos em busca de maior amplitude e visibilidade do movimento.

Porém, as lutas e vitórias dos surdos foram mais adiante. O direito ao acesso à comunicação estava garantido, a Língua estava reconhecida em lei e o

que faltava era, apenas, garantir a existência de um profissional que pudesse estabelecer um laço comunicativo entre narrador e receptor de um discurso. Esse profissional é o TILSP, citado no Decreto 5.626/2005:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

III - prover as escolas com:

b) TILSP - Língua Portuguesa; (BRASIL, 2005)

A partir deste texto, nota-se que o TILSP exerce um importante papel na efetivação dos direitos de acessibilidade linguística que o indivíduo surdo possui na sociedade e também em todo processo de desenvolvimento educacional do aluno surdo. O intérprete educacional, como citado no Decreto 5.626 (BRASIL/2005), é uma das linhas de atuação que o profissional TILSP tem como escolha/possibilidade de atuação. Como a atuação do TILSP em âmbito educacional é foco desta pesquisa, percebemos a necessidade de maior desenvolvimento sobre o tema, o que ocorrerá mais adiante.

Ao ser citado, oficialmente, enquanto parte integrante do processo de acessibilidade na educação do indivíduo surdo, o profissional TILSP passou a ser visto, não somente, como alguém que interpreta, mas também que necessita ser capaz de atuar pedagogicamente, conduzindo as informações durante todo o processo de ensino e aprendizagem estabelecido entre professor e aluno. No entanto, apesar da necessidade e importância da atuação do intérprete em salas de aula e do ingresso desse profissional nos processos de ensino, a lei ainda não oferecia nenhuma garantia profissional ao TILSP. Foi um longo caminho, que durou cinco anos, após o Decreto 5.626 (BRASIL/2005) para que o TILSP fosse reconhecido enquanto profissional da tradução. Esse reconhecimento veio por meio de da Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010) que regulamenta a profissão de TILSP.

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) Línguas de maneira simultânea ou

consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 4º A formação profissional do TILSP - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de TILSP pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

A regulamentação da profissão de TILSP trouxe legitimação para a classe de profissionais que tanto atuou sem reconhecimento da importância do seu papel na sociedade enquanto elemento significativo para a comunidade surda. Além disso, essa legislação dispõe sobre suas competências e formação para atuação.

No que diz respeito à sua atuação, são vários os contextos em que o TILSP está inserido. O mais conhecido de onde a maioria dos intérpretes iniciou na profissão é o contexto religioso. Porém, existem outros, não menos importantes, que demonstram, cada vez mais, a necessidade e importância desse profissional.

Um exemplo de área de atuação do TILSP é o meio empresarial, auxiliando no processo de comunicação de surdos que de acordo com a Lei 8.213/1991¹⁵ estão inseridos ou em processo de inserção no mercado de trabalho. Outra área de atuação em que a presença de intérpretes é sempre muito requisitada são os eventos acadêmicos, como congressos nacionais e internacionais, seminários, simpósios e outras atividades relacionadas às áreas de educação, ensino e formação de maneira ampla.

Esse profissional também tem adquirido elevado destaque em espaços culturais (museus, espetáculos teatrais e shows). Essa demanda tem se efetivado

¹⁵ A Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 dispõe sobre a contratação de deficientes nas empresas.

Art. 93 - a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

- até 200 funcionários..... 2%
- de 201 a 500 funcionários..... 3%
- de 501 a 1000 funcionários..... 4%
- de 1001 em diante funcionários... 5%

não somente pela necessidade de fornecer informação e cultura a todos, mas, principalmente, devido à promulgação da Lei Brasileira de Inclusão/Lei 13.146/2015(BRASIL, 2015).

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso

- I - a bens **culturais** em formato acessível;
- II - a programas de televisão, cinema, **teatro** e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e
- III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos (BRASIL. 2015).

Como visto, a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) garante o acesso da pessoa com deficiência à cultura, por tal garantia, a figura do intérprete de LIBRAS ganhou importância nesse contexto. Mas, apesar de ser essencial para o acesso à pessoa surda, a Lei não especifica que em espaços culturais deve haver a presença do TILSP. O trecho acima é subjetivo e deixa a livre escolha por parte de quem promove o evento cultural o tipo de acessibilidade que irá oferecer. Em grande maioria, o tipo de acessibilidade escolhida é a contratação de TILSP's por ser, entre todas, mais em conta financeiramente levando em consideração a tabela da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais - FEBRAPILS¹⁶.

Embora existam muitas possibilidades de atuação desse profissional, não iremos, nesta pesquisa, investigar as especificidades e habilidades para atuação do TILSP em cada contexto em que esse profissional possa estar inserido, pois teremos o foco na atuação do TILSP em âmbito educacional.

Sendo assim, no que se refere à questão da educação de surdos, tendo sua profissão reconhecida, o TILSP ganhou maior espaço e visibilidade, juntamente com a corrente educacional inclusiva que, pelo Decreto 5.626/2005(BRASIL, 2005), dá a garantia do indivíduo surdo à presença do TILSP para auxiliar na sua comunicação com o professor e demais membros da escola.

É considerável citar, também, que outro benefício dessa lei foi o fato de instituições garantirem por meio de concursos públicos, em âmbito federal, o

¹⁶<http://febrapils.org.br/tabela-de-honorarios/>. Acesso em 09/07/2018

cargo de TILSP pela grande demanda de trabalho que surgiu com o ingresso de surdos no ensino superior em universidades e institutos federais.

Como visto, este capítulo tratou das questões legais que norteiam a atuação do TILSP sem se aprofundar nas especificidades de cada contexto onde é possível a presença desse profissional. Para além desse capítulo surge outro contexto de atuação que merece devida atenção por parte de pesquisadores, mas, principalmente, por membros da comunidade escolar: o TILSP em âmbito educacional.

1.5 – OS DESAFIOS DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS E PORTUGUÊS EM ÂMBITO EDUCACIONAL

Até este ponto, muito se falou sobre o TILSP, o surgimento da profissão, sua trajetória e as normatizações que ocorreram por meio de políticas públicas para afirmação de sua profissão. Porém, torna-se necessário abordar diretamente a questão do intérprete em sala de aula. Não mais as legislações que o inserem nesse contexto e sim de que maneira, efetivamente, acontece essa atuação, levando em consideração o contexto educacional em que se encontra.

Para que fosse possível essa abordagem, foi feita uma pesquisa bibliográfica de autores que pesquisaram o trabalho dos intérpretes em sala de aula. Seus relatos e experiências contribuem para o esclarecimento sobre atuação desse profissional. Os desafios encontrados são diversos. Sobre isso, Lacerda (2006, p. 174) em uma de suas pesquisas feitas aponta que:

As questões acerca do papel do intérprete educacional apontadas nas entrevistas mostram que é preciso intensificar os estudos nessa área, pois em vários recortes foi possível observar o quanto essa atuação é pouco refletida e compreendida, o que determina dificuldades para esse trabalho. Uma questão central é definir melhor a função do intérprete educacional; figura desconhecida, nova, que, com um delineamento mais adequado (direitos e deveres do intérprete, limites da interpretação, divisão do papel de intérprete e de professor, relação do intérprete com alunos surdos e ouvintes em sala de aula, entre outros), poderia favorecer um melhor aproveitamento deste profissional no espaço escolar.

Conforme apresentado por Lacerda (2006), entende-se que o tradutor e intérprete educacional, diferentemente dos profissionais que atuam em demais contextos, ainda se encontra sem um direcionamento específico, sem uma definição de suas funções e maneiras de conduzir seu trabalho na educação de surdos. Tal situação resulta em uma série de dificuldades para o exercício da profissão. Essas dificuldades ocorrem, diariamente, resultando, direta ou indiretamente, no prejuízo do aluno surdo com uma atuação ineficiente por parte do tradutor e intérprete. Essa ineficiência se dá pelo fato de que:

O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula (MEC, 2004, p. 56)

Na citação acima, percebe-se que atuação do intérprete em sala de aula não é semelhante aos diversos contextos de atuação. Diferentemente do intérprete de convenções, palestras, congressos, entre outros, além de exercer a função de tradução e interpretação, o intérprete educacional precisa ser membro participativo nas relações interpessoais existentes entre surdos e ouvintes em contexto escolar. Devido a essa necessidade permanente de intermediação da comunicação que não se estabelece de maneira espontânea,

Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete (MEC, 2004, p. 56).

Essa não distinção do papel do intérprete em sala de aula pode gerar desconforto para o próprio intérprete, para o professor e também para o aluno. Ao intérprete, pelo fato de ser confundido como o “professor do surdo”, o que na realidade não é. Ao professor, o desconforto pode ocorrer pelo fato de ficar dependente de outro profissional para exercer a sua função que é de ensinar. Em sala de aula ou em qualquer outro ambiente de ensino, o professor que não domina Libras não conseguirá ter independência para lidar com seus alunos surdos e isso, além de causar desconforto, pode interferir na eficiência das aulas. O professor que não consegue se comunicar com seus alunos,

consequentemente, não conhece sua maneira de estruturar o pensamento e se relacionar com o mundo. Como planejar aulas sem compreender os alunos? Para o aluno, a situação também não é agradável, pois muitas vezes ele tem como única referência a pessoa do intérprete. Todas as suas relações precisam ser intermediadas pelo intérprete e isso limita a autonomia do aluno surdo. Sobre essa situação, Araújo, Souza e Olini (2015, p.58) afirmam que:

O intérprete educacional passa por confusões de papéis em sala de aula, tanto pelos alunos surdos quanto pelos ouvintes, que questionam algumas coisas, como pedir autorização para sair da sala, explicar alguma coisa enquanto o professor está ocupado ou ausente, entre outros. Cabe ao intérprete saber se posicionar desde o primeiro dia do seu trabalho, esclarecendo sua função em sala de aula.

Assim, ressalta-se, ainda, que o papel do intérprete educacional encontra-se em processo de construção, sem deliberações específicas (MEC. 2004). Ainda sobre os desafios do intérprete educacional, Lacerda (2006, p. 174) afirma que:

O intérprete participa das atividades, procurando dar acesso aos conhecimentos e isso se faz com tradução, mas também com sugestões, exemplos e muitas outras formas de interação inerentes ao contato cotidiano com o aluno surdo em sala de aula. Todavia, se este papel não estiver claro para o próprio intérprete, professores, alunos e aluno surdo, o trabalho torna-se pouco produtivo, pois se desenvolve de forma insegura, com desconfiança, desconforto e superposições.

É preciso que fique claro para escola quem é o profissional tradutor intérprete. Ao atuar em sala de aula, o intérprete realiza a intermediação entre professor e aluno, além de interagir de várias maneiras com o alunado surdo e ouvinte.

Mas, para que isso aconteça, a escola também precisa se comprometer na oferta de ensino de qualidade ao aluno surdo e isso envolve diversos outros fatores. A acessibilidade não deve e não pode ficar restrita à presença do intérprete. É necessário que a escola conheça as especificidades do aluno surdo incluído e busque todas as estratégias necessárias. Sobre essa questão, Lacerda (2006, p. 169) cita acontecimento relatado em pesquisa realizada por ela:

Quando da entrada do aluno surdo nesta escola, a direção se mostrou interessada pelo processo de inclusão com a presença de intérprete de LIBRAS e afirmou que seria feito um trabalho conjunto para o sucesso da inclusão: coordenação, professores, intérprete, família, fonoaudióloga e alunos. Todavia, após o início do ano letivo, poucos encontros

ocorreram, sendo inicialmente mensais, e durante a quinta série, só ocorreram encontros mediante a solicitação das intérpretes e da fonoaudióloga. A escola julgava a inclusão bastante satisfatória e não via necessidade de discussões (LACERDA, 2006, p. 169).

Percebe-se pelo trecho apresentado que houve a inclusão de um aluno surdo na escola em questão. No primeiro momento houve aceitação e interesse por parte da escola, mas com o decorrer do tempo a situação mudou. Como visto, o fato de ter o intérprete em sala de aula foi considerado medida suficiente para atender à orientação da legislação no que se refere à educação inclusiva. O trecho citado serve de argumento para explicar a necessidade de determinar as funções, atribuições e especificidades do intérprete educacional a fim de que casos como o supracitado não ocorram.

Ressaltando a questão da educação inclusiva, Araújo, Souza e Olioni (2015, p. 56) afirmam que “A educação inclusiva é para atender a todos. No caso da criança surda, a sua condição linguística e cultural deve ser contemplada”. No entanto, atender às necessidades linguísticas de um aluno surdo não significa contar com a atuação de um intérprete em sala de aula e considerar que tudo estará resolvido. As demandas linguísticas e pedagógicas são muitas e dependem de um planejamento e direcionamento diferenciado por parte do professor. Nada adiantará a presença do intérprete em sala de aula se essas não forem pensadas para o aluno surdo. O que presenciamos, na maioria das vezes, são aulas pensadas para ouvintes em que o intérprete precisa buscar os próprios meios para transmitir conceitos e conteúdos para os alunos surdos em tempo e estruturas que não são compatíveis com o aprendizado desses alunos, resultando em uma aprendizagem cheia de lacunas.

Oliveira (2012, p.103) apresenta a colocação de um intérprete no que se refere à participação desse profissional em contexto escolar inclusivo:

Interpretando as aulas em libras os alunos surdos compreendem melhor os conteúdos explicados pelos professores, tiram suas dúvidas e tem o auxílio do intérprete para fazer as atividades em sala, e consegue se comunicar com seus colegas e outras pessoas da escola. Porém há muito que melhorar na inclusão dos alunos surdos, falta materiais didáticos apropriados para os alunos surdos, em libras e explorando o visual. Professores e funcionários da escola precisam fazer cursos na área da surdez para compreenderem melhor os alunos surdos e conseguirem ao elaborarem seus planejamentos utilizar estratégias explorando mais o visual de seus alunos. Os alunos surdos precisam de

salas de apoio para o ensino do letramento e português no período contra turno, pois não é função do intérprete letrar os surdos (OLIVEIRA, 2012, p. 103).

A intérprete em questão relata a forma como os alunos surdos usufruem de seu trabalho com seu trabalho. Destaca o fato de professores e funcionários não conhecerem a surdez, o que prejudica o andamento das aulas. Aulas deveriam ser preparadas considerando que o aluno surdo se comunica e se orienta por meio de um canal visual. No entanto, uma frase nos chama a atenção: **“não é função do intérprete letrar o aluno surdo”**. Essa afirmativa evidencia a angústia dos profissionais ao precisarem assumir funções que não são compatíveis com a sua atuação. Quando ele se refere ao processo de letramento, está considerando os mecanismos de aquisição de leitura e escrita em contexto social. Mas, como o professor trabalha com essas questões se não consegue se comunicar com o aluno surdo? E quem consegue se comunicar acaba precisando assumir outras funções?

Araújo, Souza e Olioni(2015, p. 58) sobre a preparação dos professores e a parceria que deve existir entre professor e intérprete afirmam:

O trabalho deve ocorrer em parceria para que o aluno surdo seja beneficiado por ambos (professor e intérprete). Dessa forma, é importante que o professor regente conheça a Língua de Sinais, e que consiga se comunicar com o aluno surdo, pois ele ficará motivado a aprender, já que consegue ter essa comunicação direta com o professor, tirar dúvidas, se aproximar facilitando a aprendizagem.

A parceria entre professor e intérprete pode fazer com que o aluno se desenvolva de maneira produtiva, resultando no sucesso da aprendizagem do aluno surdo. A existência dessa parceria nas instituições de ensino pode colaborar significativamente para que não haja defasagem no aprendizado dos surdos incluídos.

Outra questão importante nessa parceria se refere ao planejamento das aulas e a troca que deve existir entre professor regente e intérprete no planejamento das aulas e estratégias utilizadas. A qualidade da interpretação depende de alguns fatores como, por exemplo, o conhecimento prévio dos conceitos que precisará transmitir. Para isso, é necessário um planejamento

anterior e elaboração de estratégias feitas por professores e intérpretes em colaboração. Sobre essa questão, Belém (2010, p. 75) afirma que:

De acordo com as regras de uma boa interpretação tanto para o profissional que a realiza assim como, para quem recebe a informação traduzida, é importante e necessário que se tenha conhecimento antecipado acerca do que vai ser comunicado. Essa é uma prática que pouco acontece nos âmbitos educacionais por uma série fatores que vão desde a não previsão do intérprete educacional como partícipe durante os planejamentos e projetos das aulas a serem dadas, até a falta de um planejamento adequado das aulas em geral, que possibilitem a compreensão dos conteúdos pelo aluno surdo e demais alunos.

Concordamos com Belém (2010) sobre a necessidade do planejamento conjunto e da previsão de recursos e estratégias específicas para os alunos surdos. Mas, para que isso aconteça, o intérprete precisa ser entendido como parte constituinte do processo educacional. Ele não deve ser o responsável por ensinar aos alunos surdos, mas precisa ser considerado como elemento constitutivo do contexto escolar e que deve participar previamente da elaboração das aulas a serem interpretadas posteriormente.

Ainda de acordo com Belém (2010), a maneira como o professor pensa a sua aula tem grande influência na interpretação a ser realizada e na consequente compreensão do aluno. Sabemos que a escola e os professores não apresentam experiência com alunos surdos e as aulas são baseadas em práticas voltadas para alunos ouvintes. Assim, Belém (2010, p.75) continua afirmando que:

A práxis utilizada pela maioria dos professores reside na oralidade, ou seja, utilizam mais a fala, recorrendo poucas vezes ao quadro para registrarem os assuntos abordados. Muitas vezes, o intérprete precisa recorrer ao quadro, ao que é escrito como um ponto de apoio para reforçar ou subsidiar sua interpretação. Os professores quando ditam ou conversam informalmente sobre o tema das aulas o fazem valendo-se do pressuposto de que o aluno irá anotar aquilo que o interessa, para futuramente usarem como referência em seus estudos. Esquecem-se dos alunos surdos que precisam olhar para o intérprete enquanto o professor está falando e que esses só podem anotar em um momento posterior, ou deixando de prestar atenção às explicações.

Diante dessas considerações, percebemos como tantas situações acontecem pelo desconhecimento dos professores a respeito dos alunos surdos e o quanto os intérpretes se percebem importantes e ao mesmo tempo insuficientes nessa dinâmica. Ao mesmo tempo em que o intérprete pode auxiliar nos esclarecimentos por conhecer a Língua e a realidade dos alunos surdos, por outro

lado, muitas vezes, encontra-se em conflito por não ter o papel de “ensinar ou orientar” o professor em sua prática pedagógica. Nessas horas, o melhor é estabelecer parceria e perceber o quanto todos podem trabalhar juntos em prol do aluno surdo.

A aquisição linguística do aluno surdo é outro enfrentamento dos intérpretes educacionais. Muitas vezes, esses profissionais se deparam com alunos surdos em diferentes níveis de uso da Língua de Sinais. Alguns chegam à escola sem nenhum conhecimento da Língua de Sinais e iniciam, neste ambiente, seu processo de aquisição linguística. Outros alunos apresentam certo domínio no uso da Língua e, raramente, mas não impossível de acontecer, encontramos os alunos fluentes em Língua de Sinais. O intérprete se vê diante de realidades diferentes, tendo que transmitir uma mesma informação em diferentes níveis de uso da Língua. Sobre essa questão, Melo (2013, p. 101) argumenta que:

Na maioria das vezes, a falta de participação do aluno surdo durante as aulas ocorre devido à ausência de um intérprete, porém é necessário considerar que, em alguns casos, a falta de conhecimento da Língua de Sinais pelo surdo é um fato identificado pelos intérpretes em muitas escolas inclusivas, o que dificulta ainda mais o processo da comunicação. Há surdos que desconhecem totalmente ou parcialmente a Língua de Sinais, o que dificulta bastante o trabalho do intérprete.

Assim, o intérprete educacional enfrenta também o desafio de lidar com os diferentes níveis linguísticos apresentados pelos alunos. E mesmo tendo detectado a defasagem linguística de alguns alunos, como fazer para propiciar esse desenvolvimento do aluno surdo? Outra vez, perguntamos: Essa seria mais uma função do intérprete? Sabemos que aquisição linguística deve acontecer no convívio com outros usuários naturais da Língua. Sendo assim, enfatizamos a necessidade de alunos surdos conviverem entre alunos e professores surdos que possam lhes servir de modelo linguístico. Mas, como isso pode acontecer em escolas inclusivas em que, muitas vezes, o aluno surdo é o único surdo em uma sala de aula composta pela maioria ouvinte? Muitas vezes, o aluno surdo só convive com a Língua de Sinais por meio do intérprete e esse acaba sendo responsabilizado por mais uma função no desenvolvimento do aluno surdo.

Outra questão pouco ou, praticamente nunca, abordada pela escola em relação à atuação do intérprete em sala de aula diz respeito ao grande número de

horas que esse profissional atua. Afirmado sobre esta questão, Melo (2013, p. 92) declara:

[...] questiona-se a situação dos intérpretes que estão em sala de aula e são “obrigados” a interpretar, durante quatro ou cinco horas, disciplinas variadas e com um tempo reduzido para descansar, não há outro intérprete para dividir a tarefa, ou seja, a condição física e mental desse profissional poderá implicar no seu baixo desempenho em sala de aula e, conseqüentemente, refletir negativamente no aprendizado do aluno surdo.

Ao desempenhar sua função, em sala de aula ou em outros contextos, o intérprete tem um desgaste físico e mental intenso, pois efetua primeiro o processo mental de tradução do português para Libras e posteriormente transmite ao surdo em Libras esse conteúdo. Desempenhar tal papel por determinado tempo ainda é possível, sem que haja prejuízo em seu desempenho, porém como apresentado por Melo (2013) em sala de aula, o intérprete atua por horas consecutivas sem tempo considerável para descanso, o que prejudica na transmissão para o surdo do conteúdo apresentado pelo professor. Essa situação é reafirmada na fala de um intérprete participante da pesquisa de Araújo (2013, p. 5) ao contar sua experiência em uma escola pública:

(...) era um trabalho precário, várias salas, a gente via as prioridades, um pouquinho aqui, um pouquinho ali, priorizava a sala que tava com avaliação, prova, não tinha uma interpretação organizada como teve quando os intérpretes chegaram. Era caótico na verdade, caótico. (...) Em 2008, eu já estava cansada, interpretando sozinha, eu tinha que dar conta de quatro salas. Passava a semana toda sendo esticada, os surdos me puxavam pelo braço e saíam me esticando”.

Infelizmente, essa situação acontece em muitas escolas pela falta de profissionais, falta de conhecimento das necessidades de profissionais bilíngues e ausência de dinâmicas que favoreçam o aprendizado dos surdos. Um fator que dificulta a solução desse tipo de situação é o do tempo de trabalho do intérprete não ser citado em nenhuma lei ou decreto, muito menos a questão da presença de mais de um intérprete em sala de aula para que haja o revezamento. Como dito anteriormente, as funções do intérprete educacional estão em processo de construção. Portanto, é preciso que questões como as citadas por Melo (2013) e Araújo (2013) sejam abordadas para que o trabalho deste profissional aconteça

da maneira mais adequada possível, não apenas para o professor e aluno surdo, mas também para o intérprete no exercício de suas funções.

Outra questão importante para ser pensada diz respeito à formação do profissional TILSP. Embora o decreto 5.626 (BRASIL, 2005) determine as exigências para a formação desse profissional, o que se percebe é uma carência grande na oferta qualificada de profissionais para tradução e interpretação de libras/Português. Isso acontece porque muitas vezes, as escolas ou instituições não se preocupam em verificar ou avaliar a formação do intérprete, mas sim em atender à exigência da lei em garantir acessibilidade ao aluno. E assim, encontramos situações como a relatada por uma intérprete na pesquisa de Araújo (2013, p.55):

Acerca do processo de inserção dos ILS Laylah relata que como era grande a urgência e a demanda por este trabalho, inicialmente não realizou qualquer tipo de seleção. Assim, não foi estabelecido nenhum critério de avaliação, apenas ter a disponibilidade para atuar naquele espaço e no horário pretendido (noturno) foram suficientes para inseri-los na escola. Ela diz que alguns intérpretes argumentavam a falta de preparação para estar em sala de aula, mas que mesmo assim esses quesitos não foram observados inicialmente porque a situação era insustentável e, além disso, a professora procurou indicar seus colegas da área de sua formação específica e intérpretes que ela mesma tinha contato e relação de amizade.

Diante de situações como essa, o aluno se torna a maior vítima do processo de inclusão escolar sem preparação e recursos adequados. Muitas vezes, profissionais despreparados são admitidos para desempenhar determinada função, mesmo sem ter formação adequada. As escolas, por sua vez, encontram-se desorientadas e desamparadas em um contexto em que as leis determinam, mas os sistemas não viabilizam. Assim, os alunos surdos são matriculados em turmas inclusivas sem acessibilidade linguística e a urgência na tomada de providências faz com que as escolas aceitem profissionais sem experiência ou formação adequada.

Frente a todos esses desafios, fazemos dos questionamentos de Magalhães (2013, p.82) também uma preocupação nossa ao afirmar que:

O intérprete, atualmente, assume a função de auxiliar no desenvolvimento educacional. Parece tratar-se de uma inversão de papéis, onde o intérprete assume o papel da escola, auxiliando os surdos. No entanto, ficam alguns questionamentos referentes ao papel

do intérprete: É essa a inclusão que se deseja para os sujeitos surdos? Onde alguns sujeitos (intérpretes) são responsáveis pelo desenvolvimento de um grupo com uma Língua diferente da maioria? Diante disto, observa-se que não ocorrem mudanças significativas de estrutura curricular, mais sim, se dissimula a realidade, não suprimindo as reais necessidades dos educandos.

Sendo assim, pensamos que a inserção dos alunos surdos em contexto inclusivo, assim como a participação do intérprete educacional nesse contexto deve ser feita com cuidado e reflexão, para que haja oportunidade de construção de práticas compatíveis com as necessidades dos alunos. Se ainda existem tantas dúvidas e questionamentos, este estudo não tem a intenção de buscar responder a todas as lacunas. Mas, nos conscientizamos de que as demandas existem, as experiências são poucas e precisam ser construídas para qualificação da educação de surdos. O comprometimento e a parceria dos profissionais envolvidos e da gestão escolar se fazem imprescindíveis nesse processo. Sabemos que não basta incluir, apenas, pela via da matrícula na escola. Mas, é preciso buscar meios para que o aluno tenha acesso aos saberes em igualdade de condições, que lhe darão igualdade de participação na escola e na sociedade.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Produzir um livro com perguntas e respostas que possam esclarecer e informar sobre a atuação do profissional tradutor intérprete de Libras em contexto escolar.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar sobre a existência de livros que abordem a temática escolhida para fundamentar nossas reflexões teóricas e dar embasamento à criação de um produto original.

- Compreender a trajetória/ história do TILSP, assim como a legislação que apoia e fundamenta essa profissão, sua atuação e papel na educação de surdos.
- Verificar em duas escolas públicas que tenham alunos surdos matriculados, o conhecimento e questionamentos dos professores a respeito da profissão do tradutor e intérprete de Libras.
- Selecionar as perguntas e respondê-las com base nas pesquisas bibliográficas de maneira a organizar um livro que contribua com a divulgação e o esclarecimento de questões que poderão qualificar a educação de surdos.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 – METODOLOGIA

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica com a intenção de estudar sobre a profissão do TILSP. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador uma cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p.45). Por meio dessa pesquisa, tivemos a intenção de verificar um amplo material de pesquisas realizadas anteriormente com vistas a fundamentar o produto criado nesta pesquisa.

Em um segundo momento, dedicamo-nos a uma pesquisa de campo caracterizada como qualitativa. De acordo com Gil (2002), o estudo de campo focaliza uma comunidade não necessariamente geográfica, mas considera um grupo de pessoas que executam uma mesma atividade e a pesquisa pode ser desenvolvida por meio de observação direta e de entrevistas com informantes para captar as impressões e informações sobre o que ocorre no grupo. Essa pesquisa exige imersão do pesquisador no ambiente a ser pesquisado para compreender os valores e lógicas estabelecidas no referido grupo de convívio. O pesquisador também poderá utilizar outros recursos complementares como fotos, vídeos, gravações de áudios e leitura de documentos.

O projeto para execução da pesquisa foi encaminhado e autorizado através do parecer nº 01372418.0.0000.5243 da Plataforma Brasil. Para esse procedimento foi anexado junto à Plataforma Brasil o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), carta de apresentação emitida pelo CMPDI e projeto de pesquisa¹⁷.

Nesta pesquisa, além da imersão no ambiente escolar, foi feita uma entrevista semiestruturada que teve por objetivo perceber o conhecimento dos professores de duas escolas públicas sobre a atuação do intérprete educacional, bem como suas possíveis dúvidas e questionamentos sobre essa profissão.

Em um primeiro momento, foi dado início à escrita da revisão de literatura que embasou toda a nossa pesquisa. Em continuidade, compareci às escolas para conhecer professores, fazer contato inicial e sensibilizá-los para participar da pesquisa. Após conversa com professores, foi solicitada a participação deles respondendo a uma entrevista semiestruturada, feita pessoalmente pelo pesquisador. A entrevista foi gravada com aparelho celular e os participantes foram convidados a assinar termo de autorização estipulado pela Plataforma Brasil¹⁸. Para coletar informações junto aos professores, a entrevista continha a solicitação de dados iniciais sobre o perfil do professor e posteriormente foram feitas perguntas elaboradas e organizadas em categorias de análise.

As categorias de análises são: 1 – Trajetória e Legislação, 2- Conhecendo a profissão, 3- O empírico no contexto escolar. Essas categorias foram pensadas na intenção de concentrar e organizar os temas relativos a nossa pesquisa de maneira que pudéssemos, posteriormente, analisar os dados agrupados por temas comuns. Ao final de cada bloco de perguntas, o professor foi estimulado a deixar ideias de perguntas sobre temas relacionados aos TILSP, sobre os quais pudessem apresentar dúvidas. Sendo assim, a entrevista ficou organizada como veremos a seguir:

¹⁷ Em apêndice

¹⁸ TCLE em apêndice

Nome:

Idade:

Formação:

Tem cursos na área de educação especial?

Já fez cursos de Libras?

Tempo de Formação:

Atua ou já atuou com surdos?

Domina Libras? () nada () pouco () razoavelmente () fluente

Categorias de análise

1 – Trajetória e legislação

- a- Você sabe como surgiu a profissão de intérprete de Libras?
- b- Para você, a Libras é uma Língua ou linguagem? Explique.
- c- Para você, a Libras é reconhecida como Língua? Pode substituir o português? Explique:
- d- Você conhece alguma legislação que legitime a profissão do intérprete de Libras?
- e- Que perguntas você faria sobre a trajetória e legalização da profissão?

2 – Conhecendo a profissão

- a- Para você, qual a função do intérprete de Libras?
- b- Você conhece as linhas de atuação do intérprete? Quais?
- c- Se não conhece, em que situações você imagina que o intérprete atua?
- d- Como você acha que uma pessoa se torna intérprete de Libras?
- e- Existe diferença entre tradutor de Libras e intérprete de Libras? Se existe, qual?
- f- Que perguntas você me faria sobre a profissão do intérprete?

3 – O empírico no contexto escolar

- a- Qual a função do intérprete em contexto escolar?
- b- Existe formação específica para atuar como intérprete educacional?

- c- Como você entende a relação entre intérprete educacional e professor?
- d- Que atividades você entende que o intérprete deve executar no cotidiano escolar?
- e- Você acha que nossa atuação depende de materiais específicos?
- f- Que perguntas você me faria sobre a atuação do intérprete educacional?

Posteriormente, essas perguntas foram tabuladas e selecionadas para serem respondidas no livro criado como produto deste estudo. O livro também seria escrito dividido em áreas de conhecimento, porém, durante a tabulação dos questionamentos feitos pelos professores sobre o profissional intérprete, percebemos a necessidade de incluir mais uma área de conhecimento que foi “O intérprete no cotidiano escolar” para responder aos questionamentos.

A pesquisa seguiu as seguintes etapas:

1ª - Verificação de livros que falem sobre o intérprete de Libras educacional para que se evite produzir um estudo sem originalidade;

2ª - Entrevista com professores de duas escolas de Niterói/RJ para saber as dúvidas que estes apresentam sobre a profissão e o profissional TILSP;

3ª – Seleção desses questionamentos buscando separá-los por tópicos para posterior organização do livro.

4ª- Organização dos capítulos do livro;

5ª – Processo de escrita do livro buscando referências de autores da área.

Para conclusão da 1ª etapa foi feita pesquisa sobre livros que abordassem o tema desta pesquisa. Utilizou-se as seguintes palavras-chave: tradutor, intérprete, intérprete de Libras e tradução em Libras. As pesquisas foram feitas na plataforma Google e os livros encontrados, foram analisados para saber de que forma o texto estava escrito, autores, a linguagem e estrutura da escrita. Essa pesquisa foi importante para evitar a criação um produto já existente no mercado e ao mesmo tempo verificar quais as carências no que se refere aos temas, abordagens e organização dos livros.

A segunda etapa aconteceu através de aplicação de entrevista nas escolas escolhidas para pesquisa com os professores. As escolas foram escolhidas com o seguinte critério: uma escola de referência com um significativo número de alunos surdos e outra escola com pouco contato com alunos surdos. Nossa intenção foi colher informações tanto de professores que convivem com a educação de surdos, como de professores que não apresentam tanta experiência. A entrevista foi aplicada individualmente aos professores deixando livre sua intenção de participar e a qualquer momento os mesmos poderiam interromper a entrevista e desistir de participar da pesquisa. Foram feitas em espaço em que não pudesse ter qualquer interferência de outros professores justamente para garantir o conforto para o entrevistado.

Após visitas às escolas selecionadas obteve-se um total de 24 entrevistas, sendo que, após a coleta de dados, uma professora entrou em contato e solicitou a não participação na referida pesquisa por motivos pessoais. Dessa maneira, respeitando o pedido da professora, a entrevista dela foi anulada e ficamos com 23 entrevistas.

Após o término das entrevistas, a terceira etapa consistiu em analisar as respostas dos professores para perceber quais assuntos ainda careciam de informações e esclarecimentos, além de selecionar os questionamentos feitos pelos professores para posteriormente organizá-los em tópicos para o livro. Para seleção dos questionamentos levou-se em consideração alguns critérios de exclusão como: perguntas que não tivessem relação com o tema proposto na entrevista, perguntas de cunho político e perguntas repetidas. Além disso, algumas perguntas foram modificadas para atender os objetivos das categorias, no entanto, mantiveram o conteúdo das indagações iniciais. Além disso, analisando as entrevistas percebemos a necessidade de criar um quarto eixo de perguntas a serem respondidas no livro. A criação desse eixo aborda o intérprete em contexto educacional.

Após análise das respostas foi feita uma seleção de perguntas para constituírem o livro. Durante a análise das entrevistas, fomos percebendo quais assuntos eram desconhecidos ou eram de pouco domínio dos professores, suscitando necessidade de maiores esclarecimentos. Além da observação sobre o conhecimento dos professores, também indagamos, ao final, sobre que

questionamentos eles gostariam de ver respondidos no livro. A partir da análise das entrevistas, foi possível elaborar as perguntas que passaram a compor o livro que é produto desta pesquisa.

Com as perguntas selecionadas e organizadas em tópicos passou-se para quarta etapa que foi a organização dos capítulos do livro. O livro ficou dividido em quatro capítulos abordando os seguintes temas: Língua de Sinais, legislação e trajetória do TILSP, conhecimentos sobre a profissão do TILSP e a atuação do TILSP em contexto escolar.

Por fim, a quinta e última etapa constituiu-se de escrita do livro respondendo às perguntas selecionadas. Para que houvesse um produto final de qualidade, buscou-se embasamento teórico em publicações de autores da área e também em legislação pertinente, a fim de responder as perguntas de maneira clara, objetiva e com uma linguagem de fácil compreensão sem deixar, obviamente, de manter a qualidade da escrita acadêmica.

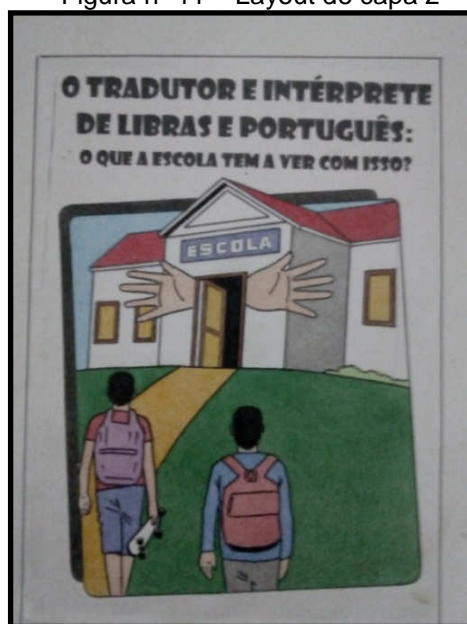
Simultaneamente ao processo de coleta de dados, análise das entrevistas e seleção das perguntas que compõem o livro, voltamos à preocupação para produção da capa do livro. Para tal elaboração foi contratado o profissional desenhista Jair Filho. Em uma reunião entre o pesquisador e desenhista, foram passados os objetivos do livro, as intenções de transmitir informação e o que desejávamos informar por meio da imagem da capa. Após receber as informações, o desenhista produziu algumas imagens e nos enviou para apreciação. Foram sugeridas pelo mesmo, inicialmente, as seguintes capas:

Figura nº 10 - Layout de capa 1



Fonte: arquivo pessoal

Figura nº 11 – Layout de capa 2



Fonte: arquivo pessoal

Figura nº 12 – Layout de capa 3



Fonte: arquivo pessoal

A partir das capas enviadas, foram feitas orientações de ajustes de acordo com os objetivos do livro. As capas apresentadas nas figuras 10 e 12 apresentaram cores que visualmente não estavam em harmonia. Os traços que foram apresentados para borda de capa na figura 10, deixaram a impressão de

tamanho reduzido dos personagens e da paisagem. Nas primeiras imagens também percebemos que os dois meninos eram de raça branca e pedimos que incluíssem um menino negro para fazer referência à diversidade em nosso país. Após finalização da imagem, a mesma foi enviada para um profissional gráfico que transformou o desenho escolhido em formato digital obtendo o resultado final da capa que será apresentado no item resultados e discussão.

Para elaboração do prefácio do livro convidamos as tradutoras e intérpretes de Libras do INES Laura Jane Messias Belém¹⁹ e Renata dos Santos Costa²⁰. Ambas possuem formação em nível de mestrado com uma vasta experiência e trajetória na educação de surdos. A vasta experiência das duas profissionais da tradução e interpretação na educação básica e ensino superior foi fator primordial para o convite e escrita do prefácio. Suas experiências enquanto intérpretes de Libras foram de grande valia para análise do livro que é um produto de cunho pedagógico na educação de surdos e, certamente, suas ponderações sobre o conteúdo terão efeito extremamente positivo, pois o leitor, ao se deparar com o prefácio escrito por profissionais qualificadas como Laura Jane Messias Belém e Renata Costa terá a certeza de que o conteúdo do livro é bem fundamentado baseado em uma pesquisa intensa que buscou cumprir seu objetivo que é o de esclarecer dúvidas sobre atuação do TILSP em âmbito educacional.

O posfácio foi elaborado pela prof.^a Dr.^a Osilene Cruz, que foi a revisora deste produto e possui Graduação em Letras, Especialização em Atualização Pedagógica, Mestrado em Estudos Linguísticos/Estudos de Tradução e Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL). Atualmente, é professora Adjunta de Língua Portuguesa como L1 e L2 no Instituto Nacional de Educação de Surdos INES/RJ e professora do curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão na Universidade Federal Fluminense. Sua formação em estudos linguísticos e da tradução, além da experiência em educação de surdos, pode qualificar nosso produto e corroborar sua validade.

¹⁹<http://lattes.cnpq.br/8372028340382532>

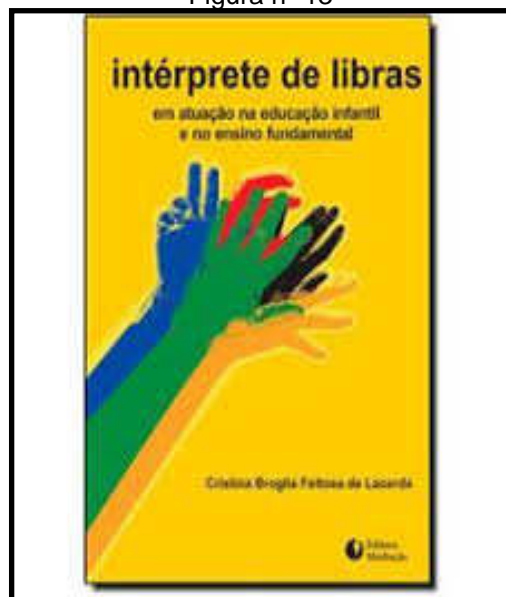
²⁰<http://lattes.cnpq.br/2759000860926550>

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 – Dos livros já existentes

Para que o livro fosse produzido foi necessário primeiramente fazer uma pesquisa de materiais publicados que abordassem o mesmo tema do produto aqui apresentado: o TILSP em contexto educacional. Durante a pesquisa, foi necessário analisar os livros, verificar a estrutura organizacional e conteúdo dos mesmos para que não corrêsemos o risco de desenvolver um produto próximo do que existe no mercado. Nossa intenção foi criar um produto inédito e útil para as escolas no que se refere a compreender melhor o papel do tradutor intérprete de Libras de maneira que isso reflita positivamente na educação de surdos. Foram encontrados os seguintes livros:

Figura nº 13



Fonte: amazon.com.br

O livro é uma obra de publicação em 2014 e está em sua 6ª edição. Escrito por Cristina Lacerda com o título: “Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental”, aborda questões inerentes a esses dois segmentos. Está dividido em seis capítulos e é escrito em forma de texto corrido. Tem um conteúdo excelente com leitura objetiva e clara.

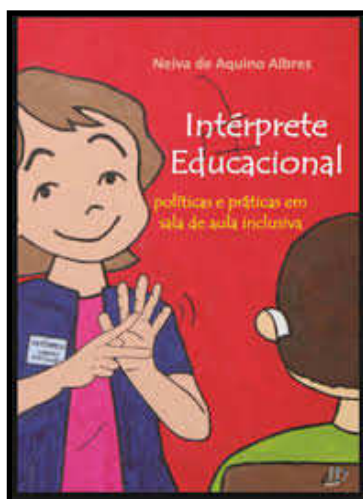
Figura nº 14



Fonte: maosemmovimento.com.br

A obra apresentada na figura nº 14 é uma publicação da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Está dividida em seis capítulos escritos em forma de texto corrido apresentando uma leitura agradável e clara. Possui um embasamento teórico excelente, porém, para aqueles que estão iniciando seus estudos na área de educação de surdos ou, especificamente, na tradução e interpretação, pode ser uma leitura densa. No conteúdo do livro, são abordadas questões relacionadas à interpretação como as situações rotineiras enfrentadas pelos intérpretes, a relação dos mesmos com seus pares, a relação do intérprete com a escola e do intérprete com o aluno surdo. Outro livro encontrado tem o título: “O Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva”, como podemos ver a seguir.

Figura nº 15

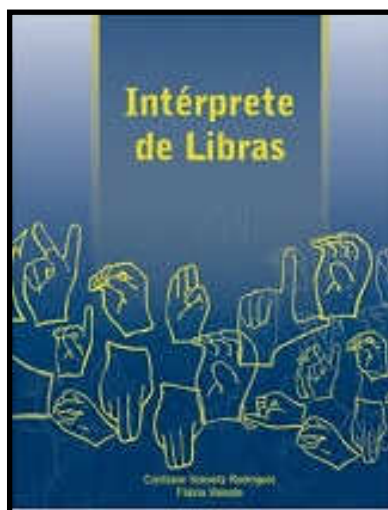


Fonte: noticias.ufsc.br

Esse livro, de autoria de Neiva de Aquino Albres, está estruturado em duas partes sendo: 1 – O intérprete educacional e os contornos da cultura escolar: denominação e papéis em questão. 2 – Os serviços de interpretação educacional. Saberes e práticas na perspectiva dos intérpretes educacionais. Nessa obra, a autora aborda a questão do intérprete educacional considerando questões como: as identidades profissionais, orientação para ações, o intérprete como agente de comunicação, como serviço de educação especial, saberes e práticas dessa profissão, planejamento e discurso a ser interpretado, entre outras questões. Está escrito em forma de texto corrido e apresenta conteúdos e linguagem acadêmica, é bem fundamentado com base em pesquisadores conceituados. Apesar da linguagem acadêmica, a leitura é agradável e muito esclarecedora, tendo servido em alguns trechos como suporte de nossas leituras e respostas no livro.

O livro seguinte tem o título: “Intérprete de Libras” e é da editora Saraiva como podemos perceber na figura 16, a seguir.

Figura nº 16



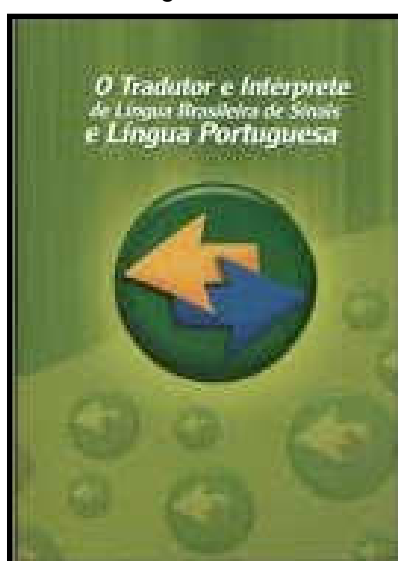
Fonte: saraiva.com.br

O livro em questão é estruturado em forma de texto corrido. Inicia abordando a diferença entre o traduzir e interpretar e somente depois aborda o surgimento da profissão. Tem um conteúdo voltado para pesquisadores da área

de tradução e interpretação, abordando o tema em uma linguagem acadêmica com exemplos por meio de quadros técnicos e imagens, o que para leigos pode se tornar uma leitura cansativa. Além disso, apresenta exercícios ao final de cada capítulo e dicas de estudo deixando, assim, suas características de material para pesquisadores da área.

O próximo livro, foi publicado pela editora Arara Azul e tem o título: “O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa”, como veremos a seguir na figura 17.

Figura nº 17

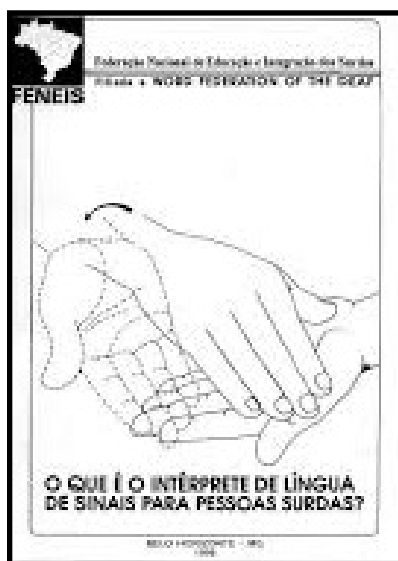


Fonte: editora-arara-azul.com.br

O livro foi escrito por Ronice Quadros, uma das maiores referências na educação de surdos para o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. É uma publicação que inicia com um mini dicionário de termos utilizados na tradução e interpretação como: intérprete, intérprete de Libras, surdocego etc. O material é de extrema qualidade, pois a autora, ao apresentar os conceitos dos termos acima, facilita ao leitor a compreensão de seu conteúdo. Faz posteriormente um apanhado histórico sobre o tradutor e intérprete de Língua de Sinais. É um livro técnico escrito em texto corrido e, da mesma forma como o anterior, tem uma característica acadêmica muito intensa. Não é uma leitura exaustiva, porém para aqueles que conhecem pouco ou nada sobre o profissional intérprete pode não ser a melhor opção inicialmente.

A seguir, veremos o livro “O que é intérprete de Língua de sinais para pessoas surdas?”, como mostramos na figura 18.

Figura nº 18

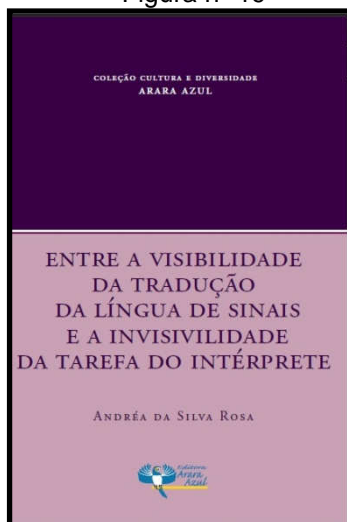


Fonte: br.pinterest.com

Essa é uma publicação da FENEIS de 1995. É uma cartilha, com 22 páginas, que aborda questões relevantes acerca do intérprete de Libras. Tem um texto corrido e um conteúdo claro e objetivo. Porém, não é direcionado a uma atuação específica do TILSP. Aborda sobre o intérprete de Libras de uma maneira genérica, elencando suas principais questões como o código de ética e as atribuições do intérprete.

Outro livro encontrado apresenta o título: “Entre a visibilidade da tradução da Língua de Sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete”.

Figura nº 19



Fonte: br.pinterest.com

Este é uma produção da editora Arara Azul. Escrito por Andréa da Silva Rosa, sendo um livro extremamente técnico acerca do intérprete de Libras. Aborda questões como a fonologia e a sintaxe da Língua de Sinais brasileira conteúdos estudados normalmente em cursos de licenciatura em Letras-Libras. O texto é muito bom, porém o texto corrido e a linguagem acadêmica não tornam possível que o leitor comum faça um diálogo com o livro. De maneira geral, possui uma estrutura organizacional excelente, mas que não contempla todos os leitores.

Os livros anteriormente descritos foram encontrados utilizando as seguintes palavras-chave: tradutor, intérprete, intérprete de Libras e tradução em Libras. Foram pesquisados através da plataforma digital Google, direcionando a pesquisa para sites secundários como indicam os dados de fonte de cada livro. Para algumas palavras-chave foram encontradas as mesmas publicações, porém com capas diferentes pelo fato de terem edições distintas. Para garantir que o produto apresentado nesta pesquisa fosse inédito em seu conteúdo e estrutura, cada livro encontrado, através da pesquisa foi analisado. De maneira geral, tratam basicamente sobre questões parecidas, porém de formas distintas. Cada livro possui uma estrutura que o caracteriza e cada um possui um perfil de leitura sendo este acadêmico/técnico ou leitura de conteúdo sintetizado.

Nenhum dos livros está apresentado em formato de perguntas e respostas, como foi nossa proposta. Além disso, não encontramos um único livro que atendesse a todas as indagações e necessidades apresentadas pelos professores. Sendo assim, nossa proposta de escrever um livro, que, embora apresentasse linguagem e pesquisas acadêmicas, pudesse ser de leitura agradável e leve, em formato de diálogo, por meio de perguntas e respostas, se mostrou relevante. Para continuar pesquisando sobre a relevância do produto, partimos para uma pesquisa de campo, com a intenção de verificar as indagações e dúvidas dos professores como veremos a seguir.

4.2 – Locais da pesquisa

4.2.1 – Escola Municipal Paulo Freire

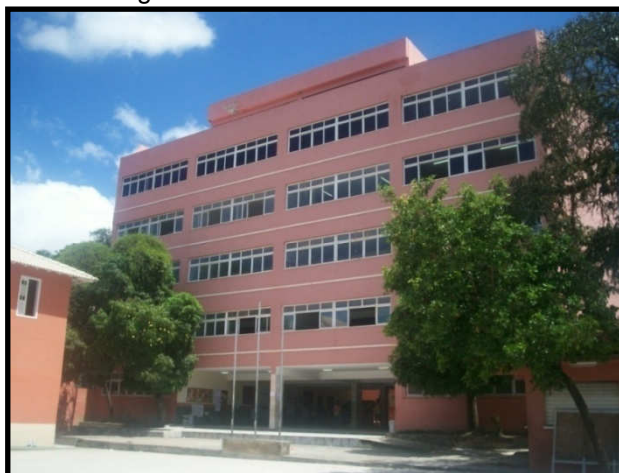
As unidades de ensino escolhidas para realização da pesquisa de campo foram a E. M. Paulo Freire, localizada no bairro Fonseca, e a E. M. Francisco Portugal Neves, localizada no bairro Piratininga, ambas no município de Niterói.

O critério de escolha da primeira escola se deve ao fato de ser considerada pólo bilíngue na educação de surdos de Niterói e por ser uma unidade escolar com um perfil demográfico diverso, onde são oferecidos atendimentos em dois segmentos: ensino fundamental I (1ª ao 5º ano) e ensino fundamental II (6º ao 9º ano) com alunos surdos em todos os segmentos.

A justificativa de escolha da E. M. Francisco Portugal Neves se deve ao fato de estar localizada em região distante do centro de Niterói e ter apenas uma aluna surda incluída em turma na modalidade Ensino de Jovens e Adultos - EJA. Assim, optamos por duas escolas com perfis diferenciados, sendo a primeira uma escola com experiência e referência na educação de surdos, com uma trajetória que permite tanto alunos quanto professores terem convivido com alunos surdos, sua Língua e cultura, enquanto a segunda escola não apresenta experiência com a educação de surdos e atende, apenas, uma aluna surda na Educação de Jovens e Adultos.

A escola Municipal Paulo Freire, está situada a Rua Soares de Miranda, nº 77, no Bairro do Fonseca em Niterói. Foi criada em 6 de Janeiro de 2004, por meio do Decreto nº 9.180/2004 e o prédio da escola possui cinco andares como podemos ver na figura nº 17:

Figura nº 20. Frente da E. M. Paulo Freire



Fonte: Arquivo Pessoal

A unidade escolar localizada à Rua Soares Miranda, 77, Fonseca, Niterói/RJ, tem um total de 651 (seiscentos e cinquenta e um) alunos matriculados (56 surdos), sendo 252 (duzentos e cinquenta e dois) no Ensino Fundamental I e 399 (trezentos e noventa e nove) no Ensino Fundamental II. Possui, atualmente, 12 salas de aula, 157 funcionários, 1 sala de AEE, banheiro adaptado para alunos com deficiência, banheiro com chuveiro, refeitório, despensa, sala de leitura, laboratório de ciências, laboratório de informática e apresenta nota 5,8 no IDEB de 2017, com meta de 6,1 para 2019. Além disso, possui elevador e rampas de acesso ao andar térreo.

No andar térreo tem uma sala de professores, uma biblioteca ampla que está de acordo com os padrões estabelecidos pela coordenadoria do sistema nacional de bibliotecas públicas, uma sala de coordenação pedagógica e duas Salas de Recursos Multifuncionais. O primeiro, segundo e terceiro andares possuem cada sete salas de aula, além do refeitório que fica no primeiro andar. As salas de aula atendem no período da manhã alunos do 6º ao 9º ano e no período da tarde, alunos do 1ª ao 5º ano. No terceiro andar, uma das salas é equipada com quinze computadores destinados a atividades de informática. O auditório da escola fica localizado no quarto andar e possui uma capacidade para receber até 120 (cento e vinte) pessoas. Este mesmo andar possui também 4 (quatro) salas de aula e 1 (uma) Sala Multimídia.

No andar superior está instalado o Pólo Regional do Consórcio CEDERJ que representa o Governo do Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ) e Universidades Públicas sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

A escola possui também duas quadras poliesportivas que são utilizadas em atividades propostas pelos professores e, nos intervalos, utilizadas pelos alunos como lazer. Para atender os alunos surdos e surdocegos, a escola possui tradutores e intérpretes de Libras e guia-intérpretes contratados por um período de dois anos, além de intérpretes aprovados em concurso público realizado no ano de 2018. A grande maioria dos professores não é bilíngue, conforme apresentado no quadro nº 1 desta dissertação.

4.2.2 – Escola Municipal Francisco Portugal Neves

Figura nº 21. Frente da E. M. Francisco Portugal Neves



Fonte: Arquivo Pessoal

A segunda escola é localizada à Rua Quatorze, próximo a uma das principais avenidas do bairro de Piratininga em Niterói. É relativamente pequena e atende a um público bem diversificado, principalmente no período noturno em que é oferecido EJA. Possui no total 881 (oitocentos e oitenta e um) alunos, sendo 640 (seiscentos e quarenta) do Ensino Fundamental II e 241 (duzentos e quarenta e um) no EJA. Obteve nota 4,9 no IDEB de 2017, tendo como meta para o ano de 2019 o índice de 5,2. Possui apenas três andares sendo o andar térreo composto por um refeitório, uma secretaria educacional, uma sala de direção, uma sala de coordenação pedagógica, uma sala de professores, e seis salas de aula. No segundo andar encontram-se seis salas de aula, uma Sala de Recursos Multifuncionais e uma biblioteca. Infelizmente, quando a entrevista com os professores foi realizada, a biblioteca estava interditada pelo fato de ter ocorrido um incêndio que afetou somente aquele espaço, destruindo grande parte do acervo que continha. Em prédio anexo, tem um amplo auditório que comporta até 130 (cento e trinta) pessoas. Possui uma quadra poliesportiva coberta e outra quadra descoberta, além de banheiros adaptados para alunos com deficiência.

4.3 – Sujeitos da pesquisa

- **Perfil**

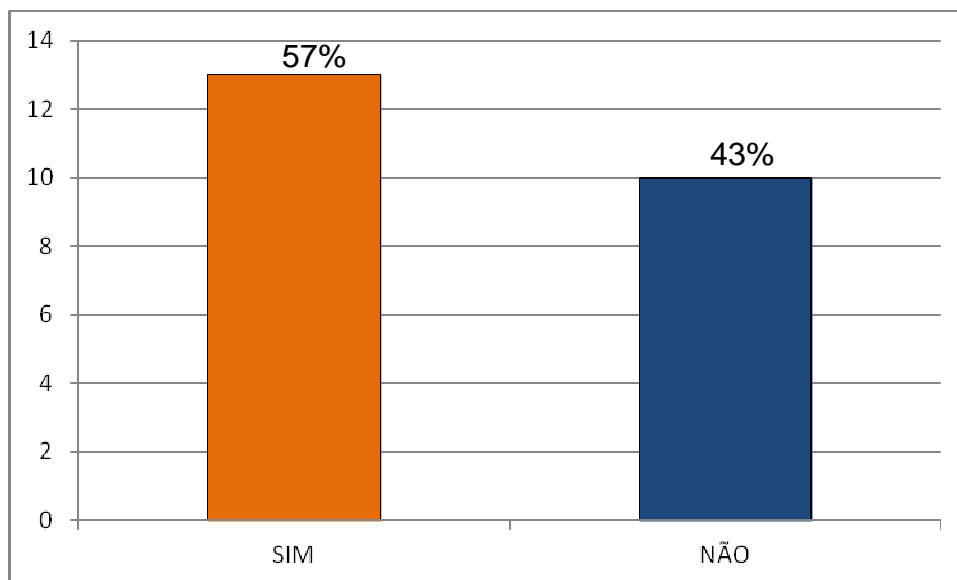
Os sujeitos da pesquisa são docentes que atuam em duas escolas do município de Niterói. Tivemos como objetivo da pesquisa, verificar o conhecimento dos professores e saber quais as dúvidas que apresentam em relação à atuação do TILSP em contexto educacional. Foram escolhidos professores com e sem experiência com alunos surdos que não estivessem em afastamento do exercício de suas funções, a fim de saber seus possíveis questionamentos sobre atuação do TILSP em contexto educacional.

A primeira escola foi a E. M. Paulo Freire, onde foram entrevistados 15 profissionais sendo: 8 do primeiro segmento (2 bilíngues e 6 não bilíngues), 6 do segundo segmento (2 de apoio e 4 regentes) e 1 pedagogo. Na outra unidade de ensino, a E. M. Francisco Portugal Neves, foram entrevistados 9 profissionais sendo: 4 professores de primeiro segmento, 4 de segundo segmento e 1 pedagogo sendo que nenhum deles é bilíngue. Em ambas as escolas, a expectativa foi perceber as dúvidas ou possíveis conceitos equivocados no que se refere à atuação do TILSP, por parte dos profissionais em atuação na escola regular inclusiva. Uma vez detectadas as lacunas de informações sobre o profissional TILSP, produzimos um livro que pretende esclarecer os profissionais e colaborar com a melhoria do ambiente educacional inclusivo para alunos surdos.

Tendo feito a coleta de dados, foi possível fazer uma análise do perfil dos professores entrevistados no que diz respeito ao conhecimento da Libras, atuação com surdos e formação para educação inclusiva. Desse modo, no que se refere ao perfil dos professores, fizemos as seguintes perguntas:

1 - Tem cursos na área de educação especial?

Gráfico nº 1

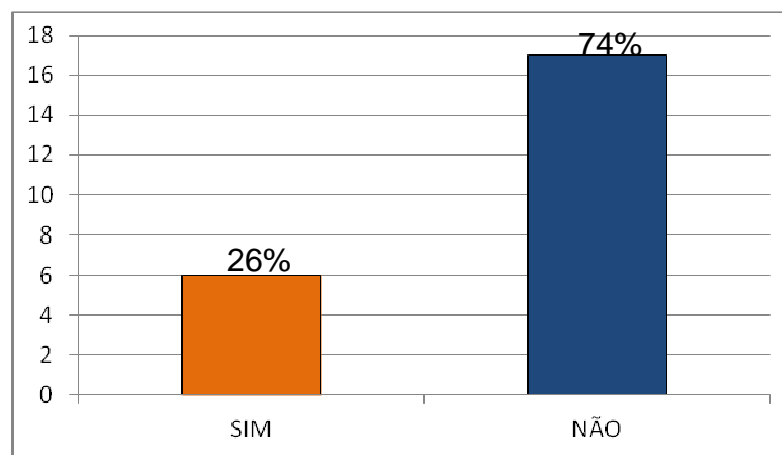


Fonte: arquivo pessoal

Como observado dentre os professores entrevistados 57% tem alguma formação em educação especial. Na apresentação dos dados não focamos especificamente nos cursos que os professores informaram terem feito, mas sim se os mesmos tinham algum conhecimento sobre. O número obtido de 57% ainda é baixo, mas de certa forma demonstra que os professores apresentam certo interesse em formação continuada que vise o melhor atendimento a alunos com deficiência.

1 - Já fez cursos de Libras?

Gráfico nº 2

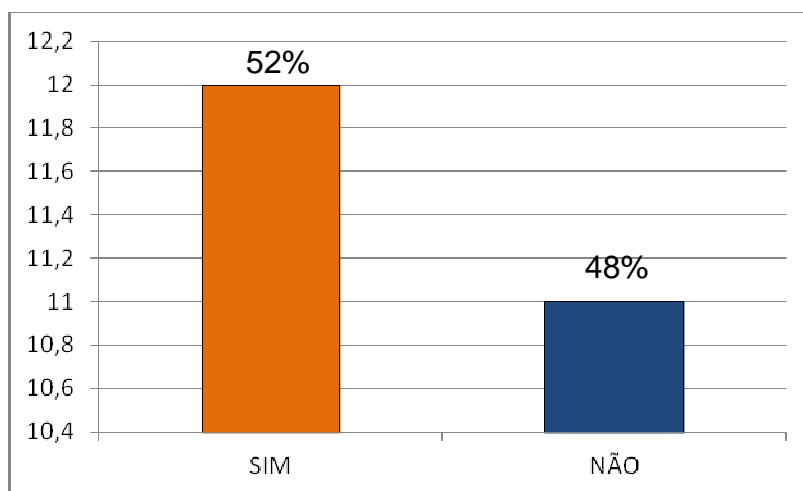


Fonte: arquivo pessoal

Sendo o professor sujeito da pesquisa e suas possíveis dúvidas sobre o profissional intérprete foi questionado se eles já haviam feito curso de Libras. Conforme o gráfico nº 2, dos 23 profissionais entrevistados somente 26% já fez algum curso de Libras. É preocupante saber que em tempos atuais em que a quantidade de alunos surdos incluídos aumenta consideravelmente, poucos professores tenham alguma formação em Libras. Não se espera, claro, que os professores interpretem para seus alunos, mas tendo o mínimo de conhecimento da Libras sua relação com o aluno surdo melhora de maneira expressiva.

2 - Atua ou já atuou com surdos?

Gráfico nº 3

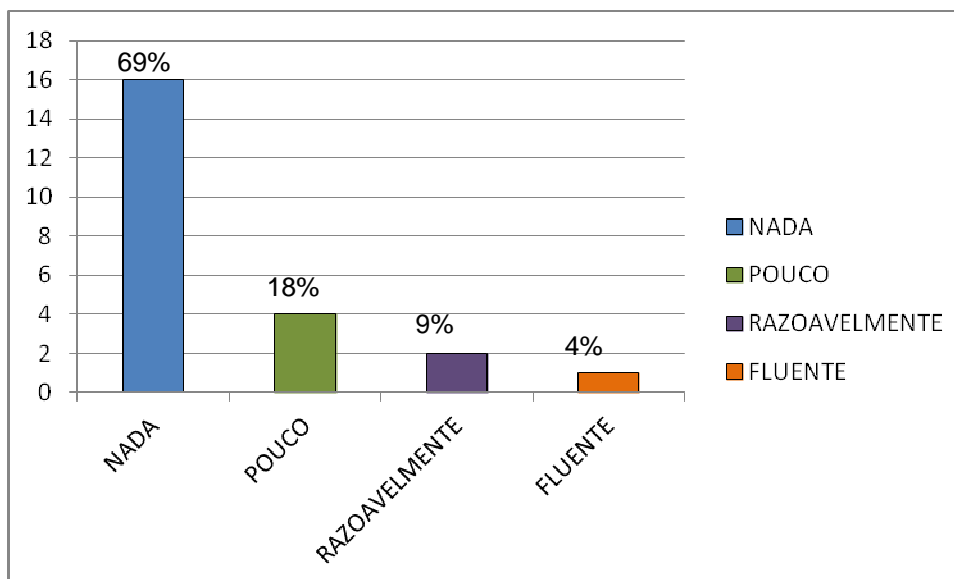


Fonte: arquivo pessoal

No que diz respeito à atuação com alunos surdos, o resultado mostrou que 52% dos professores têm ou já tiveram alguma experiência com alunos surdos na escola. Sendo assim, ao juntarmos os resultados da pergunta anterior que abordou se o professor já havia feito algum curso de Libras, com o resultado da pergunta acima podemos concluir que a maioria dos professores nunca fez algum curso de Libras, porém, da mesma forma, a maioria atua ou já atuou com alunos surdos. Cabe, então, uma indagação: como o aluno surdo poderá interagir com o professor minimamente se o docente não conhece a Língua do aluno? Preocupamos refletir se o não conhecimento da Libras interfere no aprendizado do aluno surdo.

3 –Domina Libras?

Gráfico nº 4



Fonte: arquivo pessoal

Sobre o domínio da Libras, os professores apresentaram respostas preocupantes. Grande maioria, que representa 69% dos entrevistados não domina nada de Libras, 18% pouco, 9% razoavelmente e somente 4% são fluentes. A escola é um ambiente em que experiências sociais ocorrem diariamente de maneira natural e para o aluno surdo, muitas vezes, essas experiências não são possibilitadas pela barreira linguística existente. Sabe-se que o Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005) diz que o aluno surdo deve ter um intérprete para acompanhá-lo, porém não significa e não é garantia que a todo instante o intérprete estará ao lado do aluno surdo como, por exemplo, nos intervalos. Além disso, a atuação do intérprete nem sempre é a estratégia mais adequada para participação do aluno surdo em contexto escolar.

Analisando essa primeira parte da entrevista, é possível perceber que o sistema escolar ainda não se encontra em condições de oferecer uma educação adequada e com condições linguísticas suficientes para garantir a participação e o aprendizado de alunos surdos.

4.4 – Análise das entrevistas

No decorrer das entrevistas e período de transcrição das respostas, foi possível perceber que os participantes da pesquisa, apesar de sua grande maioria ter algum tipo de formação em educação inclusiva (65% de acordo com o quadro nº 1), desconhecem aspectos educacionais de alunos com deficiências.

As perguntas foram selecionadas levando em consideração as respostas que os professores deram durante a coleta de dados. Os eixos 1 e 2 da entrevista tiveram como objetivo abordar as questões legais e sobre a trajetória do profissional intérprete. O eixo 3 tratou, especificamente, da atuação do intérprete em contexto educacional. As respostas foram diversas e nesse eixo os conflitos sobre o papel do intérprete na escola ficaram ainda mais aparentes. Algumas perguntas, apesar de parecerem “simples” de responder, fizeram com que os entrevistados ficassem com dúvidas. Com todos os eixos respondidos pelos professores, as perguntas feitas por eles foram analisadas e posteriormente selecionadas.

Levando em consideração que o foco da pesquisa era saber o conhecimento dos professores acerca do papel do intérprete em contexto educacional, foram excluídos os questionamentos não significativos para pesquisa como, por exemplo, questões políticas e de cunho pessoal, focando apenas em dúvidas que tivessem relação direta ou indireta com a atuação do TILSP.

No eixo 1 podemos citar algumas que chamaram atenção e nos fizeram refletir sobre o conhecimento dos professores sobre o profissional intérprete.

A primeira pergunta desse eixo foi: “Você sabe como surgiu a profissão de intérprete de Libras?”. A maioria dos entrevistados, ao responder essa pergunta, apontou desconhecer como surgiu a profissão. Dentre as respostas destacam-se as seguintes:

“Não sei. Pra saber direito não. Sei que no curso de AEE a gente estudou a questão do surdo e da Libras” (Professor “A”)

Acho que da necessidade de inclusão de alunos surdos junto aos ouvintes (Professor “B”)

“Exatamente não. Mas da necessidade de tradução e interpretação para o surdo” (Professor “C”)

“Provavelmente dentro de uma necessidade, mas como surgiu não” (Professor “D”)

As respostas acima demonstram que os professores entrevistados não sabem como foi o início da profissão, mas fazem ideia como apontado pelos professores “C” e “D”. O professor “A” por sua vez diz não conhecer, explicando que durante uma formação em AEE foi abordado o tema Libras e o surdo, mas não especificando se o eixo de formação que aborda o profissional intérprete de Libras foi contemplado durante o curso de formação. Tais respostas afirmam a necessidade de abordar essa questão no livro. O professor, ao conhecer de que forma surgiu a profissão de TILSP, terá oportunidade de compreender como esse profissional atuou antes do reconhecimento da profissão e como se solidificou sua atuação após os dispositivos legais terem sido criados.

Outra questão abordada nesse eixo foi sobre a Libras com a seguinte pergunta: Para você, a Libras é uma Língua ou linguagem? Explique.

Vejamos as respostas de alguns professores entrevistados:

“Pra mim é uma linguagem. Ela se aproveita de uma Língua existente para se fazer compreender, então é uma linguagem”(Professor “A”)

“Língua e linguagem ao mesmo tempo. Porque é Língua de Sinais e linguagem quando se estabelece comunicação com o aluno”(Professor “B”)

“Eu acho que é uma linguagem. A Língua define a nacionalidade e a linguagem é quase que internacional” (Professor “C”)

Acima se destaca a fala dos professores “A” e “C” onde não existe muita clareza sobre o conceito de Língua e linguagem. De acordo com o dicionário online²¹ linguagem é “a faculdade que têm as pessoas de se comunicar com as outras exprimindo pensamentos e sentimentos por palavras que podem ser escritas quando necessário”. Portanto, é possível afirmar que a Libras é uma linguagem, mas é preciso destacar que esta também é uma Língua que possui uma estrutura composta por elementos sintáticos, semânticos e morfológicos e

²¹www.dicio.com.br/linguagem - acesso em 10/03/2020

todas as demais características que compõem uma Língua, assim como visto no decorrer desta pesquisa.

Apesar de a Lei nº 10.436/2002 conhecida como Lei de Libras reconhecer a Libras enquanto Língua, ainda hoje, 18 anos após sua promulgação há desconhecimento por parte de alguns professores sobre seu *status* linguístico. Na resposta dos professores é possível perceber desconhecimento sobre o conceito de Língua e linguagem e, por falta de informações mais aprofundadas, a maioria demonstra considerar a Libras como uma linguagem. Essas respostas apontam para a necessidade de formação dos professores no que se refere à importância e significado da Libras não só para a comunidade surda, mas para a educação de surdos em nosso país.

Nesse mesmo eixo, a legislação também foi abordada por meio da pergunta: Você conhece alguma legislação que legitime a profissão do intérprete de Libras? Como respostas destacamos:

“Sim existe. Tanto que existe a profissão do intérprete.” (Professor “C”)

“Não conheço, mas acredito que haja. Espero de coração.” (Professor “D”)

“Acho que deve ter.” (Professor “F”)

“Não. Inclusive eu estava até pesquisando sobre isso porque eu tive que fazer um trabalho para um curso sobre a surdez. Eu fiz aquela redação do ENEM que caiu sobre Libras. Aí eu fui procurar na internet porque eu queria estar respaldada quanto à lei. Aí que eu vi que tinha uma lei sobre o intérprete.” (Professor “H”)

“De cabeça não, mas sei que elas existem.” (Professor “I”)

“Não, mas ano passado tinha um projeto de Lei tentando regulamentar.”.
(Professor “J”)

“Já ouvi falar. Já estudei, mas no momento não me recordo.”(Professor “N”)

“Não, mas ano passado tinha um projeto de Lei tentando regulamentar.”
(Professor “P”)

“Sei que tem, mas nunca vi.” (Professor “S”)

As respostas obtidas demonstram que a maioria dos professores ou não têm informação ou sabem vagamente alguma coisa sobre a legitimação da profissão. Os professores “C”, “I”, “N” e “S” apresentaram algum conhecimento acerca da legislação existente. Desses, somente o professor “C” afirmou, com convicção, saber sobre. Por outro lado, os demais professores demonstraram não conhecer absolutamente nada. O professor “H” diz que não conhecia e aborda o tema de redação do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio -, em 2017 que teve como tema “Desafios para formação educacional de surdos no Brasil”. Contribui ao dizer que após o tema de redação pesquisou mais e descobriu a existência de uma legislação. O professor “P”, por sua vez, cita que somente no ano anterior à pesquisa (2017) havia um **projeto de lei** para regularizar a profissão. Destaca-se na fala do professor os termos “projeto de lei”, pois ele afirma não conhecer, mas ao mesmo tempo cita um projeto que não existe tendo em vista que a profissão foi regulamentada há 10 anos. (Grifo nosso)

Isso demonstra o quanto a profissão ainda precisa ser divulgada e estudada pelos profissionais das escolas para que seus direitos sejam garantidos e sua atuação possa vir a promover melhorias na educação de surdos. Como apontado, os docentes não demonstraram conhecimento sobre a profissão que foi regulamentada em 2010.

Ao término desse eixo foi feita a seguinte indagação aos professores: Que perguntas você faria sobre a trajetória e legalização da profissão? As respostas foram as seguintes:

“Como foi a legalização da profissão?”(Professor “B”)

“Quando começou a discussão? Como foi o processo de regulamentação?”(Professor “C”)

“Quais são os entraves da atuação?” (Professor “D”)

“Por que as escolas não têm Libras acessível como disciplina?”(Professor “F”)

“Quem foi o primeiro intérprete de Libras e onde atuou?” (Professor “H”)

“Como surgiu a profissão?” (Professor “I”)

“Como foi a história da profissão?” (Professor “I”)

“Há movimentos dos governos que ajudem ou atrapalhem?” (Professor “K”)

“Quando vai acontecer de fato? Acho que ainda é muito excludente. Os professores tiram leite de pedra. Não têm apoio da escola nem do governo.” (Professor “L”)

“Como surgiu?” (Professor “M”)

“Qual foi a necessidade?” (Professor “M”)

“É possível fazer uma linha do tempo da profissão?” (Professor “M”)

“Eu não tenho, mas acho interessante saber quais grupos estão trabalhando para essa formação. Diminuir essa regionalidade até internacionalmente e como está trabalhando isso de ser uma segunda Língua...tipo obrigatória.” (Professor “O”)

“O que foi percorrido desde o início até agora e qual foi a melhoria até os momentos de hoje?” (Professor “R”)

“O que é pedido no mínimo para uma pessoa que faz o curso de intérprete?” (Professor “X”)

As respostas acima não contemplam as dúvidas de todos os professores, pois nem todos os entrevistados quiseram responder a essa pergunta ou não tinham alguma pergunta para fazer. Dentre os que responderam a maioria questionou acerca do início, história e processo de regulamentação da profissão. Esses questionamentos, então, foram elencados e integram o produto de nossa pesquisa. Todavia, duas perguntas feitas pelos professores chamaram bastante atenção.

A primeira foi a pergunta feita pelo professor “H”: “Quem foi o primeiro intérprete de Libras e onde atuou?”. Foi uma surpresa ter essa pergunta como resposta, pois grande parte das pessoas, não somente professores, quando questionam sobre o intérprete buscam saber questões relacionadas à legislação, por exemplo. Foi de grande valia o professor ter feito essa pergunta, pois eu mesmo, enquanto TILSP, não sabia quem teria sido o primeiro intérprete.

Na busca para responder essa pergunta foi feita uma consulta no Acervo do INES e com o apoio da Prof.^a Dr.^a Solange Rocha, importante historiadora na área da surdez, foi possível encontrar a resposta. Como consta na resposta nº 1 do capítulo 2 do livro produto desta pesquisa.

Não existe certeza sobre quem foi o primeiro intérprete, mas a solicitação mais antiga, de acordo com o acervo do INES data de 05 de agosto de 1908, sendo uma solicitação da delegacia de polícia ao INES para providenciar um funcionário para “**servir de intérprete**”. Nota-se em destaque os termos “servir de intérprete” que faz com que possamos entender que, à época, qualquer funcionário que tivesse capacidade para se comunicar com os surdos, poderia atender à solicitação.

A segunda resposta que chamou atenção foi a dada pelo professor “O”. Esta foi colocada da seguinte maneira: “Eu não tenho, mas acho interessante saber quais grupos estão trabalhando para essa formação. Diminuir essa regionalidade até internacionalmente e como está trabalhando isso de ser uma segunda Língua...tipo obrigatória.”. O professor afirma ser interessante saber quais os grupos estão responsáveis pela formação desses intérpretes. Além disso, aborda em sua fala algo importante: a variação linguística na Língua de Sinais. A variação linguística é algo que deve ser abordado, pois o intérprete, ao atuar, encontra, por vezes, uma ou outra expressão específica de determinado local. Existem grupos que não têm por objetivo diminuir a variação linguística, mas pesquisar, criar e validar sinais como, por exemplo, o Manuário Acadêmico e Escolar do INES²².

No entanto, quando o mesmo professor “O” fala sobre diminuir a regionalidade até internacionalmente, surge em nós a preocupação de esclarecer que a Libras é a Língua de Sinais Brasileira e que cada país possui a sua Língua de Sinais, independente das Línguas orais oficiais de seus países. Então, apesar de Brasil e Portugal utilizarem a mesma Língua oral, possuem Línguas de Sinais diferentes. As Línguas de Sinais, assim como outras Línguas naturais, se constituem no uso corrente em sociedade e vão adquirindo variações linguísticas de acordo com as diferentes realidades e culturas das quais são constituintes.

No início do eixo 2, a primeira pergunta feita aos professores aborda a função do intérprete de Libras tendo como questionamento: “Para você, qual a função do intérprete de Libras?”. A pergunta em questão não quer indagar

²²<http://www.manuario.com.br/dicionario-tematico/cotidiano-escolar -e>

especificamente do intérprete educacional, mas do intérprete de maneira geral. Dentre as respostas obtidas destacamos:

“Acompanhar o surdo nos espaços que ele frequenta e que precise de intérprete.” (Professor “A”).

“A função do intérprete é trazer o que se fala no cotidiano para o aluno e também fazer a função inversa levar o aluno surdo a se inserir no nosso cotidiano.” (Professor “C”)

“Ele é como se fosse uma ponte na comunicação entre a pessoa surda e ouvinte.” (Professor “D”)

“O intérprete é dar subsídio para o aluno. Fazer com que o aluno se inclua no grupo.” (Professor “J”)

“Facilitar a comunicação com eles e os outros. Sempre estabelece relação com o grupo (ouvinte e surdos) facilitar essa relação através da Língua e da linguagem.” (Professor “M”)

“Passar para o aluno que é surdo o que está sendo falado no grupo, numa reunião, ou até mesmo num filme que não tem legenda.” (Professor “L”)

“Traduzir o que é dito nas aulas para a Língua de Sinais.” (Professor “N”)

“O intérprete tem a função de auxiliar o aluno surdo.” (Professor “T”)

“Intermediar a comunicação entre o professor da turma e o aluno surdo para ele acompanhar a aula.” (Professor “R”)

“É aquela mediação entre o aluno surdo e o que o professor está passando, o aluno surdo e a comunidade escolar, o aluno surdo e todos... coordenação direção. Tudo que envolve a escola e não só a sala de aula.” (Professor “V”)

“Pra mim ele tem que passar tudo que está acontecendo ao redor para o surdo sem que tenha um envolvimento pessoal. No caso eu falando e ele passar exatamente do jeito que eu estou dizendo.” (Professor “X”)

As respostas obtidas foram diversas. Apesar de a pergunta não ter mencionado o contexto específico, a maioria das respostas foi relacionada ao intérprete em contexto escolar. Esse fato, muito provavelmente, se deve pelo fato de que todos os professores entrevistados já atuaram ou atuam em escola com aluno surdo matriculado de acordo com o gráfico nº 4 apresentado anteriormente.

Somente os professores, “A”, “D”, “M”, e “X”, respectivamente fugiram do viés educacional e consideraram a função do intérprete de maneira ampla. O professor “D” apresentou uma fala muito comum ao público que não conhece o

profissional intérprete e sua função. De acordo com ele, o intérprete “é como se fosse uma **ponte na comunicação** entre a pessoa surda e ouvinte. Por vezes, o intérprete é visto como uma “ponte comunicativa” entre o ouvinte e o surdo, mas existe uma definição sobre a função do intérprete. Ronice Quadros, ao publicar o livro “O Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português”, citado anteriormente como resultado de pesquisa, define o intérprete de Libras como: “Pessoa que interpreta de uma dada Língua de Sinais para outra Língua, ou desta outra Língua para uma determinada Língua de Sinais” (MEC, 2004, p. 7). Portanto, o intérprete não é apenas uma ponte comunicativa, mas sim uma pessoa que interpreta de uma Língua fonte para uma Língua alvo.

No eixo 2, indagamos também sobre as linhas de atuação do intérprete de Libras. Foi indagado aos professores se eles conheciam tais linhas por meio da pergunta: “Você conhece as linhas de atuação do intérprete? Quais?” e a maioria demonstrou conhecer o contexto escolar conforme respostas abaixo:

“Algumas. Numa palestra, na televisão que deveria ter sempre né e que não tem.” (Professor “F”)

“Com tradução, se não me engano em sala de aula.” (Professor “J”)

“Muito pouco.” (Professor “P”)

“Mais ou menos. Escola, TV etc.” (Professor “S”)

“Eu já li, mas é pra atuar em várias áreas. Educacional, empresarial.” (Professor “M”)

“Escola, TV, rede sociais tem muita coisa acontecendo, no meio político.” (Professor “N”)

“A linha de atuação deles é em sala de aula. Também em outros grupos, em empresas para facilitar a comunicação.” (Professor “T”)

“O que eu conheço é a tradução do que está sendo dito. Eu já vi trabalhando em escolas, mas em outros lugares nunca vi.” (Professor “V”)

As respostas para essa pergunta demonstram incertezas dos professores sobre as linhas de atuação do intérprete. Os entrevistados chegaram a citar alguns contextos que não eram o educacional como o professor “M”, porém limitaram-se a dar respostas que não deixaram claro o conhecimento sobre tais

linhas de atuação. Se por um lado um professor citou outros contextos, além do educacional, outros por sua vez, disseram nunca ter visto intérprete que não fosse no espaço da escola como apontado pelo professor “V”. Apesar dessa clara falta de conhecimento acerca das linhas de atuação, o intérprete é fundamental em diversos contextos sendo o educacional, como apresentado acima, o mais conhecido.

Cada contexto tem sua característica para atuação do intérprete que deve se adequar à situação de interpretação para executar seu trabalho com destreza e competência, sempre prezando pela ética no exercício da profissão e pelo seu bem estar e, principalmente, do público alvo. Mesmo sendo este produto voltado para o intérprete em contexto educacional, é de grande valia abordar as linhas de atuação, pois mesmo quando atua em contexto educacional, o intérprete pode se ver em situação em que necessite atuar em outros ambientes como museus, teatro, vídeo. Essas atividades podem fazer parte das estratégias pedagógicas e demandarem atuação do intérprete.

Nesse mesmo eixo, foi questionado se os professores conheciam a diferença entre interpretar e traduzir. A pergunta presente no questionário foi: “Existe diferença entre tradutor de Libras e intérprete de Libras? Se existe, qual?” Obtiveram-se as seguintes respostas para o questionamento:

“Não sei falar a diferença. O que a gente vê mais assim é o intérprete. A nossa ligação maior é com o intérprete.” (Professor “A”)

“Sim. Acho que o tradutor permite acesso à comunicação ao surdo e o intérprete trabalha com os sinais propriamente ditos.” (Professor “D”)

“Imagino que o intérprete está passando da forma mais fiel possível. O tradutor tentaria passar de uma outra maneira.” (Professor “L”)

“Eu acho que tem, mas não sei te dizer.” (Professor “X”)

Percebe-se claramente nas falas dos docentes que os processos que fazem parte do trabalho do intérprete (traduzir e interpretar) são desconhecidos. Esses processos, apesar de serem executados de maneira simultânea apresentam características distintas. Para Theodor (1976, p. 24) “A tradução consiste em produzir na Língua de chegada o equivalente o natural mais próximo

da mensagem da Língua de partida no que toca a significação e estilo”. O professor “L”, ao dizer que imagina que o intérprete passa a informação da forma **mais fiel** (grifo nosso)”, traz à tona uma das principais características desse profissional que é a imparcialidade e fidelidade. Há de se lembrar que a Lei 12.319/2010 em seu Art. 7º, III diz que:

O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:
III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir; (BRASIL, 2010)

Como visto, de acordo com o Art. 7º da Lei 12.319 o intérprete exerce sua profissão com rigor técnico e ético sendo indispensável agir de maneira imparcial e sendo fiel aos conteúdos que interpreta, respeitando o discurso e fazendo com que a fala do locutor seja interpretada na íntegra.

De outra forma, o professor “D” se posiciona ao dizer que “...o intérprete trabalha com os sinais propriamente ditos.”. Na verdade, os processos de tradução e interpretação são distintos, mas podem, por vezes, ser exercidos de maneira simultânea. Para Plazas (2000, p. 131):

Interpretar nos es una simple transcodificación del mensaje en una nueva lengua; el principal reto de un intérprete consiste en transmitir el sentido del mensaje expresado originalmente, em la lengua de destino.

Em suas afirmações, Theodor (1976) e Plazas (2000) expõem os conceitos de traduzir e interpretar que, de acordo com as respostas apresentadas pelos professores, são desconhecidos ou confundidos.

Ao fim de cada eixo, foi feita uma pergunta específica aos professores. Nessa pergunta, o professor teve a liberdade para fazer seus próprios questionamentos acerca da temática do referido eixo e contribuir para a construção do livro. No final do eixo 2, a pergunta feita aos professores foi: “Que perguntas você me faria sobre a profissão do intérprete?” e foram obtidos os seguintes questionamentos:

“A profissão é reconhecida?” (Professor “B”)

“Qual é a função do intérprete? É diferente do tradutor?” (Professor “C”)

“Por que entrou? Como se formar e onde? Como são os professores que lecionam para o futuro intérprete? Qual a grade curricular de um curso desses?” (Professor “E”)

“Está regulamentada?” (Professor “H”)

“O que temos hoje está pronto para atuar no mercado?” (Professor “M”)

“Como os alunos são assistidos e se são bem assistidos?” (Professor “N”)

“Uma vez intérprete, em quais campos você está apto a atuar?” (Professor “Q”)

“Por que a remuneração é baixa e não condiz com sua atuação?” (Professor “R”)

“Quais as dificuldades para atuar no dia-a-dia?” (Professor “S”)

“Uma dúvida que tenho é se o aluno que tem surdez é considerado especial ou não. Sobre o intérprete não.” (Professor “T”)

“Já esta legalizada? Pode atuar em que setores?” (Professor “T”)

“Como se adquire a agilidade na interpretação?” (Professor “T”)

“Quais os passos para uma pessoa se formar intérprete? Quantos anos? Tem faculdade?”

“A profissão tem um sindicato específico?” (Professor “U”)

“Que formação é necessária para atingir o grau de intérprete?” (Professor “U”)

“Por que a demora dos governos em instituir nos concursos o cargo de intérprete? Por que não tem em todas as escolas?” (Professor “U”)

“Qual a situação da profissão atualmente?” (Professor “U”)

“Quais as maiores dificuldades que ele enfrenta hoje para exercer a profissão?” (Professor “V”)

“Quais os pré-requisitos para uma pessoa ser intérprete?” (Professor “X”)

Acima, apresentamos algumas perguntas feitas pelos professores em relação ao eixo 2 que abordou a profissão de intérprete. Alguns professores fizeram mais de um questionamento como apontado pelos professores “T” e “U”. Algumas perguntas foram excluídas por se repetirem.

Como apontado em gráfico nº 4, todos os professores entrevistados atuaram ou atuam em escola com surdos matriculados e durante o processo de respostas foi possível notar que os professores perceberam que mesmo eles tendo o contato com o surdo e com o intérprete, desconhecem essa figura tão

importante na escola. Como resultado disso, espontaneamente, questionaram acerca das perguntas que não souberam responder conforme os professores “B”, “C”, “H” e “T”.

Dentre as perguntas acima, a seguinte se destacou: “Uma dúvida que tenho é se o aluno que tem surdez é considerado especial ou não. Sobre o intérprete não.” (Professor “T”). Na pergunta, o professor questiona se o aluno surdo é considerado especial ou não e não faz nenhuma referência ao intérprete. Essa pergunta foi excluída levando em consideração que o foco desta pesquisa é o intérprete de Libras e não o aluno surdo. Esse foi um questionamento muito interessante, mas não contempla, nesse momento, o objetivo da pesquisa. As demais perguntas foram selecionadas e ajustadas para uma estrutura literária acadêmica, sem perder obviamente a dúvida principal do questionamento.

No eixo 3, tivemos a intenção de refletir sobre a atuação do intérprete em contexto escolar. Para tal, conversamos com os professores a respeito do cotidiano, de como eles entendem o papel do intérprete e como se estabelece a dinâmica entre o intérprete e os alunos no ambiente escolar. Assim, iniciamos com a pergunta: “Qual a função do intérprete em contexto escolar?”. Para essa pergunta recebemos respostas como:

“É uma ponte comunicativa.” (Professor “D”)

“Pra mim é a integração dele com seus pares dentro da escola.” (Professor “J”)

“Auxilia os alunos nas disciplinas.” (Professor “L”)

“O intérprete não tem só o papel de intérprete, mas também de ensinar Libras.” (Professor “M”)

“Interpretar o que o professor ensina.” (Professor “R”)

“Passar para o aluno o que o professor fala em sala de aula, mas tomando cuidado porque ele não é um professor particular e muitas vezes se faz isso.” (Professor “S”)

“É um mediador facilitador. Alguém que facilite o surdo na participação na escola e para suprir a carência que professores têm.” (Professor “V”)

“Pra mim a função dele é trazer os conteúdos do cotidiano, facilitar a interação do aluno nesse cotidiano. Fazer com que esse aluno fique capacitado para enfrentar o mundo aí fora.” (Professor “X”)

“Mediar a comunicação entre professor e aluno.”

“No caso traduzir o que o professor está traduzindo para os alunos. Seria muito bom que o intérprete tenha uma formação pedagógica, porque às vezes ele não consegue alcançar o objetivo.”

Analisando as falas dos professores, fica notório que o papel do intérprete é confundido com o de professor ou mediador. Outras vezes, é considerado um suporte ao aluno surdo como apontado pelo professor “L” ou como o professor do aluno surdo de acordo com a fala do professor “M”. Esse conflito é justificado de acordo com Lacerda (2006), pelo fato de que as atribuições do intérprete de Libras em âmbito educacional se encontram indefinidas implicando, dessa forma, na sua atuação com o aluno surdo.

O professor “V”, por sua vez, faz um apontamento importante que retrata a realidade das escolas inclusivas. Em sua fala ele diz que o intérprete: “É um mediador facilitador. Alguém que facilite o surdo na participação na escola e para suprir a carência que professores têm.” Sua fala retrata, além da realidade encontrada nas escolas inclusivas atuais, a necessidade de um produto que possa contribuir para que os profissionais que atuam com surdos se apropriem dos conceitos elencados no livro. De fato, a atuação do intérprete contribui diretamente para que o aluno surdo compreenda o conteúdo, mas isso não significa que ele sirva para suprir a carência do professor. Muito menos, serve para suprir a carência do professor. O professor exerce o papel de ensinar e o intérprete de interpretar, funções totalmente distintas.

Outra fala importante a ser observada é a do professor “X”: “Pra mim, a função dele é trazer os conteúdos do cotidiano, facilitar a interação do aluno nesse cotidiano. Fazer com que esse aluno fique capacitado para enfrentar o mundo aí fora.”. Araújo, Souza e Olioni (2015) colocam que para que o aluno surdo possa ser beneficiado tanto pelo intérprete quanto pelo professor, uma parceria entre ambos deve ocorrer. Com esse apontamento, é possível concluir que o intérprete não traz os conteúdos do cotidiano para o aluno surdo. Esse papel cabe ao professor enquanto regente de turma. Ao intérprete cabe estar presente e interpretar de maneira que o aluno compreenda o conteúdo e, em caso de dúvida do aluno, ser a “voz” do surdo seguindo sempre os preceitos éticos da profissão.

Seguindo a entrevista, a segunda pergunta foi: “Existe formação específica para atuar como intérprete educacional?”. Nessa pergunta, novamente a formação do intérprete de Libras é abordada, porém, desta vez em âmbito educacional tendo como algumas respostas:

“Sim. Tem. Nem só de Libras não. Acredito que você tenha que fazer muito mais que o básico.” (Professor “B”)

“Acredito que em curso de Libras.” (Professor “C”)

“Acho que sim.” (Professor “E”)

“Bem, tem que ter curso né, mas não sei o critério para contratação de intérpretes.” (Professor “F”)

“Acredito que sim. Porque para ser intérprete de Libras tem que aprender Libras. Tem a parte da didática não de só compreender, mas também ter didática para passar o conteúdo para o aluno.” (Professor “J”)

“Acredito que sim. Não sei, mas acredito que sim.” (Professor “M”)

“Tem que ter né? Porque para atuar deve ter formação.” (Professor “N”)

“Acho que sim. Tenho amigos que estão sempre em formação.” (Professor “O”)

“Acredito que tem sim cursos que formam intérpretes.” (Professor “P”)

“Existe. Sei que existe, mas não sei onde.” (Professor “S”)

As respostas para essa pergunta foram diversas. O professor “B”, por exemplo, se posiciona ao dizer que: “Sim. Tem. Nem só de Libras não. Acredito que você tenha que fazer muito mais que o básico”. Em sua fala, provavelmente por uma questão de pouca informação sobre o assunto o professor acredita que para atuar como intérprete educacional a pessoa deve fazer não somente um curso de Libras, mas um nível mais avançado. Em sua fala não usa o termo formação de intérprete e condiciona a atuação do profissional a uma simples formação em Libras que não forma intérpretes. A maneira como uma pessoa se forma intérprete está orientada pelo Decreto 5.626/2005 (BRASIL) e Lei 12.319/2010 (BRASIL).

Outra resposta relevante foi a do professor “J”: “Acredito que sim. Porque para ser intérprete de Libras tem que aprender Libras. Tem a parte da didática

não de só compreender, mas também ter didática para passar o conteúdo para o aluno.”. Na fala, novamente, o intérprete é visto como a pessoa que passa o conteúdo para o aluno. O intérprete deve conhecer o conteúdo que o professor irá ensinar e por isso a parceria entre eles deve existir. Mas, o intérprete ao ter o conteúdo em mãos não usa a didática para atuar e sim os processos de tradução e interpretação conforme apresentados por Theodor (1976) e Plazas (2000).

Como dito anteriormente, a função do intérprete de Libras educacional não segue um parâmetro de atuação. Portanto, durante muitos anos os intérpretes atuaram sem ter qualquer orientação. Atualmente, o Departamento de Ensino Superior – DESU – INES/RJ -, oferece um curso de extensão voltado para formação de intérpretes em âmbito educacional que tem duração de 1 ano e o curso visa capacitar os intérpretes para o exercício de suas funções na melhoria do atendimento às pessoas surdas.

Até aqui se falou sobre a formação do intérprete, suas linhas de atuação e seu papel em contexto escolar. Todavia, é de extrema importância abordar a relação que o mesmo tem com o docente. Para que soubéssemos como os professores entendiam essa relação foi feita a seguinte pergunta: “Como você entende a relação entre intérprete educacional e professor?” E obtiveram-se as respostas abaixo:

“Precisa ser a melhor possível. É necessário que se tenha planejamento e consenso por parte dos dois.”(Professor “A”)

“Parceria total porque os dois têm que trabalhar juntos, professor e intérprete para ajudar o aluno que necessita da ajuda. Então tem que ser uma relação de parceria total.” (Professor “B”)

“É um trabalho em conjunto onde um ajuda o outro.” (Professor “C”)

“Ele faz a ponte entende? Ele faz a ligação com o trabalho dele com o aluno. É um sistema como um todo.” (Professor “D”)

“Os dois trabalham em conjunto porque o intérprete acaba representando a figura do professor.” (Professor “F”)

“O intérprete deve passar as dúvidas do aluno para o professor. É um trabalho mútuo de muito companheirismo.” (Professor “I”)

“Deve ser uma relação de compreensão sobre o trabalho do outro.”(Professor “K”)

“Pelo que eu percebo porque alguns professores têm a função de ensinar e não é. Então os intérpretes encontram dificuldades porque professores ouvintes não entendem a necessidade do surdo e entendem

que a obrigação do intérprete é ensinar, sendo que este papel é do professor.” (Professor “L”)

“Pra mim o intérprete é todo aquele que traduz agora o professor já vai mais além. Além de interpretar ele tem que saber se o que ele passou foi assimilado pelo aluno e se o que foi assimilado vai ter algum aspecto prático para o aluno. Pra mim todo professor é intérprete, mas nem todo intérprete é professor.” (Professor “M”)

“Tem que ser uma relação de parceria onde o intérprete tem que estar a par do que o professor vai ensinar pra ele e buscar os sinais a melhor forma de passar o conteúdo pra o aluno.” (Professor “N”)

“Tem que ser uma simbiose muito boa. Tem que ser a relação mais próxima possível com objetivos em comum enxergando o que está sendo feito de maneira conjunta. Os dois devem pensar muito iguais.” (Professor “O”)

Ao analisar as respostas dos professores percebe-se um consenso sobre a relação do professor com o intérprete. O professor “O”, por exemplo, aponta que a relação “tem que ser uma simbiose muito boa. Tem que ser a relação mais próxima possível com objetivos em comum enxergando o que está sendo feito de maneira conjunta.”. Na fala destaca-se o termo “objetivos em comum”. Há de se lembrar que ambos, tanto professor quanto intérprete, estão naquele espaço em prol de um objetivo: oferecer ao aluno surdo melhores condições para que se desenvolva pedagogicamente, levando em consideração suas especificidades educacionais e sociais, trabalhando em conjunto e auxiliando um ao outro sempre que possível.

Essa relação ocorre em um ambiente que apresenta alunos de diferentes situações e necessidades distintas. O professor, ao desenvolver seu trabalho, deve pensar nas melhores estratégias para atender tais demandas e, no caso do aluno surdo, o intérprete atua como intermediador da comunicação entre professor e alunos. Lembrando que o intérprete não tem o papel de ensinar, mas nada impede que ele oriente o professor quanto às melhores maneiras e estratégias pedagógicas para atender as demandas daquele aluno conforme apontado pelo professor “C” ao dizer que “é um trabalho em conjunto onde um ajuda o outro.”.

Porém, nem sempre o trabalho ocorre desta forma. O professor “L” ao apontar que “pelo que eu percebo porque alguns professores têm a função de

ensinar e não é. Então os **intérpretes encontram dificuldades porque professores ouvintes não entendem a necessidade do surdo e entendem que a obrigação do intérprete é ensinar, sendo que este papel é do professor.**” aponta uma das maiores questões que afetam o trabalho do intérprete educacional que é o professor enquanto autoridade em sala de aula delegando atribuições ao intérprete. Muitas vezes, o professor adota uma postura que não ajuda no trabalho do intérprete como apontado na publicação do MEC (2004, p. 56): “O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete.”. (Grifo nosso)

Ressalta-se na fala que o professor tende a delegar a responsabilidade de ensinar ao intérprete. Todavia, há de se refletir que esse equívoco pode ser justificado pela falta de informação e formação do professor acerca do papel do intérprete na escola. Esse é mais um fato que vem justificar a existência de materiais que possam informar sobre quem é o profissional intérprete de Libras em contexto escolar.

Como ocorreu ao fim dos eixos anteriores, a última pergunta desse eixo, também foi para que os professores pudessem fazer seus próprios questionamentos, nesse caso acerca do intérprete educacional.

Como vocês fazem nessa atuação? O que vocês fazem em sala de aula? Qual a proposta? (Professor “A”)

Quais as dificuldades que ele encontra ao atuar? (Professor “D”)

Queria saber tudo. O que ele faz? Qual a legislação? Como é esse trabalho dele dentro do sistema não só em uma escola? (Professor “E”)

Por que a dificuldade de alguns surdos em aceitar o intérprete? (Professor “F”)

Seria possível estabelecer uma relação não só com o surdo, mas também com os ouvintes? (Professor “G”)

O intérprete pode atuar dando auxílio educacional real ao aluno surdo? Existe mesmo o intérprete educacional ou é uma forma de “mostrar serviço”? (Professor “H”)

Há algum preconceito em relação à atuação? Alguma discriminação? (Professor “I”)

O intérprete pode/deve intervir no conteúdo que o professor está passando? (Professor “L”)

Quando o descaso vai acabar? O intérprete é apenas um intérprete ou também um agente educador? (Professor “N”)

Até onde vai a atuação do intérprete sem interferir no aprendizado do aluno para que ele seja autônomo? (Professor “O”)

Se em todas as escolas que tem surdos esse trabalho funciona perfeitamente ou na medida do possível que possa ajudar o aluno surdo que existem nessas escolas. (Professor “R”)

Assim, como ao final dos outros eixos, os professores contribuíram com várias perguntas. Porém, desta vez elencaram questões importantíssimas e específicas do contexto educacional. Dentre elas, destacou-se a pergunta feita pelo professor “L” ao indagar se “o intérprete pode/deve intervir no conteúdo que o professor está passando.”.

Como ressaltado anteriormente, o professor e intérprete atuam no mesmo espaço tendo cada um sua função: o professor de preparar as aulas e criar estratégias pedagógicas de ensino não só para alunos ouvintes, mas também para todo e qualquer aluno incluído, inclusive o surdo. O intérprete nesse processo participa não só interpretando, mas também auxiliando no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo. Esse auxílio ocorre quando o profissional intérprete trabalha em parceria com o professor contribuindo para uma aula melhor preparada para o aluno surdo.

A questão levantada pelo professor “L” é um pouco complicada, pois o intérprete ao intervir no conteúdo pode gerar um conflito ético com o professor que pode se sentir ofendido e/ou desrespeitado. Por isso, o intérprete ao perceber que pode auxiliar em algo, deve ter sensibilidade, ética e parceria para interagir com o professor, que é o responsável pelo ensino e condução da turma. As demandas ocorrem em função do professor ser o agente de ensino, mas na maioria das vezes, não domina a Língua de instrução do aluno, enquanto o intérprete domina a Língua, mas não possui a formação pedagógica para o ensino.

Portanto, esse é o motivo da necessidade de trabalho cooperativo entre esses profissionais. Estando imerso em ambiente escolar e conhecendo as demandas linguísticas e culturais dos alunos surdos, o intérprete pode e deve

participar dos planejamentos, trocando experiências e sugerindo providências que propiciarão uma educação adequada aos alunos surdos.

O intérprete deve colocar-se à disposição para sanar qualquer dúvida do professor acerca das necessidades educacionais específicas do aluno surdo e este pode ser o começo de uma parceria e boa relação que irá, conseqüentemente, trazer benefícios ao aluno. Portanto, o trabalho do professor e do intérprete em sala de aula pode ser comparado com uma engrenagem onde todas as peças são importantes para o funcionamento. Nenhuma peça pode ser suprimida e todas trabalham em conjunto.

Outra questão elencada foi a não aceitação do intérprete pelo surdo. O professor “F” questionou “por que a dificuldade de alguns surdos em aceitar o intérprete?”. A fim de evitar equívocos decidimos não abordar essa questão no livro por ser esta peculiar de cada situação específica e não ter um padrão de comportamento por parte do aluno surdo comprovado através de pesquisa. A não aceitação do intérprete pelo aluno surdo pode ocorrer por diversos fatores como, por exemplo, o fato do aluno surdo ser menina e o intérprete ser homem, o intérprete não ser fluente, o aluno surdo não aceitar a Língua de Sinais, a postura que o intérprete toma em sala de aula e a forma como age com o aluno etc. Seria leviano da nossa parte abordar uma questão tão complexa sem dados concretos que dessem legitimidade à pesquisa.

O professor “O” perguntou até onde vai a atuação do intérprete sem interferir no aprendizado do aluno para que ele seja autônomo. Como a questão anterior, esta também traz uma complexidade. No entanto, nossas pesquisas nos possibilitaram entender, um pouco mais, sobre a atuação do TILSP. O Art. 7º, III da Lei 12.319/2010 diz que o intérprete deve executar sua função zelando “pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir”. (BRASIL, 2010). Portanto, o intérprete deve-se ater à execução do seu trabalho sempre prezando pela imparcialidade, ou seja, não intervindo de maneira pessoal durante a interpretação. Então, no caso do contexto escolar, o intérprete deve sempre procurar interpretar sem dar sua opinião sobre o que foi falado pelo professor e/ou o aluno. Não cabe a ele fazer um julgamento de opinião e sim interpretar.

Analisar cada eixo e suas respectivas respostas dadas pelos professores foi crucial para que o produto desta pesquisa fosse produzido. Estar com os professores para entrevistá-los e oferecer a oportunidade para que eles elencassem questões foi de suma importância, pois garantiu que o produto final, que é o livro, contemplasse suas reais dúvidas e inquietações sobre o profissional intérprete. Durante análise das perguntas, foi possível perceber a reação dos professores. Eles mesmos foram percebendo que não conheciam um profissional que estava a todo instante na escola. Portanto, esse passo da pesquisa garantiu a legitimidade do produto que foi apresentado.

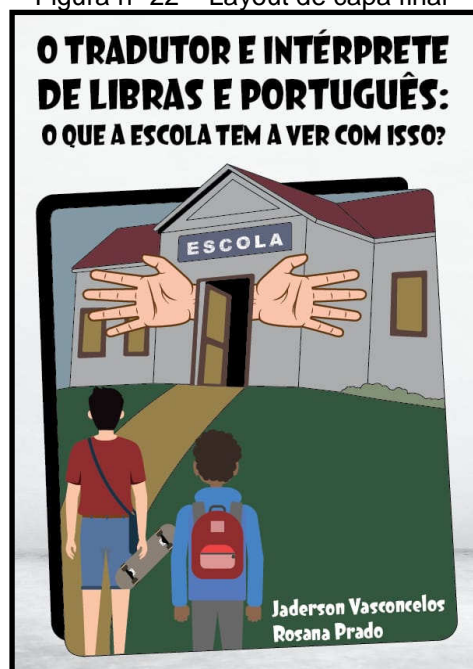
4.5 – O livro: “O Tradutor e Intérprete de Libras e Português: O que a escola tem a ver com isso?”

Tendo respeitados todos os passos da pesquisa para elaboração do produto final, ilustraremos aqui como ficou o resultado da pesquisa por meio de um livro e seus componentes textuais. O livro é um importante instrumento de informação e para tal necessita estar organizado e com informações claras de forma a possibilitar a compreensão do leitor. Durante a escrita do livro prezamos seleção dos conteúdos, pesquisa acadêmica para embasar as respostas, estética visual e encadeamento de ideias pertinentes ao tema, visto sua importância não só para o meio acadêmico, mas também como futura fonte de formação para os professores das escolas inclusivas. Desta maneira, o livro ficou dividido da seguinte forma:

Capa

Após algumas propostas iniciais para a apresentação visual da capa, foi feita uma análise rigorosa de seus conteúdos, buscando atender aos objetivos de informação sobre os TILSP, além da preocupação com a organização visual e mensagem que desejávamos passar. Algumas imagens foram sendo adequadas até chegarmos na capa final a seguir:

Figura nº 22 – Layout de capa final



Fonte: arquivo pessoal

A capa final escolhida apresenta uma característica distinta das apresentadas nos modelos anteriores. Nestes modelos foi possível ver dois garotos com tom de pele branca. Levando em consideração que o CMPDI é um programa de pós-graduação que tem por objetivo formar profissionais para o trabalho com a diversidade e inclusão optamos por colocar um menino de cor negra para representar a diversidade existente na escola.

As mãos abertas fazem referência ao uso da Língua de Sinais representando a ideia de uma escola acessível linguisticamente para surdos ao mesmo tempo em que o posicionamento das mãos indica a ideia de abertura, como se estivesse de portas e “mãos” abertas para receberem os surdos. Ao mesmo tempo, essa acessibilidade chega por meio das mãos dos intérpretes educacionais.

Após conhecermos e analisarmos a capa passamos para o sumário do livro. Pensando em tornar este elemento fácil de ser compreendido e ao mesmo tempo esteticamente atrativo sem elementos visuais que destoassem da temática do livro, elaboramos da seguinte maneira:

Figura nº 23 – Layout – Sumário do Livro

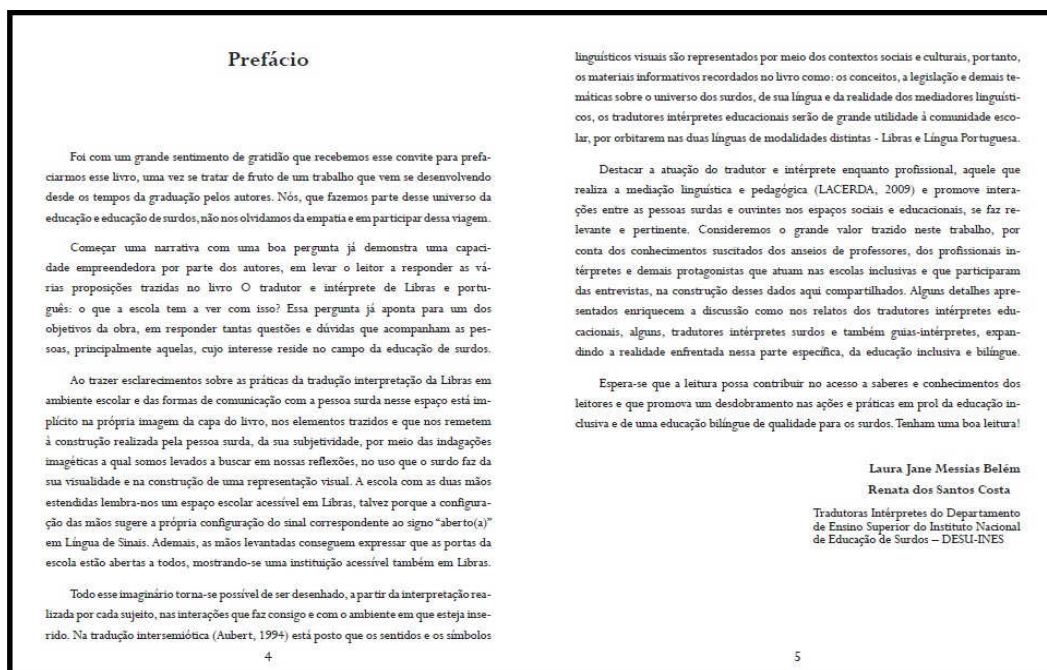
Sumário	
Prefácio [Laura Jane Messias Belém e Renata dos Santos Costa].....	04
Apresentação	06
Capítulo 1 – Esclarecimentos sobre a língua de Sinais	
1. A Libras é uma língua ou linguagem?	09
2. Há uma legislação que reconheça a Libras como língua?	10
3. A Libras pode substituir o Português?	11
4. Variações linguísticas na Libras devem ser respeitadas? Como os intérpretes lidam com essas variações durante a interpretação?	14
5. Existem iniciativas para uniformização dos vocabulários em Libras?	18
Capítulo 2 – Trajetória do Tradutor e Intérprete de Libras e Português e a Legislação	
1. Como surgiu a profissão do TILSP e Português?	20
2. Qual a legislação que regulamenta a profissão do TILSP?	25
3. Qual a formação exigida para uma pessoa atuar como TILSP?	27
4. De acordo com a legislação, quais são as atribuições do profissional TILSP?	29
Capítulo 3 – Conhecendo a profissão	
1. Tradutor e intérprete: Iguais ou diferentes?	31
2. Quais as áreas de atuação dos TILSP's?	32
3. Quem é o profissional guia- intérprete e como acontece sua atuação?	37
4. Como se adquire fluência na interpretação?	39
5. A profissão tem um sindicato específico?	40
6. Como é determinada a remuneração desse profissional?	40
7. O que seria o código de ética dos intérpretes?	41
8. Pessoas surdas podem ser intérpretes?	44
9. Quais os desafios enfrentados no exercício da profissão?	46
10. Existem profissionais com formação qualificada para atuarem como TILSP?	54
Capítulo 4 – O intérprete no cotidiano da educação básica	
1 - Quem é o intérprete educacional?	56
2 - O que justifica a presença do intérprete na escola?	58
3 - O intérprete pode atuar em todos os anos de escolaridade?	59
4 - O intérprete pode/deve intervir no conteúdo ensinado pelo professor?	60
5 - Até onde vai a atuação do intérprete sem interferir na autonomia do aluno?	61
6 - Como deve ser a relação do TILSP com os demais alunos ouvintes da escola?	63
7 - Como acontece a atuação do intérprete fora da sala de aula?	64
8 - O intérprete deve atuar nas salas de recursos multifuncionais?	64
9 - O intérprete deve participar dos planejamentos e reuniões pedagógicas?	65
10 - A atuação do TILSP exige utilização de materiais específicos? Quem produz?	65
11 - O intérprete deve esclarecer dúvidas sobre assuntos íntimos quando solicitado pelos alunos surdos?	67
Considerações Finais: sabedores de que as perguntas não se esgotam aqui.....	
Pós-fácio [Osilene Cruz]	
Referências	
74	

Fonte: arquivo pessoal

Ao analisar a imagem acima percebe-se que o sumário final do livro ficou dividido da seguinte forma respectivamente: prefácio, apresentação, capítulo 1, capítulo 2, capítulo 3, capítulo 4 considerações finais, pós-fácio e referências. Para separar estes elementos textuais optamos por colocar uma faixa azul claro realçando cada título de capítulo. A cor azul foi escolhida pelo fato de ser a cor que representa a surdez.

O prefácio foi escrito por duas grandes profissionais na área da surdez: Laura Jane Messias Belém e Renata Santos da Costa, ambas servidoras do INES. Na imagem a seguir mostramos o *layout* final após revisão e diagramação:

Figura nº 24 – Prefácio

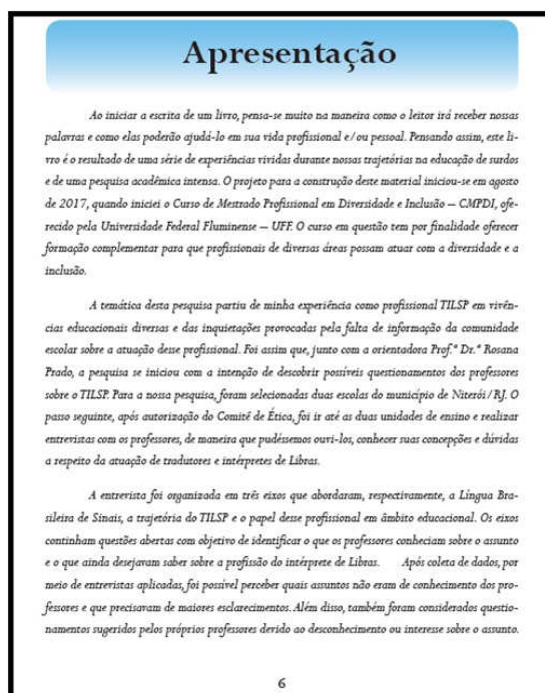


Fonte: arquivo pessoal

A escolha destas profissionais para escrita do prefácio se deu pelo fato de que ambas atuam há anos, na área da surdez e também serem TILSP's. O prefácio apresenta uma avaliação inicial e faz um breve esclarecimento ao leitor acerca do conteúdo do livro.

A apresentação contém três laudas escritas. Em seu conteúdo é apresentada a temática do livro e a instituição responsável pela formação do autor, no caso, a Universidade Federal Fluminense – UFF-, através do CMPDI.

Figura nº 25 – Apresentação

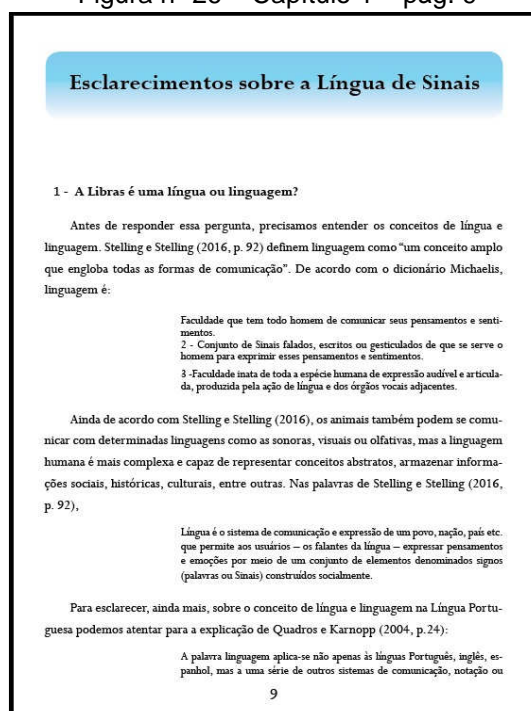


Fonte: arquivo pessoal

Além disso, também é apresentado como foi o processo de entrevistas para se chegar às respostas do livro, como os capítulos do livro estão divididos e o assunto que cada capítulo aborda.

O capítulo 1 com o título “Esclarecimentos sobre a Língua de Sinais” tem o seguinte *layout* inicial:

Figura nº 26 – Capítulo 1 – pág. 9



Fonte: arquivo pessoal

É composto por cinco perguntas que abordam questões sobre a Língua de Sinais conforme imagem a seguir:

Figura nº 27 – Capítulo 1 - Sumário

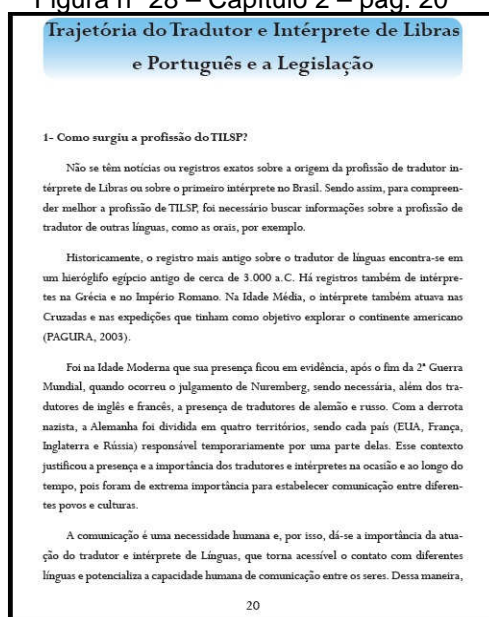
Capítulo 1 – Esclarecimentos sobre a língua de Sinais	
1. A Libras é uma língua ou linguagem?	09
2. Há uma legislação que reconheça a Libras como língua?.....	10
3. A Libras pode substituir o Português?.....	11
4. Variações linguísticas na Libras devem ser respeitadas? Como os intérpretes lidam com essas variações durante a interpretação?.....	14
5. Existem iniciativas para uniformização dos vocabulários em Libras?.....	18

Fonte: arquivo pessoal

Como visto, o capítulo exposto aborda questões que esclarecem sobre o conceito de Língua e linguagem que são muito confundidos no que diz respeito à Libras, aborda a legislação da Libras que a reconhece enquanto Língua, explana sobre um tema polêmico na área educacional que diz respeito às duas Línguas oficiais do Brasil (Português e Libras), as variações linguísticas e a forma que os TILSP's lidam com elas e uma indagação acerca do processo de uniformização de vocabulários em Libras.

O capítulo 2 com o título “Trajetória do Tradutor e Intérprete de Libras e Português e a Legislação” tem o seguinte *layout* inicial:

Figura nº 28 – Capítulo 2 – pág. 20



Fonte: arquivo pessoal

É composto por quatro perguntas que abordam questões sobre a trajetória do profissional TILSP e as legislações que auxiliaram para segmentação da profissão conforme imagem a seguir:

Figura nº 29 – Capítulo 2 - Sumário

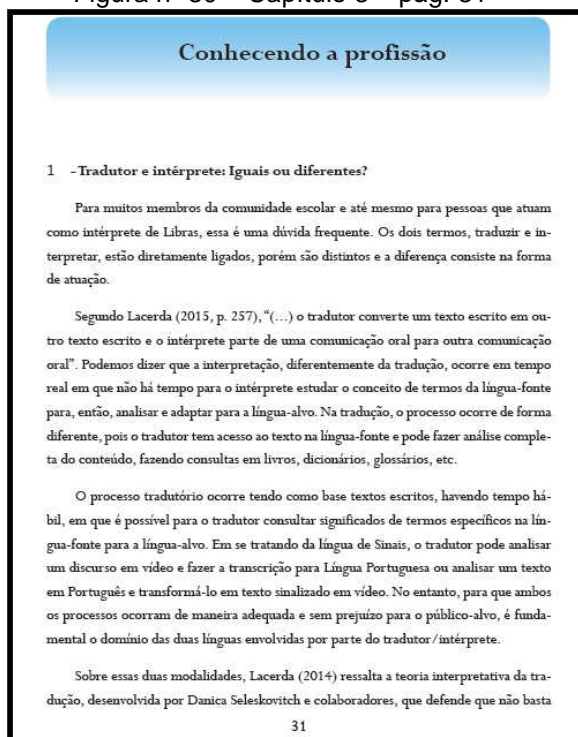
Capítulo 2 - Trajetória do Tradutor e Intérprete de Libras e Português e a Legislação	
1. Como surgiu a profissão do TILSP e Português?.....	20
2. Qual a legislação que regulamenta a profissão do TILSP?.....	25
3. Qual a formação exigida para uma pessoa atuar como TILSP?.....	27
4. De acordo com a legislação, quais são as atribuições do profissional TILSP?.....	29

Fonte: arquivo pessoal

As perguntas contidas neste capítulo têm por objetivo esclarecer o caminho profissional do TILSP, as políticas públicas de inclusão que auxiliaram nesse processo, como se dá a formação do TILSP para atuação e, principalmente esclarecer suas atribuições.

O capítulo 3 por sua vez, com o título “Conhecendo a profissão” apresenta o seguinte *layout*:

Figura nº 30 – Capítulo 3 – pág. 31



Fonte: arquivo pessoal

Diferente dos dois capítulos anteriores é composto por dez perguntas que abordam questões que dizem respeito à atuação do TILSP em si e estão organizadas da seguinte forma:

Figura nº 31 – Capítulo 3 - Sumário

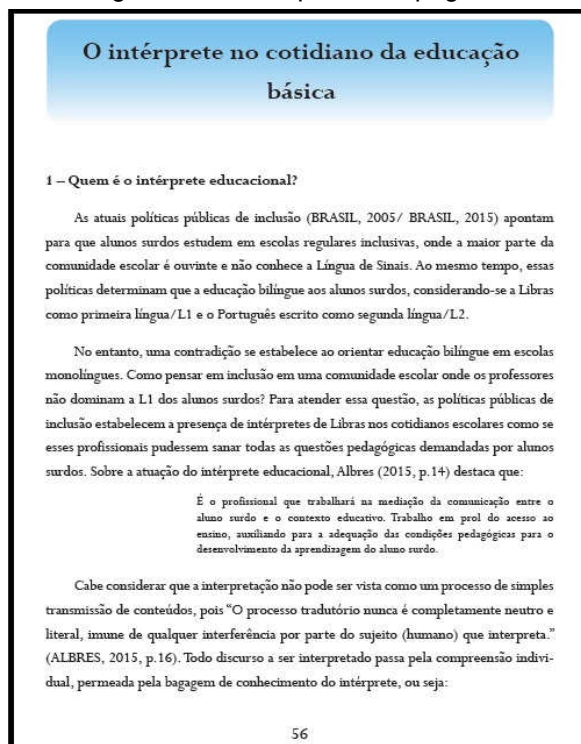
Capítulo 3 - Conhecendo a profissão	
1. Tradutor e intérprete: Iguais ou diferentes?.....	31
2. Quais as áreas de atuação dos TILSP's?.....	32
3. Quem é o profissional guia- intérprete e como acontece sua atuação?.....	37
4. Como se adquire fluência na interpretação?.....	39
5. A profissão tem um sindicato específico?.....	40
6. Como é determinada a remuneração desse profissional?.....	40
7. O que seria o código de ética dos intérpretes?.....	41
8. Pessoas surdas podem ser intérpretes?.....	44
9. Quais os desafios enfrentados no exercício da profissão?.....	46
10. Existem profissionais com formação qualificada para atuarem como TILSP?.....	54

Fonte: arquivo pessoal

As perguntas acima elencadas respondem as indagações feitas pelos professores no que diz respeito às questões específicas de atuação do profissional, como a forma que exerce seu trabalho de maneira ética, as possibilidades de atuação, os suportes legais que têm para atuar, questões relacionadas à remuneração, a oferta de profissionais em comparação à demanda apresentada atualmente e principalmente os desafios que o TILSP encontra durante o exercício da profissão.

O último capítulo do livro, o capítulo 4, tem seu título voltado especificamente para o TILSP em contexto educacional. Com o título “O intérprete no cotidiano da educação básica”, o capítulo apresenta o seguinte *layout* na primeira página:

Figura nº 32 – Capítulo 4 – pág. 56



Fonte: arquivo pessoal

Da mesma forma como no capítulo anterior, tem um número maior de perguntas. Foram onze perguntas que estão organizadas de acordo com a imagem abaixo do sumário:

Figura nº 33 – Capítulo 4 - Sumário

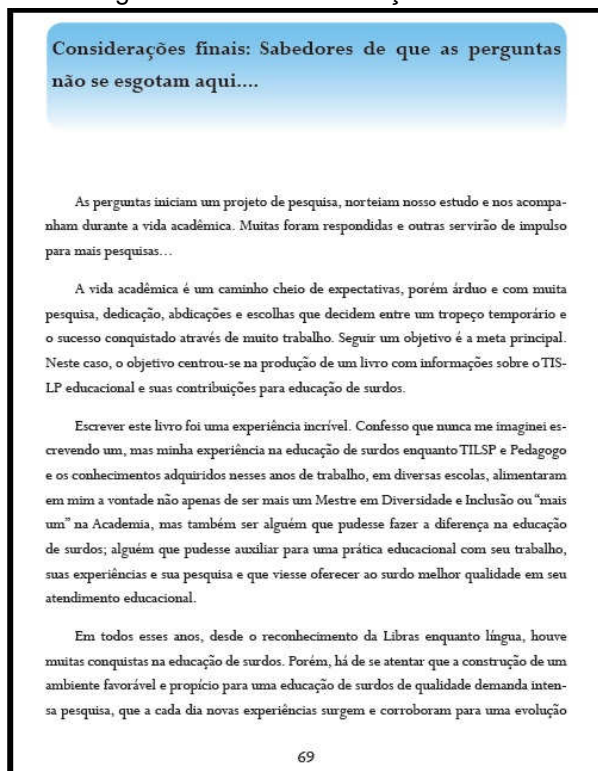
Capítulo 4 - O intérprete no cotidiano da educação básica	
1 - Quem é o intérprete educacional?.....	56
2 - O que justifica a presença do intérprete na escola?.....	58
3 - O intérprete pode atuar em todos os anos de escolaridade?.....	59
4 - O intérprete pode/deve intervir no conteúdo ensinado pelo professor?.....	60
5 - Até onde vai a atuação do intérprete sem interferir na autonomia do aluno?.....	61
6 - Como deve ser a relação do TILSP com os demais alunos ouvintes da escola?.....	63
7 - Como acontece a atuação do intérprete fora da sala de aula?.....	64
8 - O intérprete deve atuar nas salas de recursos multifuncionais?.....	64
9 - O intérprete deve participar dos planejamentos e reuniões pedagógicas?.....	65
10 - A atuação do TILSP exige utilização de materiais específicos? Quem produz?.....	65
11 - O intérprete deve esclarecer dúvidas sobre assuntos íntimos quando solicitado pelos alunos surdos?.....	67

Fonte: arquivo pessoal

Ao analisar as perguntas que compõem o capítulo 4 é possível perceber que o foco é sanar as dúvidas que dizem respeito ao TILSP em âmbito educacional. Os capítulos anteriores trazem de maneira clara de que forma o TILSP iniciou sua atuação, o processo de formação, legislação e demais assuntos. O que diferencia este capítulo dos demais é o fato deste estar diretamente ligado ao TILSP educacional, personagem central do livro. Foi necessário organizar o livro desta forma para tornar o leitor conhecedor, primeiramente, sobre quem é o TILSP e, somente depois, abordar sua atuação na escola. Todas as dúvidas respondidas neste capítulo não suprem todos os questionamentos que possivelmente ainda irão aparecer, mas amplia o conhecimento de educadores sobre o importante papel que o TILSP exerce na escola.

As considerações finais do livro trazem uma perspectiva dos autores de como foi a experiência após a pesquisa com os professores, o aprendizado que ocorreu durante a escrita do livro e os resultados encontrados ao término da pesquisa. Este trecho do livro apresenta o seguinte título e sua respectiva capa: “Considerações finais: sabedores de que as perguntas não se esgotam aqui.”

Figura nº 34 – Considerações Finais

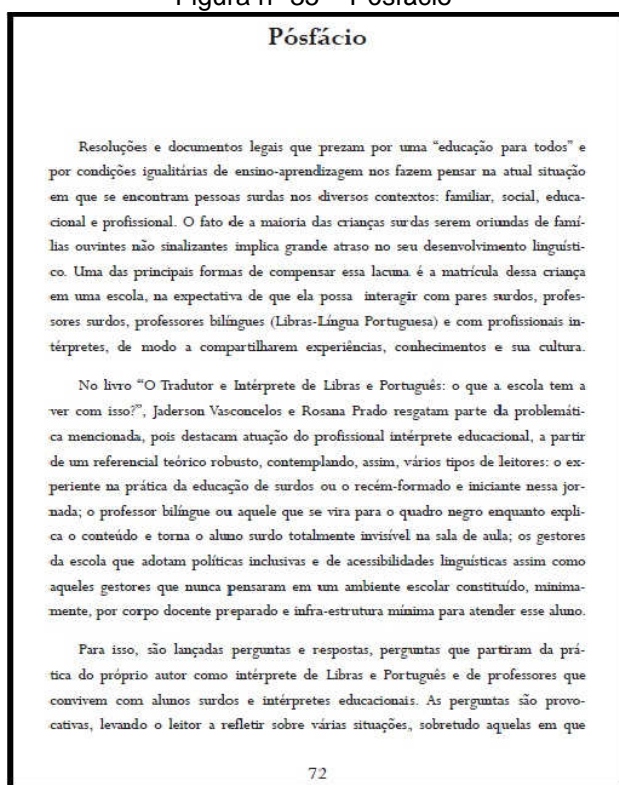


Fonte: arquivo pessoal

Sobre a imagem acima é importante ressaltar o título. Poderíamos ter colocado apenas “Considerações Finais”, porém a profissão de TILSP é relativamente nova e, conseqüentemente, muitas dúvidas ainda fazem parte do universo da escola com surdos incluídos que contam com a presença do TILSP. Por tal motivo, sabe-se que terão ainda novos questionamentos, novas soluções para sanar algum “problema” que venha aparecer e, através da troca diária, a busca por conhecimento por parte dos professores, por materiais como este apresentado, é que a escola inclusiva irá, cada vez mais, contemplar o aluno surdo.

O pós-fácio foi escrito pela brilhante Prof.^a Osilene Cruz, doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem e docente do magistério superior do INES. Além disso, a autora do pós-fácio foi revisora do produto final desta pesquisa. A seguir temos o *layout* do pós-fácio:

Figura nº 35 – Pós-fácio



Fonte: arquivo pessoal

A autora aborda em seu texto uma avaliação acerca do conteúdo do livro. Ressalta que o livro é resultado de uma pesquisa acadêmica que se iniciou a

partir da práxis do autor. Cita o cunho provocativo das perguntas ao dialogar com o leitor fazendo com que o mesmo reflita acerca do aluno surdo na escola, visto muitas vezes como um número em uma estatística. Além disso, avalia positivamente o livro ao relatar a linguagem de fácil compreensão sem perder obviamente o caráter acadêmico da pesquisa.

Por fim, nossa análise a respeito do livro elaborado chama a atenção para a falta de esclarecimento que ainda existe no ambiente escolar no que se refere à atuação do intérprete. E quando dizemos que a atuação do intérprete é pouco conhecida, isso implica na dedução de que a comunidade surda ainda se encontra invisibilizada no ambiente escolar. A língua de sinais não é uma realidade nas escolas, os alunos não a utilizam de maneira cotidiana e os professores demonstram pouco ou nenhum conhecimento sobre esse assunto.

Nossa pesquisa de campo se preocupou em verificar, junto aos professores de escolas públicas, quais eram seus conhecimentos e dúvidas sobre a atuação do TILSP educacional. Nossa constatação foi de que a comunidade escolar desconhece o intérprete educacional, assim como desconhece os alunos surdos e suas especificidades.

A legislação não é de domínio dos profissionais da escola. Alguns ouviram falar ou leram algo sobre educação bilíngue, mas poucos conseguem emitir considerações de maneira esclarecida sobre o assunto. A trajetória desses profissionais, aliada a história da educação de surdos também é desconhecida pela escola pública e necessita ser evidenciada como maneira de refletir e investir em mudanças para a educação no presente.

Nosso produto tem a intenção de colaborar para a conscientização e formação na educação de surdos, mas estamos certos de que enquanto não houver políticas públicas que promovam a equidade linguística, a formação de professores e as oportunidades iguais de participação dos alunos surdos em ambiente escolar, ainda estaremos inseridos em um discurso de educação inclusiva bilíngue, em escolas monolíngues. De acordo com Cruz e Prado (2018, p.807):

(...) sabemos que desde a década de 80, no Brasil, vem se consolidando uma proposta pedagógica que prioriza a educação

de surdos mediada pelo uso de duas línguas e pelo reconhecimento da comunidade surda como minoria linguística, que pretende ser valorizada e respeitada em seus direitos linguísticos e culturais. No entanto, as políticas públicas, ao mesmo tempo em que orientam que alunos surdos devem ter acesso e garantia à educação bilíngue, investem na proposta de educação inclusiva, em que as escolas ainda não encontraram um caminho para atender a essas duas perspectivas.

De acordo com a afirmação das autoras, percebemos há quanto tempo vem sendo ressaltada a necessidade de investimento em uma educação bilíngue de alunos surdos. No entanto, quando nos deparamos com professores com grande desconhecimento sobre especificidades básicas da educação de surdos, percebemos o quanto a escola inclusiva ainda não está preparada e adequada para receber alunos surdos. Diante dessa realidade, somos levados a crer que alunos surdos ainda se encontram segregados em uma proposta de inclusão.

Ao nos referirmos às políticas públicas de inclusão, não podemos deixar de destacar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015), que em seu artigo 28, diz que o poder público deve “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: oferta de educação bilíngue, em Libras, como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”.

Para além da Lei de inclusão, temos outras que asseguram a educação bilíngue de alunos surdos como o Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011), que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado e determina que a educação de alunos surdos deve ocorrer em escolas públicas regulares de maneira inclusiva e bilíngue. Este mesmo decreto complementa que, no caso da educação de surdos, devem ser seguidas as diretrizes do Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), garantindo o acesso à Língua de Sinais como primeira língua e à Língua Portuguesa escrita como segunda língua; além de atuação de profissionais bilíngues, recursos, metodologias e estratégias de ensino adequadas às necessidades linguísticas e culturais dos alunos surdos.

Então, se o poder público deve ofertar e assegurar uma educação bilíngue e ao conversarmos com os professores verificamos grande desconhecimento por parte dos mesmos, somos levados a crer que as determinações legais não estão

sendo cumpridas nas escolas públicas e que muito ainda há para ser implementado. Concordamos com Prado (2017, p.96) ao afirmar que:

Não adianta admitir a importância da Libras e da cultura surda se a comunidade escolar não conhece, não utiliza e não se sente confortável com a perspectiva de uma educação visual e bilíngue. A proposta de uma escola inclusiva e bilíngue só poderá ser pensada quando houver providências efetivas para tornar toda a comunidade escolar bilíngue. Se a proposta de educação bilíngue for só para os surdos, essa proposta continuará segregando.

Assim, consideramos que existe grande necessidade de iniciativas que promovam o conhecimento e a efetivação de uma educação bilíngue (Língua Portuguesa e Língua de Sinais) nas escolas públicas. Porém, não basta ensinar Libras para os alunos surdos. Essa educação bilíngue precisa envolver todos os participantes da comunidade escolar, os professores precisam conhecer as necessidades dos alunos surdos, as questões que envolvem a Língua de Sinais e a cultura surda. Isso implica, entre outros aspectos, em conhecer o profissional TILPS que acaba sendo visto como referência única de acessibilidade linguística para os surdos que são incluídos em escolas “inclusivas monolíngues”.

Dessa maneira, nossas análises nos levam a refletir sobre a importância da criação deste livro e de outros possíveis materiais que se proponham a levar informações sobre o TILSP e a Língua de Sinais em contexto educacional. Esta pesquisa, sendo oriunda de uma instituição pública, de um curso voltado para a diversidade e inclusão vem cumprir seu papel na divulgação de um assunto importante para a educação de surdos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 – Conclusão

As políticas públicas de educação inclusiva, com o objetivo de criar meios de inserir as pessoas com deficiências, TGDs e altas habilidades/Superdotação, ao mesmo tempo em que ampliaram o acesso à escola regular, também provocaram diversas inquietações que ainda não foram resolvidas. Dentre essas questões, podemos citar como exemplo a forma em que o direito à acessibilidade é oferecido e se essa oferta atende adequadamente as demandas educacionais dos discentes que se enquadram no perfil de alunos incluídos.

Inseridos nesse perfil, encontramos alunos com várias especificidades e, dentre eles, os surdos que utilizam uma Língua diferente da maioria e que, portanto, precisam de atendimento diferenciado no que se refere à acessibilidade linguística para que tenham acesso a todas as informações em igualdade de condições.

É importante lembrar que o surdo passou por inúmeras privações no que diz respeito ao seu convívio social, familiar, comunicativo e, principalmente, educacional. Foi uma trajetória árdua que durou anos até que se chegasse ao que se tem hoje no que diz respeito à construção de uma identidade enquanto indivíduo surdo, que tem uma Língua reconhecida e que está inserido em uma sociedade com os mesmos direitos e deveres como cidadão.

O intérprete, de maneira geral, há muito tempo, está presente nas sociedades tendo atribuições distintas dependendo do contexto presente. No que diz respeito ao intérprete de Libras muito se tem a falar apesar da profissão ter sido reconhecida há pouco tempo.

Como membro integrante da comunidade surda, o intérprete de Libras assume papel importante, principalmente após o Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005) que garante a presença desse profissional em sala de aula acompanhando o surdo no processo comunicativo no ambiente escolar. Mas é importante lembrar que sua atuação não está restrita à escola, mas também em contextos religiosos, culturais, empresariais, jurídico, educacional, entre outros.

O intérprete educacional tem atribuições específicas, muitas vezes, desconhecidas pela escola e por esse motivo foi o foco desta pesquisa, que busca de maneira clara e simples esclarecer aos profissionais da educação por meio de um livro com perguntas e respostas qual é o seu papel e de que forma acontece sua atuação em contexto escolar.

Na intenção de saber sobre a existência de livros sobre o TILSP, foi feita uma pesquisa sobre a existência desses livros com a mesma temática do produto vinculado a esta pesquisa. Os livros encontrados continham um excelente conteúdo, com uma pesquisa bibliográfica extensa que aborda claramente questões sobre o profissional intérprete de Libras. Durante o processo de análise dos livros publicados anteriormente, o objetivo era identificar de que maneira a temática foi abordada, qual a linguagem escolhida pelos autores e como os textos foram organizados. Percebeu-se que a grande maioria apresenta texto corrido, com um cunho acadêmico excelente. No entanto, devido ao caráter acadêmico empregado nesses livros, tivemos a impressão de que esses poderiam não estar acessíveis a todos. Percebemos que nosso produto cumpre com a função de ser uma fonte de informação clara e com perguntas que interessem aos protagonistas do espaço escolar. Para tal, nosso livro foi organizado em um formato mais leve, contendo perguntas e respostas em uma linguagem acessível, porém não deixando de ser baseado em uma vasta pesquisa acadêmica que fundamentou nossas respostas de maneira clara e objetiva.

O segundo passo para cumprimento dos objetivos foi pesquisar sobre a trajetória/ história do TILSP, assim como sobre a legislação que apoia e fundamenta essa profissão, sua atuação e papel na educação de surdos. Esse foi o processo mais intenso da pesquisa, pois para garantir um produto autêntico e de qualidade foi necessário fazer um levantamento histórico por meio de artigos e livros publicados sobre o profissional TILSP. Além disso, foi feito um levantamento sobre a legislação brasileira atual e seus dispositivos legais para saber se e como a profissão estava amparada, a maneira como o intérprete exerce seu papel em contexto escolar e os desafios que encontra durante o exercício da profissão.

As pesquisas mostraram que há ainda muito a se falar sobre o intérprete de Libras em âmbito educacional. Existem lacunas a serem preenchidas para que o atendimento ao aluno surdo seja de melhor qualidade respeitando assim suas

necessidades educacionais que não se restringem, apenas, à dificuldade em ser letrado, mas na forma como ocorre a comunicação na escola, a relação que o aluno tem com o professor, os colegas e o próprio intérprete. Constatou-se que o intérprete não tem suas atribuições definidas de maneira clara, deixando, dessa maneira, uma compreensão equivocada sobre seu papel na escola. Muitas vezes, seu papel é confundido com o de professor o que pode gerar conflitos nas relações e no andamento do trabalho entre o TILSP e o docente.

O objetivo seguinte constituiu-se de pesquisa em duas escolas públicas que tinham alunos surdos matriculados buscando saber os possíveis questionamentos dos professores a respeito da profissão do tradutor e intérprete de Libras. O início da pesquisa aconteceu por meio de entrevista semiestruturada e foi muito produtivo, pelo fato de a escola e professores terem sido receptivos e estarem dispostos a contribuir para a pesquisa. Nas entrevistas individuais, os docentes ao responderem aos questionamentos demonstraram ter inúmeras dúvidas sobre o intérprete de Libras no que diz respeito a sua atuação na escola, como se legitimou a profissão e as áreas em que atua. Chegamos a tal conclusão após análise das respostas obtidas nas entrevistas. As respostas serviram como base para justificar a escrita deste produto que se seguiu em passo seguinte e último de acordo com os objetivos traçados.

Assim, nosso produto se voltou para responder as dúvidas apresentadas pelos docentes nas entrevistas acerca da atuação do profissional intérprete de Libras. Como consta no livro:

As perguntas deste livro foram respondidas atentando-se ao cunho acadêmico, porém preocupando-se também na linguagem em que estava sendo escrito, pois dos objetivos deste produto é o fácil entendimento do leitor. Foi um processo árduo que demandou fins de semanas, feriados e muitas madrugadas. Durante a escrita, houve uma parceria intensa entre mim e a orientadora, Prof.^a Dr.^a Rosana Prado que foi doce como sempre, porém dura quando necessário. Conforme suas palavras ela estava “fazendo seu papel de orientadora”. Papel este exercido com excelência, pois o objetivo deste livro foi alcançado. Essa parceria na escrita e o anseio em levar informação ao leitor aumentava cada vez mais, pois sabíamos a importância deste material. Cada pergunta respondida, orientada e posteriormente corrigida fazia com que me sentisse mais aliviado pelo fato de estar cumprindo mais uma etapa na escrita deste produto. Escrever algo de qualidade foi meu estímulo principal, pois as experiências que tive durante minha trajetória enquanto TILSP e as respostas obtidas nas entrevistas mostram a importância deste livro para qualificação dos profissionais que atuam com surdos no Brasil. (trecho retirado das considerações finais do livro)

Dessa maneira, as perguntas selecionadas foram organizadas em quatro capítulos que, de maneira clara e objetiva, responderam aos questionamentos, atingindo assim o objetivo proposto. Para melhor concluir, destacamos mais um trecho das considerações finais que compõe nosso livro:

Escrever este livro foi uma experiência incrível. Confesso que nunca me imaginei escrevendo um, mas minha experiência na educação de surdos enquanto TILSP, pedagogo e os conhecimentos adquiridos nesses anos de trabalho, em diversas escolas, alimentou em mim a vontade, não apenas, de ser mais um Mestre em Diversidade e Inclusão ou “mais um” na Academia, mas ser alguém que pudesse fazer a diferença na educação de surdos. Alguém que com seu trabalho, suas experiências e sua pesquisa pudesse auxiliar para uma prática educacional que venha oferecer ao surdo melhor qualidade em seu atendimento educacional. (trecho retirado das considerações finais do livro)

Poder concluir a escrita do livro foi algo marcante e de extrema representatividade, pois a classe dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras ainda passa por situações incômodas em seu cotidiano, devido à falta de conhecimento dos profissionais da educação sobre quem é o intérprete e como exerce sua profissão. Sabemos que este é apenas o começo de um caminho onde muito ainda há para ser conquistado. Esperamos com essa obra contribuir para a melhoria na qualidade do trabalho dos intérpretes de Libras em âmbito educacional, assim como uma melhor prática pedagógica daqueles que, assim como o intérprete, são fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

5.2 - Perspectivas

Com a escrita do livro e a defesa de dissertação concluídas, pretendemos investir na publicação do livro de maneira a cumprir nosso objetivo de levar informação para a comunidade escolar e qualquer outra pessoa que tenha interesse em conhecer sobre a atuação do TILSP e Língua Portuguesa. Para que este produto possa alcançar de maneira mais acessível ao público surdo, temos a intenção de realizar toda a tradução em Libras, disponibilizando o conteúdo em formato de QR Code. Acreditamos que com o livro traduzido e interpretado em Libras possamos garantir aos surdos o direito de acesso aos conteúdos, além de estimular o conhecimento e respeito à profissão do TILSP.

Outra intenção nossa é retornar às escolas onde as entrevistas foram realizadas e apresentar o livro. A participação das instituições de ensino e dos professores foi de extrema importância para conclusão desta pesquisa e nada melhor do que retribuir às escolas levando o resultado em forma de livro e também palestras ou reuniões de acordo com as possibilidades da equipe pedagógica. Além disso, pretendemos conversar com os professores participantes das entrevistas para falarmos um pouco sobre como foi o processo de pesquisa, seleção das perguntas e a escrita do livro.

A perspectiva principal é que o livro sirva como instrumento de formação continuada para docentes, não somente os participantes da pesquisa, mas todos aqueles que anseiam adquirir conhecimento acerca das atividades elaboradas pelos profissionais tradutores e intérpretes de Libras e, desta forma, melhorar sua prática pedagógica com alunos surdos.

6. REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. Harmonia, São Paulo, 2015.

ARAÚJO, Thalita Chagas Silva. **O trabalho do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais em escolas inclusivas: possibilidades e desafios**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, Bahia, 2013.

ARAÚJO, C. K., SOUZA, D. M., OLIANI, L. H. Dificuldades do intérprete em sala de aula: responsabilidades e influências. **Revista científica UNAR**, Araras/SP. v. 11, n 2, p. 53-68, 2015.

BELÉM, Laura Jane Messias. **A atuação do Interpretador Educacional de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Médio**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP. Piracicaba. São Paulo, 2010.

BERTHIER, F. Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Épée. In LANE, H. E. PHILIP, F. **The deaf experience: classics in language and education**, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984. (Texto originalmente publicado em francês em 1840).

_____. Atas Congresso de Milão – 1880. **Série Histórica – Instituto Nacional de Educação de Surdos**, volume 2, Rio de Janeiro, 2011.

_____. Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm.

_____. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

_____. Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm

_____. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe Sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

_____. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm

_____. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm

_____. Lei nº 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio.&text=1%C2%BA%20Em%20todas%20as%20cidades,Art.

_____. **O tradutor e intérprete de Língua brasileira de sinais e Língua Portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. 94 p. : il.

BRITO, L. F. **Integração Social e Educação de Surdos**. Rio de Janeiro: Babel. 1989.

CAPOVILLA, Fernando C. Filosofias Educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilingüismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.6, nº1, 2000, p.99-116.

CORRÊA, Vera Lúcia A dos Santos; STAUFFER, A. B. ; EEE . **Buscando uma escola aberta à diversidade**. 2008.

CRUZ, O., PRADO, R.. **História da educação de surdos e as atuais perspectivas para o ensino de habilidades de leitura e escrita**. INTER-AÇÃO (UFG. ONLINE), v. 43, p. 801-818, 2018.

FERNANDES,S. **Especialização em Educação Especial e Educação Inclusiva**. Educação de surdos. Ibipex, Curitiba, 2007.

FISCHER, R. Abbé de l'Epée and the living dictionary. In: VAN CLEVE, J. V. (Ed.) Deafhistor **Deafhistoryunveiled**: y unveiled interpretation from the new scholarship. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 1999. (Data do copyright: 1993).

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, C. B. F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

_____, C. B. F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos.** Caderno Cedes, vol. 19, n 46. Campinas, 1998.

_____. **Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental:** 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Plurilingüismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos.** Educ. Pesqui. vol.31 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2005.

MAGALHÃES, Fábio Gonçalves de Lima. O Papel do Intérprete de LIBRAS na Sala de Aula Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, Ribeirão Preto/SP. 2013.

MEIRELES, R. M. do P. L. **Políticas de Inclusão e Práticas Pedagógicas na Educação de Alunos Surdos:** Programa de Bilinguismo de Niterói/RJ. Tese (Doutorado em Educação) UFF, Niterói, 2014.

_____. **Educação Bilíngue de alunos surdos:** experiências inclusivas na Escola Municipal Paulo Freire, Niterói (RJ). Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. **A educação de surdos:** uma experiência inclusiva na Escola Municipal Paulo Freire. Monografia de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MELO, Alda Valéria Santos de. **A formação e atuação do tradutor intérprete de libras em sala de aula** / Alda Valéria Santos de Melo; orientação [de] Dra. Ilka Miglio de Mesquita. Aracaju : UNIT, 2013.

NASCIMENTO, L. C. R.. **Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier.** ETD. Educação Temática Digital, v. 7, p. 253-262, 2006.

OLIVEIRA, F. B. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 93-108, 2012.

PAULA, Dandara Conceição de. e PRADO, Rosana. **A História da Educação de Surdos e as principais filosofias pedagógicas.** In: LIMA, Neuza Rejane Wile,

DELOU, Maria Carvalho e PERDIGÃO, Luciana Tavares. (orgs) Pontos de Vista em Diversidade e Inclusão. Vol.3ABDIN, UFF, Niterói, RJ,2017.

PLAZAS, M. M . R. **Servicios de Interpretación para Personas Sordas y Sordociegas**. In: El Bilinguismo de los Sordos. Volume 1, n 14, Santa Fé de Bogotá, marzo 2000.

PRADO, R.. **Educação bilíngue de alunos surdos**: as contradições entre Políticas públicas de inclusão, legislação e afirmação da comunidade surda. ARQUEIRO (RIO DE JANEIRO), v. 1, p. 78-96, 2018.

PRADO, R.; LUGÃO, L. **Fonologia e a Formação de sinais: Os parâmetros fonológicos da Libras**.In: LIMA, Neuza Rejane Wile, DELOU, Maria Carvalho e PERDIGÃO, Luciana Tavares. (orgs) Pontos de Vista em Diversidade e Inclusão. Vol.3ABDIN, UFF, Niterói, RJ, 2017.

POMPA, M. C.**Religião como tradução: Missionários, Tupi e “Tupia” no Brasil Colonial**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: [s. n.]. 2001.

QUADROS, R. M. **Exame Prolibras**. Florianópolis, 2009. 85 p. :il

_____. **Lingua de Sinais Brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre. Artmed, 2004.

ROCHA, S. **Memória e História**: A Indagação de Esmeralda. Arara Azul, Petrópolis, RJ, 2010.

SCHELP, Patrícia Paula. **Práticas de letramento de alunos surdos em contexto de escola inclusiva**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2008.

SILVA, I.R e FAVORITO, W. **Surdos na Escola**: Letramento e Bilinguismo. Centro de Formação Continuada de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem/CEFIE/IEL. Unicamp. MEC.2009.

SILVA, G. M..**Parâmetros da Libras**. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Mimeografado)

SKLIAR, C. **Educação e exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre, Mediação, 2006.

_____. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. (Org.) Porto Alegre, Mediação, 2005.

STELLING, E. e STELLING, L.F. **A criança é surda, a família quer saber.**Atual Design. Niterói,RJ, 2016.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. **Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS;** ilustrado por Sérgio Streiechen. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

STROBEL. Karin. **História da Educação de Surdos.** UFSC. 2009.

THEODOR, E. **Tradução: ofício e arte.** São Paulo: 3ª ed. Cultrix. 1976.

VASCONCELOS, J. P. S. **A trajetória e os desafios do tradutor intérprete de Libras na educação de surdos.** 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, 2017.

7. Apêndices e Anexos

7.1 Apêndices

Modelo de TCLE:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Título do Projeto: Quem é o TILSP e Português? Produção de Livro sobre esse profissional em contexto escolar

Mestrando Responsável: Jaderson Pires dos Santos Vasconcelos

Orientadora: Rosana Maria do Prado Luz Meirelles

Instituição a que pertence o mestrando e orientadora: Universidade Federal Fluminense –Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (UFF-CMPDI)

Nome _____ do _____ (a) _____ voluntário(a):

R.G.: _____

O (A) Sr. (a) está sendo convidado(a) como voluntário a participar da pesquisa **“Professor/a: Quem é o TILSP e Português? Produção de Livro sobre esse profissional em contexto escolar”**. Nesta pesquisa pretendemos investigar os possíveis questionamentos que professores e pedagogos que atuam com alunos surdos incluídos em escola regular ou em salas bilíngues têm sobre o profissional TILSP em duas escolas da rede municipal de Niterói/RJ.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é o de criar um livro e um DVD em LIBRAS que possa orientar profissionais da educação sobre o papel que o TILSP exerce em âmbito educacional, podendo contribuir para um melhor esclarecimento por parte da escola sobre este profissional e, conseqüentemente, corroborar para um melhor atendimento ao aluno surdo.

O produto final será um livro com perguntas e respostas referentes à atuação do profissional intérprete de LIBRAS na escola e um DVD em LIBRAS com o mesmo conteúdo do livro possibilitando, desta forma, acessibilidade ao indivíduo surdo.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa de cunho bibliográfico e com estudo de campo. Não haverá observação das aulas, pois o objeto de pesquisa são professores e não alunos com objetivo de coletar dados para elaboração do livro e DVD supracitados. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

Este estudo não oferece qualquer risco à saúde dos participantes, visto que serão explorados apenas temas de cunho escolar e que os recursos didáticos a serem oferecidos são criados com materiais atóxicos, não alérgicos, que não são perfuro-cortantes. Não haverá nenhum custo para participar desta pesquisa.

Se o participante se sentir desconfortável ou incomodado durante as entrevistas, poderá interromper a QUALQUER momento o processo de coleta de dados e contará com a total compreensão e o respeito por suas singularidades, sem quaisquer ônus a sua participação. Se no decorrer das entrevistas o voluntário sentir algum desconforto físico, será sanado a qualquer momento. Quanto ao sigilo dos dados pessoais/ profissionais serão preservados, resguardados e tratados de forma segura pelo pesquisador.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o a Sra. ou Sr. é atendida(o) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O (A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação ou o material que indique sua participação, não serão liberados, sem a sua permissão.

Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização. Os riscos envolvidos na pesquisa - toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em

tipos e gradações variados, buscaremos nesta pesquisa considerar a resolução 466/12 e oferecer ao participante esclarecimentos tanto verbais, quanto documentais acerca dos riscos e medidas de proteção, durante a participação na pesquisa. Todas as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação no estudo. O participante autoriza, de forma gratuita e sem qualquer ônus, ao Mestrado em Diversidade e inclusão da Universidade Federal Fluminense, a utilização de imagem e de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido no produto relativo à construção do livro e DVD sobre o profissional TILSP.

A pesquisa contribuirá no plano social, a fim de trazer como benefícios o preenchimento de determinadas lacunas, no campo do conhecimento, que facilitará à academia a compreensão necessária para analisar a educação de surdos e a perspectiva inclusiva. Enquanto política pública pode contribuir para o ensino inclusivo na educação da rede municipal de Niterói. Para a escola, esta pesquisa trará como benefícios a possibilidade de compreender quem é o profissional TILSP, profissional este que assume papel importante no processo de ensino aprendizagem e suas implicações nos alunos de classe inclusiva e bilíngue do município de Niterói. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pelo pesquisador Jaderson Pires dos Santos Vasconcelos, e a outra será fornecida a você. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) são compostos por pessoas que trabalham para que todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos sejam aprovados de acordo com as normas éticas elaboradas pelo Ministério da Saúde. A avaliação dos CEPs leva em consideração os benefícios e riscos, procurando minimizá-los e busca garantir que os participantes tenham acesso a todos os direitos assegurados pelas agências regulatórias. Assim, os CEPs procuram defender a dignidade e os

interesses dos participantes, incentivando sua autonomia e participação voluntária. Procure saber se este projeto foi aprovado pelo CEP desta instituição. Em caso de dúvidas, ou querendo outras informações, entre em contato com o Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (CEP FM/UFF), por e-mail ou telefone, de segunda à sexta, das 08:00 às 17:00 horas. E-mail: etica@vm.uff.br Tel/fax: (21) 26299189

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de Consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Niterói, ____/____/ 20____.

(nome e assinatura)